

Pluriatividade e Plurirrendimentos nos Estabelecimentos Agropecuários do Brasil e das Regiões Sul e Nordeste

Uma análise a partir do Censo Agropecuário 2006

Relatório de Pesquisa



Pluriatividade e Plurirrendimentos nos Estabelecimentos Agropecuários do Brasil e das Regiões Sul e Nordeste

Uma análise a partir do Censo Agropecuário 2006

Relatório de Pesquisa



Governo Federal

**Secretaria de Assuntos Estratégicos da
Presidência da República**
Ministro Wellington Moreira Franco



Fundação pública vinculada à Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, o Ipea fornece suporte técnico e institucional às ações governamentais – possibilitando a formulação de inúmeras políticas públicas e programas de desenvolvimento brasileiro – e disponibiliza, para a sociedade, pesquisas e estudos realizados por seus técnicos.

Presidente

Marcelo Côrtes Neri

Diretor de Desenvolvimento Institucional

Luiz Cezar Loureiro de Azeredo

Diretor de Estudos e Relações Econômicas e Políticas Internacionais

Renato Coelho Baumann das Neves

Diretor de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia

Alexandre de Ávila Gomide

Diretor de Estudos e Políticas Macroeconômicas, Substituto

Cláudio Hamilton Matos dos Santos

Diretor de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais

Rogério Boueri Miranda

Diretora de Estudos e Políticas Setoriais de Inovação, Regulação e Infraestrutura

Fernanda De Negri

Diretor de Estudos e Políticas Sociais

Rafael Guerreiro Osorio

Chefe de Gabinete

Sergei Suarez Dillon Soares

Assessor-chefe de Imprensa e Comunicação

João Cláudio Garcia Rodrigues Lima

Ouvidoria: <http://www.ipea.gov.br/ouvidoria>

URL: <http://www.ipea.gov.br>

Pluriatividade e Plurirrendimentos nos Estabelecimentos Agropecuários do Brasil e das Regiões Sul e Nordeste

Uma análise a partir do Censo Agropecuário 2006

Relatório de Pesquisa



Brasília, 2013

FICHA TÉCNICA

O objetivo deste relatório é sistematizar e analisar os dados sobre a pluriatividade econômica e os plurirendimentos dos produtores e dos membros das famílias residentes nos estabelecimentos agropecuários no Brasil e nas regiões Sul e Nordeste do país segundo as categorias *agricultura familiar* e *agricultura não familiar*, tendo por base as informações do Censo Agropecuário 2006.

Coordenação geral

Brancolina Ferreira – CODER/DISOC/IPEA

Fábio Alves – CODER/DISOC/IPEA

A pesquisa que deu origem a este relatório foi conduzida pela Coordenação de Desenvolvimento Rural da Diretoria de Estudos e Pesquisas Sociais do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (CODER/DISOC/IPEA) e pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PGDR/UFRGS) no âmbito do Subprograma de Apoio a Redes de Pesquisas (PROREDES) do Programa de Mobilização da Competência Nacional para Estudos sobre o Desenvolvimento (PROMOB): Projeto de Cooperação Técnica IPEA/PGDR 2010/2011 – Análise Multidimensional dos Dados do Novo Censo Agropecuário 2006.

Coordenação da pesquisa

Sergio Schneider – PGDR/UFRGS

Leonardo Xavier – PGDR/UFRGS

Elaboração e redação / Equipe técnica

Sergio Schneider – UFRGS

Marcelo Antonio Conterato – UFRGS

Marcelino de Souza – UFRGS

Fabiano Escher – UFRGS

Luciana Maria Scarton – UFRGS

Leandro Rückert – UFRGS

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ou da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

SUMÁRIO

LISTA DE ILUSTRAÇÕES	9
SUMÁRIO EXECUTIVO	11
1 INTRODUÇÃO	13
2 METODOLOGIA	16
3 CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS SOBRE A PLURIATIVIDADE	20
4 IDENTIFICAÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS PLURIATIVOS NO BRASIL E NAS REGIÕES SUL E NORDESTE	26
5 CARACTERÍSTICAS DO PRODUTOR RESPONSÁVEL PELA DIREÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS NO BRASIL E NAS REGIÕES SUL E NORDESTE	31
6 CARACTERÍSTICAS DOS ESTABELECIMENTOS PLURIATIVOS NO BRASIL E NAS REGIÕES SUL E NORDESTE	44
7 CARACTERÍSTICAS DA OCUPAÇÃO DA MÃO DE OBRA NOS ESTABELECIMENTOS PLURIATIVOS NO BRASIL E NAS REGIÕES SUL E NORDESTE	53
8 PLURIRRENDIMENTOS E CARACTERÍSTICAS FINANCEIRAS DOS ESTABELECIMENTOS PLURIATIVOS NO BRASIL E NAS REGIÕES SUL E NORDESTE	57
9 CONSIDERAÇÕES FINAIS	71
REFERÊNCIAS	74
BIOGRAFIA COMPLEMENTAR.....	77

AGRADECIMENTOS

Este trabalho não teria sido possível sem o apoio diligente, o desprendimento e a competência de Antonio Carlos Simões Florido e sua equipe do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), especialmente pelo fornecimento de esclarecimentos e pelas tabulações dos microdados do Censo Agropecuário 2006 utilizadas neste trabalho.

Os autores igualmente agradecem ao Ipea, especialmente à Brancolina Ferreira e ao Fábio Alves, assim como a toda a Diretoria de Estudos e Políticas Sociais (Disoc), que financiou as bolsas e aplicou recursos financeiros por meio de Acordo de Cooperação Técnica Ipea-Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráficos

- 1 – Estabelecimentos pluriativos e não pluriativos no Brasil e nas regiões Sul e Nordeste
- 2 – Estabelecimentos pluriativos, na agricultura familiar e não familiar, no Brasil e nas regiões Sul e Nordeste
- 3 – Sexo das pessoas que dirigem os estabelecimentos pluriativos e não pluriativos no Brasil
- 4 – Participação masculina e feminina na direção dos estabelecimentos pluriativos no Brasil, na agricultura familiar e não familiar
- 5 – Sexo das pessoas que dirigem os estabelecimentos pluriativos e não pluriativos na região Sul
- 6 – Participação masculina e feminina na direção dos estabelecimentos pluriativos na região Sul, na agricultura familiar e não familiar
- 7 – Sexo das pessoas que dirigem os estabelecimentos pluriativos e não pluriativos na região Nordeste
- 8 – Participação masculina e feminina na direção dos estabelecimentos pluriativos na região Nordeste, na agricultura familiar e não familiar
- 9 – Plurirrendimentos dos estabelecimentos pluriativos no Brasil, na agricultura familiar e não familiar
- 10 – Plurirrendimentos dos estabelecimentos pluriativos na região Sul, na agricultura familiar e agricultura não familiar
- 11 – Plurirrendimentos dos estabelecimentos pluriativos na região Nordeste, na agricultura familiar e não familiar

Tabelas

- 1 – Estabelecimentos agropecuários no Brasil: pluriativos e não pluriativos
- 2 – Estabelecimentos totais e pluriativos no Brasil, na agricultura familiar e não familiar
- 3 – Estabelecimentos agropecuários na região Sul: pluriativos e não pluriativos
- 4 – Estabelecimentos totais e pluriativos na região Sul, na agricultura familiar e não familiar
- 5 – Estabelecimentos agropecuários na região Nordeste: pluriativos e não pluriativos
- 6 – Estabelecimentos totais e pluriativos na região Nordeste, na agricultura familiar e não familiar
- 7 – Sexo da pessoa que dirige o estabelecimento pluriativo e não pluriativo, na agricultura familiar e não familiar, em relação ao total de estabelecimentos no Brasil
- 8 – Sexo da pessoa que dirige o estabelecimento pluriativo e não pluriativo, na agricultura familiar e não familiar, em relação ao total de estabelecimentos na região Sul
- 9 – Sexo da pessoa que dirige o estabelecimento pluriativo e não pluriativo, na agricultura familiar e não familiar, em relação ao total de estabelecimentos na região Nordeste
- 10 – Classes de idade dos produtores dos estabelecimentos pluriativos no Brasil, na agricultura familiar e não familiar
- 11 – Classes de idade dos produtores dos estabelecimentos pluriativos na região Sul, na agricultura familiar e não familiar
- 12 – Classes de idade dos produtores dos estabelecimentos pluriativos na região Nordeste, na agricultura familiar e não familiar
- 13 – Classes de idade dos produtores pluriativos no Brasil e nas regiões Sul e Nordeste
- 14 – Nível de instrução do produtor dos estabelecimentos pluriativos e não pluriativos no Brasil
- 15 – Nível de instrução dos produtores pluriativos no Brasil, na agricultura familiar e não familiar
- 16 – Nível de instrução do produtor dos estabelecimentos pluriativos e não pluriativos na região Sul
- 17 – Nível de instrução dos produtores pluriativos na região Sul, na agricultura familiar e não familiar
- 18 – Nível de instrução do produtor dos estabelecimentos pluriativos e não pluriativos na região Nordeste
- 19 – Nível de instrução dos produtores pluriativos na região Nordeste, na agricultura familiar e não familiar
- 20 – Comparativo do nível de instrução dos produtores pluriativos no Brasil e nas regiões Sul e Nordeste
- 21 – Grupos de área dos estabelecimentos pluriativos no Brasil, por número de estabelecimentos e tamanho, na agricultura familiar e não familiar
- 22 – Grupos de área dos estabelecimentos pluriativos na região Sul, por número de estabelecimentos e tamanho, na agricultura familiar e não familiar
- 23 – Grupos de área dos estabelecimentos pluriativos no Nordeste, por número de estabelecimentos e tamanho, na agricultura familiar e não familiar
- 24 – Estabelecimentos pluriativos no Brasil, por agricultura familiar e não familiar, segundo o tipo de atividade
- 25 – Estabelecimentos pluriativos na região Sul, por agricultura familiar e não familiar, segundo o tipo de atividade
- 26 – Estabelecimentos pluriativos na região Nordeste, por agricultura familiar e não familiar, segundo o tipo de atividade
- 27 – Estabelecimentos pluriativos no Brasil e nas regiões Sul e Nordeste, segundo o tipo de atividade

- 28 – Estabelecimentos pluriativos que recebem orientação técnica especializada no Brasil, na agricultura familiar e não familiar
- 29 – Estabelecimentos pluriativos que recebem orientação técnica especializada na região Sul, na agricultura familiar e não familiar
- 30 – Estabelecimentos pluriativos que recebem orientação técnica especializada na região Nordeste, na agricultura familiar e não familiar
- 31 – Características da ocupação dos membros da família (com laços de parentesco) nos estabelecimentos pluriativos no Brasil, por agricultura familiar e não familiar
- 32 – Características da ocupação dos empregados (sem laços de parentesco) nos estabelecimentos pluriativos no Brasil, por agricultura familiar e não familiar
- 33 – Pessoal ocupado como empregado (sem laços de parentesco) nos estabelecimentos pluriativos de agricultura familiar e não familiar no Brasil, por tipo de emprego
- 34 – Características da ocupação dos membros da família (com laços de parentesco) nos estabelecimentos pluriativos na região Sul, por agricultura familiar e não familiar
- 35 – Características da ocupação dos empregados (sem laços de parentesco) nos estabelecimentos pluriativos na região Sul, por agricultura familiar e não familiar
- 36 – Pessoal ocupado como empregado (sem laços de parentesco) nos estabelecimentos pluriativos de agricultura familiar e não familiar na região Sul, por tipo de emprego
- 37 – Características da ocupação dos membros da família (com laços de parentesco) nos estabelecimentos pluriativos na região Nordeste, por agricultura familiar e não familiar
- 38 – Pessoal ocupado como empregado (sem laços de parentesco) nos estabelecimentos pluriativos de agricultura familiar e não familiar, por tipo de emprego
- 39 – Características da ocupação dos empregados (sem laços de parentesco) nos estabelecimentos pluriativos na região Nordeste, por agricultura familiar e não familiar
- 40 – Receitas agropecuárias por agricultura familiar e não familiar no Brasil
- 41 – Receitas de aposentadorias e transferências governamentais por agricultura familiar e não familiar no Brasil
- 42 – Receitas de outras fontes por agricultura familiar e não familiar no Brasil
- 43 – Outras receitas do trabalho por agricultura familiar e não familiar no Brasil
- 44 – Receitas de atividades não agropecuárias por agricultura familiar e não familiar no Brasil
- 45 – Receitas agropecuárias por agricultura familiar e não familiar na região Sul
- 46 – Receitas de aposentadorias e transferências governamentais por agricultura familiar e não familiar na região Sul
- 47 – Receitas de outras fontes por agricultura familiar e não familiar na região Sul
- 48 – Outras rendas do trabalho por agricultura familiar e não familiar na região Sul
- 49 – Receitas de atividades não agropecuárias por agricultura familiar e não familiar na região Sul
- 50 – Receitas agropecuárias por agricultura familiar e não familiar na região Nordeste
- 51 – Receitas de aposentadorias e transferências governamentais por agricultura familiar e não familiar na região Nordeste
- 52 – Receitas de outras fontes por agricultura familiar e não familiar na região Nordeste
- 53 – Outras rendas do trabalho por agricultura familiar e não familiar na região Nordeste
- 54 – Receitas de atividades não agropecuárias por agricultura familiar e não familiar na região Nordeste
- 55 – Comparação entre as porcentagens dos pluri rendimentos nos estabelecimentos pluriativos do Brasil e das regiões Sul e Nordeste
- 56 – Dívidas ou ônus reais dos estabelecimentos pluriativos no Brasil, na agricultura familiar e não familiar
- 57 – Dívidas ou ônus reais dos estabelecimentos pluriativos na região Sul, na agricultura familiar e não familiar
- 58 – Dívidas ou ônus reais dos estabelecimentos pluriativos na região Nordeste, na agricultura familiar e não familiar
- 59 – Financiamentos dos estabelecimentos pluriativos no Brasil, na agricultura familiar e não familiar
- 60 – Financiamentos dos estabelecimentos pluriativos na região Sul, na agricultura familiar e não familiar
- 61 – Financiamentos dos estabelecimentos pluriativos na região Nordeste, na agricultura familiar e não familiar

SUMÁRIO EXECUTIVO

Por meio do *Projeto de pesquisa de equipe para análise dos dados do novo Censo Agropecuário 2006*, realizou-se um estudo temático sobre os resultados do Censo Agropecuário 2006, publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2009. Neste relatório o enfoque principal deu-se sobre a pluriatividade e os plurirrendimentos nos estabelecimentos agropecuários do Brasil e das regiões Sul e Nordeste, contemplando os resultados da pesquisa realizada entre 2010 e 2011.

Nas seções deste trabalho serão apresentados os resultados empíricos encontrados a partir da análise das informações divulgadas pelo Censo Agropecuário 2006. Por meio da elaboração de tabelas e gráficos, seguidos de breves comentários, os resultados consideraram os dados estatísticos para os estabelecimentos pluriativos de agricultura familiar e de agricultura não familiar do Brasil e das regiões Sul e Nordeste, sendo posteriormente realizado um comparativo entre estes resultados.

Nas seções iniciais são apresentadas a introdução, a metodologia e o referencial teórico. Na quarta seção, o universo dos estabelecimentos pluriativos em relação ao total (pluriativos e não pluriativos) é identificado, quantificado e mensurado, distinguindo entre estabelecimentos de agricultura familiar e agricultura não familiar. Pode-se verificar que, proporcionalmente em relação ao total pesquisado, os estabelecimentos pluriativos são mais numerosos na agricultura não familiar que na agricultura familiar.

Dentro do universo dos pluriativos, na quinta seção, caracterizaram-se os produtores responsáveis pela gestão dos estabelecimentos segundo as variáveis de sexo, classe de idade e nível de instrução. As análises permitem afirmar que na agricultura familiar há uma maior propensão ao envolvimento das mulheres na gestão dos estabelecimentos agropecuários. Mas considerando as classes de idade e comparando as três unidades territoriais, uma diferenciação qualitativamente significativa entre as suas respectivas estruturas não foi identificada. Em contrapartida, quando se trata do nível de instrução, disparidades aparecem indicando relativa vantagem da região Sul, uma vez que a porcentagem de produtores não alfabetizados e sem instrução é muito baixa. Porém, mesmo no Sul, o grau de alfabetização dos produtores não é muito elevado – não possuem muito mais que o ensino fundamental incompleto.

Na sexta seção, são analisadas variáveis como o tipo de atividade, o recebimento de orientação técnica especializada e a estrutura fundiária (número de estabelecimentos e área por estratos) dos estabelecimentos pluriativos. Entre o total dos estabelecimentos pluriativos do Brasil, os de agricultura não familiar engajam-se mais na pluriatividade intersetorial, ao passo que os estabelecimentos de agricultura familiar engajam-se mais na pluriatividade de base agrária. Ainda que sem discriminar por instituição prestadora de serviço de assistência técnica, os dados mostram que a frequência entre os estabelecimentos é extremamente precária no Brasil como um todo, em especial no Nordeste, embora a situação na região Sul não seja relativamente muito melhor.

Na sétima seção, identificaram-se as principais características da ocupação da mão de obra, seja para os membros da família (pessoal ocupado com relações de parentesco com o produtor), seja para os empregados contratados (pessoal ocupado sem relações de parentesco com o produtor). Verificou-se que no Brasil a maior parte do pessoal ocupado no meio rural está na agricultura familiar, sendo que – entre estes – a maioria é formada pelos próprios membros das famílias.

Na oitava seção, foram descritas as características financeiras dos estabelecimentos, as distintas fontes de receita (plurirrendimentos), a declaração da existência de dívidas – ou ônus reais e seus respectivos valores – e o recebimento de financiamentos e seus respectivos valores. As receitas provenientes de atividades agropecuárias constituem a mais importante fonte de ganhos na composição total das receitas, porém, há uma considerável variação nas porcentagens entre agricultura familiar e agricultura não familiar e entre as três unidades territoriais. A receita total da agricultura não familiar excede em mais de duas vezes a da agricultura familiar e em mais de três vezes a receita agropecuária.

Por fim, o trabalho é encerrado com as principais conclusões obtidas a partir da análise dos dados levantados e da comparação entre Brasil, Sul e Nordeste, da qual se extrai uma possível agenda de pesquisas a serem realizadas sobre o tema da pluriatividade utilizando-se os dados do Censo Agropecuário do IBGE. Entre as sugestões, destaca-se a necessidade de: *i)* pesquisar com maior profundidade as razões que explicam a incidência tão significativa da pluriatividade nos estabelecimentos de agricultura não familiar; *ii)* sugerir que o IBGE fizesse uma adequação metodológica sobre quem realmente está classificado como “agricultura não familiar”; e *iii)* avançar nos estudos sobre a diversidade dos estilos de agricultura para o entendimento da heterogeneidade e da diversidade da agricultura brasileira.

1 INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, especialmente desde a metade dos anos 1990, a agricultura brasileira conheceu mudanças estruturais que estão alterando várias de suas características históricas, socioeconômicas e espaciais. Uma das mais evidentes, indubitavelmente, refere-se aos aumentos de produção e produtividade dos fatores já diagnosticados e conferidos a partir do acompanhamento de desempenho anual das safras e das exportações. Não obstante, outras mudanças igualmente importantes, tais como a ampliação do número de assentamentos rurais e a busca por qualificação daqueles já existentes, a valorização do segmento da agricultura familiar, a diversificação das atividades rurais, o crescimento da agricultura de base ecológica e o aumento das práticas conservacionistas, entre outras, indicam que estão em marcha processos que vêm alterando o perfil da produção agropecuária e as características do meio rural do Brasil.

Mas essas mudanças e alterações são ainda insuficientemente compreendidas, descritas e analisadas. Não obstante, os dados estatísticos trazidos a lume pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2009, por meio da publicação dos resultados do censo agropecuário realizado em 2006, têm sido reveladores ao permitir que os pesquisadores e estudiosos venham a utilizá-los de forma criativa, contribuindo assim para dar maior amplitude e profundidade ao conhecimento destes processos e destas transformações.

Nessa perspectiva é que surge a iniciativa da Diretoria de Estudos e Políticas Sociais (Disoc) do Ipea de reunir e animar pesquisadores ligados aos temas rurais e agrários do Brasil com o propósito de realizar análises sobre temas específicos a partir dos dados do novo Censo Agropecuário 2006 (IBGE, 2009b). Esta oportunidade viabilizou um acordo de cooperação técnica entre o Ipea e a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), que por meio de seu Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR) passou a desenvolver o *Projeto de pesquisa de equipe para análise dos dados do novo Censo Agropecuário 2006*. Esta proposta consistiu em um projeto de pesquisa que se desdobrava em um conjunto de seis subprojetos, os quais foram realizados sob a coordenação do PGDR. Este documento insere-se no âmbito deste projeto como relatório final do *Subprojeto 2: a pluriatividade e os plurirrendimentos nos estabelecimentos agropecuários da região Sul e Nordeste do Brasil em 2006*, contemplando os resultados da pesquisa realizada entre 2010 e 2011.

As análises aqui desenvolvidas inscrevem-se em trabalhos previamente realizados sobre a importância crescente das rendas não agropecuárias no desenvolvimento das áreas rurais.¹ Em âmbito internacional, a pesquisa de Arkleton Trust (1992) sobre a pluriatividade na agricultura europeia constatou de forma pioneira que o nível, a composição e a evolução das rendas das famílias rurais dependeram crucialmente do contexto regional (cinco zonas de estudo) e da situação da pluriatividade (sua maior ou menor intensidade e diversificação), no período entre 1987 e 1991. Este trabalho também evidenciou que a mão de obra agrícola estava cada vez mais direcionada a atividades não agrícolas e a atividades relacionadas com a agricultura fora do estabelecimento, revelando que a pluriatividade era um fenômeno estável e disseminado em todos os tipos de regiões estudadas, com 63% dos estabelecimentos apresentando algum dos membros da família engajado em atividades desta natureza.

O Banco Mundial também produziu estudos e relatórios reconhecendo que a agricultura não era mais a atividade exclusiva e, em muitos países, nem sequer a dominante nas áreas rurais, enfatizando a importância das rendas não agrícolas nestas áreas dos países em desenvolvimento ou subdesenvolvidos. Na visão do banco, este seria na verdade um

1. Para uma revisão aprofundada da literatura, pode-se consultar o trabalho de Kageyama (1998).

importante componente do desenvolvimento e da redução da pobreza rural, a ser devidamente contemplado nas ações por ele implementadas. A principal recomendação para as estratégias de ações para o meio rural estaria em ampliar o foco sobre o rural, abandonando o “estreito foco do setor agrícola” (World Bank, 1997; 2000).

No Brasil, no final da década de 1990, também foram desenvolvidas pesquisas utilizando dados secundários e primários que permitiram dimensionar e caracterizar a presença e a importância econômica das atividades não agrícolas entre os agricultores. Entre estas pesquisas, destaca-se o Projeto Rurbano, coordenado por pesquisadores da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e com a participação de investigadores de diversos estados da Federação. Este projeto foi composto por três fases e começou a ser desenvolvido a partir da divulgação pelo IBGE dos microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD): o que tornou possível realizar uma nova caracterização da população residente no meio rural brasileiro e do meio rural paulista em particular.²

Assim, foram gerados diversos relatórios e publicações com informações importantes que possibilitaram a redefinição das políticas públicas, as quais passaram a considerar essa nova realidade existente no meio rural do país. Tanto que, a partir de 2011, o próprio Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) passou a considerar – ao menos do ponto de vista formal – as atividades não agropecuárias e os rendimentos delas provenientes entre os critérios que definem o seu público-alvo e a inclusão dos beneficiários da política.³

Contudo, apesar dos avanços nos instrumentos de política pública e da existência destas publicações com diversas informações importantes, ainda persistem muitas lacunas de pesquisa em relação ao papel da pluriatividade e das atividades não agrícolas no desenvolvimento rural. Ainda não foi possível – com as bases de informações existentes – realizar uma caracterização completa das atividades não agrícolas no Brasil, principalmente no que se refere à sua localização, tampouco no que diz respeito à sua importância econômica, uma vez que a PNAD não permite desagregações em nível de estabelecimento agropecuário, o fato de relacionar receitas não agrícolas com rendas agrícolas pode ser cruzado com informações sobre as receitas. Ainda não se têm disponíveis informações suficientemente detalhadas sobre as atividades não agrícolas e os contextos que geram ou favorecem o aparecimento da pluriatividade no meio rural brasileiro. Tais informações, uma vez obtidas, poderiam ser muito úteis para verificar e compreender não somente a incidência destas atividades mas também oferecer subsídios de informações para pesquisas futuras em questões mais específicas, bem como para o próprio aprimoramento das políticas públicas.

Nesse sentido, a introdução de perguntas sobre as atividades fora do estabelecimento agropecuário pelo chefe e pelos membros de sua família no questionário – que apurou os dados do Censo Agropecuário 2006 – constitui um fato marcante que pode contribuir de modo significativo para os estudos sobre pluriatividade no Brasil. De acordo com as *Notas técnicas* divulgadas pelo IBGE:

2. As principais conclusões das fases I, II e III foram as seguintes: i) fase I: o emprego agrícola diminuía sistematicamente desde meados dos anos 1980, mas a população rural ocupada crescia no mesmo período; ii) fase II: revelou a importância da pluriatividade e dos rendimentos não agrícolas para as famílias rurais, especialmente o papel das transferências de renda na forma de aposentadorias e pensões aos agricultores familiares; e iii) fase III: apresenta o impacto positivo da pluriatividade na renda familiar, mas esta ainda é menor que o impacto das aposentadorias – sua associação a menores índices de pobreza e a participação do autoconsumo na composição da renda familiar não se revelaram elevadas.

3. De acordo com notícia publicada no *Valor Econômico* em 10 de junho de 2011, “o Ministério da Fazenda permitirá o enquadramento de famílias ‘com um ou dois membros’ cujas atividades ‘não agrícolas’ sejam exercidas fora do estabelecimento rural. Hoje, a lei prevê que a mão de obra empregada na propriedade seja ‘predominantemente’ da própria família. A medida para permitir a chamada ‘pluriatividade’ foi anunciada ontem, em audiência no Senado, pelo secretário-adjunto de política econômica da Fazenda, Gilson Bittencourt. A alteração fará parte da reforma do Manual de Crédito Rural (MCR)” (Fazenda..., 2011).

diferentemente dos anteriores, o Censo Agropecuário 2006 incluiu [pela primeira vez], questões referentes à caracterização do produtor, como sexo, tempo de direção do estabelecimento e migração, além de levantamento sobre a *pluriatividade econômica do produtor e membros de sua família*, residentes no estabelecimento agropecuário (IBGE, 2009a, p. 31, grifo nosso).

Com base nas novas possibilidades proporcionadas pela inserção de questões que permitem apurar a existência de atividades não agropecuárias ou atividades agropecuárias fora do estabelecimento, esta pesquisa propôs estudar a pluriatividade econômica e os plurirrendimentos dos produtores e dos membros das famílias residentes nos estabelecimentos agropecuários no Brasil e nas regiões Sul e Nordeste do país – nas categorias “agricultura familiar” e “agricultura não familiar” –, com base nos dados do Censo Agropecuário 2006.

Os objetivos desta pesquisa estão especificados a seguir.

- 1) Identificar e quantificar os estabelecimentos onde os produtores e/ou algum dos membros das famílias exerce a assim denominada pluriatividade econômica.
- 2) Caracterizar os produtores que dirigem os estabelecimentos que indicam o exercício da pluriatividade econômica segundo: sexo, idade e nível de instrução.
- 3) Caracterizar os estabelecimentos onde se identifica o exercício da pluriatividade econômica segundo: estratos de tamanho de área, recebimento de orientação técnica especializada, declaração de dívidas e ônus, recebimento de financiamentos e tipo de atividade exercida.
- 4) Identificar as principais características da ocupação da mão de obra ocupada nos estabelecimentos que indicam o exercício da pluriatividade econômica.
- 5) Identificar as distintas fontes de receitas (plurirrendimentos) dos estabelecimentos que indicam o exercício de pluriatividade econômica do produtor e/ou de algum membro da família, mensurando a importância de cada uma na formação da receita total.

Para cumprir esses objetivos e expor adequadamente os resultados da pesquisa, o relatório foi dividido em nove seções, nas quais são apresentados os fundamentos metodológicos e teóricos e os dados empíricos – estes estão acompanhados de breves comentários sobre as principais conclusões do estudo.

Na segunda seção, são discutidas as principais características e inovações metodológicas do Censo Agropecuário 2006 e, a partir desta metodologia, são definidos os conceitos operacionais adotados e também explicitados os procedimentos que foram seguidos para realizar este estudo com base nos dados do IBGE. Na terceira seção, segue uma discussão resumida e sintética sobre o estado de arte dos debates dentro da teoria social brasileira e internacional sobre o tema da pluriatividade na agricultura. Deste modo, buscam-se situar as origens intelectuais das análises e dos estudos sobre pluriatividade, definir o conceito em termos especificamente teóricos e apontar os principais fatores que estimulam a emergência deste fenômeno no meio rural.

Nas próximas seções, são apresentados os resultados empíricos encontrados a partir da aplicação da metodologia anteriormente descrita, que é derivada dos dados do Censo Agropecuário 2006 do IBGE. Nestas seções, o foco do trabalho consiste em responder os objetivos específicos de forma pontual, por meio da elaboração de tabelas e gráficos seguidos de breves comentários e análises, inicialmente apresentando os dados estatísticos para o Brasil e para as regiões Sul e Nordeste e posteriormente os comparando. Assim, na quarta seção, o universo dos estabelecimentos pluriativos em relação ao total (pluriativos e não pluriativos) é identificado, quantificado e mensurado, distinguindo-se entre estabelecimentos

de agricultura familiar e de agricultura não familiar. Na quinta seção, caracterizam-se os produtores responsáveis pela gestão dos estabelecimentos pluriativos pelas variáveis: sexo, classe de idade e nível de instrução. Na sexta seção, os estabelecimentos pluriativos são caracterizados pelas variáveis: tipos de atividade, recebimento de orientação técnica especializada e estrutura fundiária (número de estabelecimentos e tamanho da área por grupo de estrato de área). Na sétima seção, identificam-se as principais características da ocupação da mão de obra, tanto para os membros da família (pessoal ocupado com relações de parentesco com o produtor) como para os empregados contratados (pessoal ocupado sem relações de parentesco com o produtor). Enquanto na oitava seção são descritas as características financeiras dos estabelecimentos, as suas distintas fontes de receita (plurirrendimentos), a declaração da existência de dívidas ou ônus reais e seus respectivos valores, e o recebimento de financiamentos e seus respectivos valores.

Por fim, são apresentadas as principais conclusões do estudo dos dados levantados e da comparação entre Brasil, Sul e Nordeste, encerrando-se o relatório com a proposta de uma agenda de pesquisas futuras sobre a pluriatividade e outros temas relacionados à heterogeneidade e diversidade da agricultura com base nos dados do Censo Agropecuário 2006, elaborado pelo IBGE.

2 METODOLOGIA

Os dados que foram utilizados nesta pesquisa são oriundos do Censo Agropecuário 2006, publicado pelo IBGE em 2009 (IBGE, 2009b). O nível territorial de análise proposto contém dados agregados referentes ao Brasil e aos estados das regiões Sul (três estados) e Nordeste (nove estados), e a unidade básica de investigação é o estabelecimento agropecuário. Conforme definido nas *Notas técnicas* (IBGE, 2009a), o estabelecimento agropecuário é a unidade de pesquisa básica do Censo Agropecuário 2006 e servirá como unidade básica de análise para todos os dados apresentados nesta pesquisa. Sendo assim, o IBGE define “estabelecimento agropecuário” como:

toda unidade de produção dedicada, total ou parcialmente, a atividades agropecuárias, florestais e aquícolas, subordinada a uma única administração: a do produtor ou a do administrador. Independente de seu tamanho, de sua forma jurídica ou de sua localização em área urbana ou rural, tendo como objetivo a produção para subsistência e/ou para venda, constituindo-se assim numa unidade recenseável (IBGE, 2009a, p. 7).

Conforme exposto, o Censo Agropecuário 2006 teve como período de referência o ano 2006 – ou seja, de 1º de janeiro de 2006 a 31 de dezembro de 2006 – e como data de referência, o dia 31 de dezembro de 2006. Desse modo, os resultados deste censo não são diretamente comparáveis ao censo anterior, de 1995-1996, em função de o período de coleta dos dados ser diferente e também devido às várias questões levantadas não fazerem parte do questionário aplicado anteriormente. Segundo o IBGE,

o censo agropecuário é uma operação estatística em grande escala realizada periodicamente para reunir, processar e difundir dados sobre a estrutura dos setores agropecuário, florestal e aquícola do país. Os dados estruturais típicos são: tamanho da exploração agrícola, uso e aproveitamento da terra, áreas cultivadas, irrigação, população de animais de criação, mão de obra e outros insumos agropecuários, coletados diretamente em todos os estabelecimentos agropecuários. Desde sua última edição, abrangendo o período 1995-1996, além das mudanças na economia em geral, ocorreram significativas alterações setoriais. Assim, devido à necessidade de melhor captar as transformações ocorridas nas diversas atividades agropecuárias e no meio rural, o IBGE elaborou, para o Censo Agropecuário 2006, um processo de refinamento metodológico especialmente no que diz respeito à reformulação do

conteúdo da pesquisa e à incorporação de conceitos que correspondam a elementos que assumiram notoriedade ou às novidades que se integraram ao universo agrícola nacional (IBGE, 2009a, p. 1-2).

Como frequentemente também se recorre às categorias que o IBGE utiliza para designar o pessoal ocupado nos estabelecimentos agropecuários, como “produtor”, “empregados” ou “membros da família”, vale a pena trazer as definições do instituto.

Foram consideradas como pessoal ocupado no estabelecimento todas as pessoas que trabalharam em atividades agropecuárias ou em atividades não agropecuárias de apoio às atividades agropecuárias, como motorista de caminhão, cozinheiro, mecânico, marceneiro, contador e outros, bem como os produtores ou administrador de explorações comunitárias, juntamente com as pessoas que tinham laços de parentesco [membros da família] com eles e que estiveram trabalhando no estabelecimento, no período de referência. (...) Para a finalidade do Censo Agropecuário 2006 foram considerados os seguintes casos para laços de parentesco: cônjuge, filho(a), pai, mãe, sogro(a), avô, avó, genro, nora, companheiro(a), menor sob guarda ou tutela, irmão(ã), neto(a), tio(a), sobrinho(a), primo(a), cunhado(a), enteado do produtor. E as seguintes definições de empregados: empregado permanente – pessoa contratada para trabalhar de maneira regular e contínua em atividades do estabelecimento agropecuário, com, no mínimo, seis meses de contrato ou, se por menor período, foi contratada com esta característica. (...) Empregado temporário – pessoa contratada para trabalhar no estabelecimento agropecuário uma ou mais vezes em tarefas temporárias ou eventuais (...), sem a intermediação de terceiros. (...) Empregado-parceiro – pessoa empregada no estabelecimento e subordinada diretamente à pessoa que dirige o estabelecimento, que executou tarefa mediante recebimento de uma cota-parte da produção: meia, terça, quarta etc.; e outra condição – pessoas que trabalharam no estabelecimento e não se enquadram nas categorias anteriores, como moradores e agregados (IBGE, 2009a, p. 20-21).

O IBGE realizou levantamentos que permitem caracterizar o fenômeno que pode ser designado de *pluriatividade econômica do produtor e membros de sua família*. Contudo, não há nas publicações do Censo Agropecuário 2006 uma definição específica para “estabelecimento pluriativo”, a principal categoria de análise operacionalizada neste trabalho.

A definição operacional de como seria feita a identificação e o recorte do universo dos estabelecimentos pluriativos foi um processo que exigiu longas discussões e reflexões da equipe. Sem esta definição, poder-se-ia, no máximo, trabalhar de forma desagregada com a pluriatividade do “produtor” e dos “membros da família”. Mas teria sido impossível – por meio do mero somatório de ambas as variáveis – determinar o total de estabelecimentos que foram identificados e que caracterizam o fenômeno da pluriatividade nos estabelecimentos agropecuários recenseados pelo Censo Agropecuário 2006.

Malgrado o tortuoso caminho trilhado, os autores deste relatório acreditam ter chegado a uma metodologia relativamente satisfatória para o cruzamento dos dados e a identificação do universo de *estabelecimentos agropecuários pluriativos* no Brasil. A definição obtida é relativamente simples: *estabelecimento pluriativo é aquele estabelecimento agropecuário em que o produtor e/ou algum membro da família exerceu atividades agropecuárias e algum tipo de atividade não agropecuária remunerada e/ou qualquer tipo de atividade remunerada fora do estabelecimento em 2006*.⁴ Neste universo estão contabilizados os estabelecimentos em que apenas o produtor exerceu pluriatividade, mais os estabelecimentos em que algum membro da família exerceu pluriatividade, mais os estabelecimentos em que o produtor e algum membro da família exerceram pluriatividade.

4. Optou-se por definir a pluriatividade de um estabelecimento a partir da resposta positiva às perguntas inseridas no censo sobre o exercício de alguma atividade remunerada fora do estabelecimento agropecuário, seja do produtor ou de algum membro da família, como se verá adiante. Contudo, esta opção pode ter levado a certa subestimação do universo dos estabelecimentos pluriativos, pois também poderiam entrar nesta categoria aqueles nos quais algum integrante realiza atividades não agropecuárias dentro do estabelecimento.

A partir da identificação desses critérios foi possível aplicar operacionalmente o conceito de pluriatividade nos *estabelecimentos agropecuários*, para identificar, quantificar e caracterizar o universo dos estabelecimentos pluriativos recenseados pelo IBGE em 2006, por meio do censo agropecuário. O tipo de tratamento estatístico utilizado nesta pesquisa se resume a apenas uma “análise tabular simples” dos dados do censo, recortando uma parcela do universo total dos estabelecimentos agropecuários a partir do critério de o chefe ou algum membro do estabelecimento ter ocupação em atividade não agrícola.

O critério utilizado para classificar um estabelecimento agropecuário como “pluriativo” foi simplesmente a resposta positiva por parte do “produtor” entrevistado a uma ou duas das seguintes questões do bloco 10 do Censo Agropecuário 2006: “atividade remunerada fora do estabelecimento em 2006” (IBGE, 2009b, p. 6). Na questão 1 foi perguntado: “em 2006, o produtor realizou alguma atividade econômica fora do estabelecimento agropecuário?” (sim ou não). Se o entrevistado respondesse “não”, passava-se à questão seguinte. Mas se respondesse “sim”, ainda seria indagado sobre “qual tipo de atividade?” ele realizou (agropecuária ou não agropecuária) e se “estas atividades contribuíram de modo importante para a renda familiar ou do estabelecimento?” (sim ou não). Em seguida vinha a questão 2, que perguntava: “em 2006, algum membro da família do produtor, que residia no mesmo domicílio do produtor, buscou ou teve alguma atividade remunerada fora do estabelecimento agropecuário?” (sim ou não). Se o entrevistado respondesse “não”, passava-se à questão seguinte. Mas se respondesse “sim”, então o entrevistado deveria responder às mesmas questões realizadas anteriormente para o próprio produtor, agora para os membros residentes da sua família. A forma como as perguntas foram formuladas evita qualquer possibilidade de que a eventual existência de algum membro da família do produtor, que ao mesmo tempo não reside no estabelecimento e esteja ocupado em qualquer tipo de atividades fora deste, possa caracterizar aquele estabelecimento agropecuário como “pluriativo”.⁵ Deste modo, apenas os realmente pluriativos são assim classificados.

Uma vez esclarecida a definição de estabelecimento agropecuário pluriativo, vale a pena tecer também alguns comentários sobre a utilização das categorias “agricultura familiar” e “agricultura não familiar” neste trabalho. Este trabalho não pretende fazer nenhuma digressão teórica de maior abrangência sobre temas que envolvem, entre outros, a dinâmica das classes sociais rurais no desenvolvimento do capitalismo no Brasil.⁶

Para os propósitos deste relatório, não obstante a complexidade e as dificuldades teóricas envolvidas, foi adotada a definição que o próprio IBGE (2009c) utiliza para distinguir estabelecimentos agropecuários de familiares e não familiares.⁷ A definição aqui utilizada é a mesma de outros pesquisadores e órgãos oficiais do governo, como o próprio Ministério

5. Nesse sentido, os autores foram questionados pelo parecerista técnico do Ipea – a quem os autores agradecem por avarar para esse problema e propiciar a oportunidade de reflexão –, que colocou a seguinte situação hipotética: “imaginemos uma fazenda ocupada pela plantação de soja, mais nenhuma atividade produtiva além dessa. O dono desse estabelecimento tem um filho médico, que mora na área urbana. Esse é um estabelecimento pluriativo?” De acordo com o exposto aqui a resposta é definitivamente “não”. Este estabelecimento não se caracteriza como pluriativo porque o “filho médico” do produtor, apesar de ser membro da família deste e de estar ocupado em atividade não agrícola fora do estabelecimento, *não reside no estabelecimento do entrevistado*. Por seu turno, seria possível propor um contraexemplo, para o qual a resposta seria “sim”. Este estabelecimento se caracterizaria como pluriativo em uma situação em que um criador de gado da campanha gaúcha, com uma grande propriedade, administrada por um capataz (gerente) e seus peões (portanto, um estabelecimento de tipo patronal ou não familiar), dessempehassem também a atividade de advogado ou médico em *part-time*. Este criador de gado e advogado e/ou médico reside com sua família no seu estabelecimento, produz e trabalha na área rural como fazendeiro, sendo assim um agropecuarista. Mas ele também dessempeha atividade na área urbana do município onde fica seu estabelecimento como médico e/ou advogado, podendo até eventualmente possuir outros imóveis rurais ou urbanos. Mesmo neste caso, em que se tem a figura de um produtor patronal, em cujo estabelecimento predomina o trabalho assalariado, se está na presença de um *estabelecimento agropecuário pluriativo*.

6. Havendo interesse, os autores recomendam consultar os trabalhos de Schneider (2003; 2006), Niederle (2007), Schneider e Niederle (2008), Conterato (2008) e Escher (2011), entre outros.

7. Ao longo do texto, os autores utilizaram de forma intercambiada as expressões “estabelecimento familiar” e “agricultura familiar” e “estabelecimento não familiar” ou “patronal” e também “agricultura não familiar” e “patronal”.

do Desenvolvimento Agrário (MDA), que se baseiam nos critérios da Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, a qual estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais (Lei nº 11.326/2006), com base em quatro critérios: tamanho de área de no máximo quatro módulos fiscais; mão de obra predominantemente familiar; rendimento agrícola do estabelecimento maior que os salários obtidos fora; e direção do estabelecimento realizado pelos membros da família.

É claro, neste trabalho que esta é uma definição normativa e classificatória sem pretensões heurísticas ou conceituais. Isto significa que estes critérios não desconsideram a enorme pluralidade e diversidade presente tanto entre os estabelecimentos familiares quanto entre os não familiares, pois em ambos a heterogeneidade e a diversidade são muito significativas. O que a definição normativa e classificatória do censo agropecuário permite é separar os estabelecimentos agropecuários em familiares e não familiares. É, portanto, um corte bastante arbitrário, que pode produzir enquadramentos forçados e nem sempre explicativos. Mas, se por um lado esta é uma restrição ou um limite, por outro, é a partir destes enquadramentos que se pode alcançar algum grau de generalização (quando este é justamente o caso): saber qual é a expressão da pluriatividade entre os estabelecimentos agropecuários do Brasil, e se ela é maior entre os familiares que entre não familiares, assim definidos pela Lei nº 11.326/2006.

Um conceito analítico não é o mesmo que uma definição operacional ou normativa. Há diferenças significativas entre um conceito teórico (usado como um recurso heurístico da pesquisa social e acadêmica) e uma definição normativa (usada para uma finalidade prática e operacional, como em uma política pública de governo ou de Estado). Uma definição circunscreve determinado “objeto” em relação a outros dentro de um mesmo domínio cognitivo. Entretanto, há termos cujo objeto é relativamente indeterminado, em que há relativa ausência, polissemia ou falta de convergência quanto ao seu conteúdo e significado – dificultando, desse modo, a elaboração de uma definição clara e consensual. Este é, aparentemente, o caso dos termos “agricultura familiar” (AF) e “agricultura não familiar” (ANF).

Enquanto uma definição normativa para fins de programas de intervenção ou políticas públicas, a categoria de agricultura familiar visa segregar grupos e subgrupos que serão contemplados por ações e medidas governamentais. Portanto, trata-se de uma definição que tem como função orientar de maneira prática o foco da ação administrativa. É normativa porque tem força de regra, diretriz ou norma, tendo a função de criar condicionantes, obrigações e permissões referentes à conduta dos agentes operadores da política pública, e de justificar o enquadramento de membros de um determinado grupo enquanto beneficiários. Por isto, a definição normativa baseia-se em critérios objetivos que, ao serem operacionalizados por meio de uma metodologia, permitem fazer recortes e clivagens que podem ser utilizados como instrumentos de classificação e delimitação para guiar a ação/intervenção. Contrariamente aos termos técnico-normativos, os conceitos teóricos são relativamente indeterminados e só adquirem sentido dentro de um arcabouço conceitual mais amplo e inter-relacionado, no qual representam e funcionam como elementos heurísticos, explicativos de uma determinada realidade, que é apreendida abstratamente e representada por meio desses conceitos.

Diante desses problemas e dessas complexidades, seria correta, então, a opção metodológica de utilizar essa categorização entre familiar e não familiar. Neste trabalho, optou-se por aceitar essa distinção entre as duas categorias basicamente por dois motivos. Primeiro, porque esta é a definição legal e normativa que rege a política pública oficial. Então é importante que se conheça e se reflita sobre as consequências positivas e/ou negativas do seu uso. Segundo, porque a sua utilização na pesquisa pode tanto reafirmar as suas eventuais virtudes analíticas e normativas quanto

apontar os seus problemas e limites. Ter este conhecimento disponível é importante, porque possibilita o questionamento e a indicação de caminhos que contribuam para superá-los. Espera-se, assim, que o leitor possa reconhecer e estar ciente das ambiguidades e dos limites intrínsecos das categorias manejadas neste trabalho, sem que, contudo, isto seja visto como algo essencialmente negativo, que reduz, desqualifica ou invalida a contribuição deste.

Ainda, antes de adentrar na descrição e na análise dos dados estatísticos propriamente, é importante retomar os principais elementos do referencial teórico e os conceitos implicados na análise do fenômeno da pluriatividade na agricultura *tout court*.

3 CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS SOBRE A PLURIATIVIDADE

As pesquisas sobre pluriatividade no Brasil são relativamente recentes, ainda que desde meados da década de 1990 elas tenham apresentado uma rápida evolução. Pode-se argumentar que houve três gerações de trabalhos, iniciando com as pesquisas sobre as formas complementares de trabalho e renda, a agricultura em tempo parcial e finalmente consolidando o tema da pluriatividade.⁸ A primeira geração de trabalhos sobre a dupla atividade dos agricultores circunscreveu-se à década de 1980, sendo os estudos de Seyferth sobre os “colonos-operários” as principais referências (Seyferth, 1984; 1987).

Já nos anos 1990, a segunda geração de pesquisas passou a incorporar as noções de *part-time farming* e *multiple-job holding*, que já haviam sido utilizadas na Europa e em outros países desenvolvidos, para descrever as situações em que parcela crescente dos agricultores dedica apenas uma parte de sua jornada de trabalho às atividades agrícolas – destacam-se os trabalhos de Schneider (1994; 1999), Anjos (1995), Carneiro (1996) e Neves (1995; 1997), entre outros.

A terceira geração iniciou no final da década de 1990 e estende-se até o período atual, caracterizando-se pelos estudos sobre pluriatividade na perspectiva que esta noção adquiriu a partir da definição de Fuller (1990) e Brun e Fuller (1991), que a entendem como um elemento de diversificação que pode se produzir no interior da família ou a partir do exterior, pois ela funciona como uma estratégia que se modifica de acordo com a dinâmica familiar e com sua relação com a estrutura agrária. Os principais trabalhos desta fase dos estudos (Carneiro, 1998; Kageyama, 1998; Schneider, 2003; Anjos, 2003) concentraram-se na análise da combinação de atividades agrícolas e não agrícolas na agricultura familiar e nos efeitos sobre as economias locais. Neste período, as pesquisas sobre a pluriatividade vieram acompanhadas pelo debate sobre a (nova) ruralidade, quando se discutiu temas como: as relações rural-urbanas, as mudanças demográficas, a formação das identidades sociais e as representações simbólicas sobre o rural (Carneiro, 2001; Veiga, 2002; Moreira, 2002; Wanderley, 2004).

Mas o impulso decisivo ao estudo da pluriatividade ocorreu à medida que se ampliaram as pesquisas sobre as mudanças no mercado de trabalho e a ocupação rural no Brasil. As pesquisas conduzidas no âmbito do Projeto Rurbano, como citado anteriormente, tornaram-se referência na análise das mudanças econômicas, espaciais e ocupacionais do meio rural (Campanhola e Silva, 2004; Silva, 1999). Apoiando-se em um refinado tratamento dos dados da PNAD, vários autores fizeram e continuam fazendo grandes avanços (Souza e Nascimento, 2006; Nascimento e Cardozo, 2007). Contudo, são reconhecidos alguns limites desta base de dados para pesquisar o tema da pluriatividade no meio rural: por

8. O conteúdo e a forma de exposição desse tema nesta seção seguem basicamente os trabalhos de Schneider (2003; 2007; 2009), Schneider e Conterato (2006), Conterato (2008) e Escher (2011).

se tratar de uma pesquisa amostral, os dados agregados são apenas estimativos, os quais, apesar de estatisticamente significativos, não se tratam de dados reais apurados em todos os domicílios, como no caso do censo agropecuário, considerando que a sua unidade básica é o domicílio (urbano ou rural), e não o estabelecimento agropecuário. Além disso, a pesquisa é realizada em regiões metropolitanas e não metropolitanas, mas não em todos os municípios, microrregiões e mesorregiões.⁹

Segundo os dados da PNAD para 2009, haveria 8.749.853 domicílios rurais no Brasil, entre os quais poder-se-ia considerar: 4.253.466 (48,6%) de famílias não pluriativas, e 4.496.387 (51,4%) de famílias pluriativas. Na região Sul seriam ao todo 1.452.045 domicílios rurais, dos quais 742.765 (51,2%) poderiam ser considerados de famílias não pluriativas, e 709.283 (48,8%) de famílias pluriativas. E na região Nordeste haveria 3.957.644 domicílios rurais, dos quais 1.657.414 (41,9%) poderiam ser considerados não pluriativos e 2.300.230 (58,1%) poderiam ser considerados pluriativos. Como será visto, apesar de algumas tendências se confirmarem, os dados do censo agropecuário evidenciam uma realidade diversa, que em parte é explicada pelas diferentes metodologias e unidades de análise (“domicílio” no caso da PNAD e “estabelecimento agropecuário” no caso do censo).

Malgrado os avanços que representaram essas pesquisas sobre as mudanças nos mercados de trabalho, no perfil ocupacional das pessoas e famílias e nas características dos postos de trabalho rurais, diversos trabalhos – principalmente aqueles realizados no PGDR – vêm alertando para a necessidade de esclarecer as diferenças entre as dinâmicas das ocupações não agrícolas e a pluriatividade das famílias (Schneider, 2003; Schneider, 2007; Schneider e Conterato, 2006; Perondi, 2007; Niederle, 2007; Conterato, 2008; Escher, 2011). Mesmo que a pluriatividade seja dependente da possibilidade de combinação das atividades agrícolas com as não agrícolas em um determinado contexto social e econômico, sustenta-se que a manutenção das múltiplas inserções ocupacionais depende de um conjunto de variáveis e fatores relacionados à dinâmica das famílias e dos indivíduos que as compõem. Ao não se considerar este aspecto fundamental, muitos analistas acabaram tratando a pluriatividade como uma característica transitória e efêmera, com tendência ao desaparecimento tão logo as condições econômicas do entorno melhorassem.

Contudo, as situações que ora caracterizam o fenômeno denominado pluriatividade não configuram nem de longe uma completa novidade. Inclusive, este tipo de concepção sobre a pluriatividade como um fenômeno transitório e efêmero encontra ecos na clássica interpretação acerca do desenvolvimento do capitalismo agrário de Kautsky (1980), segundo a qual a permanência e a reprodução social e econômica dos pequenos proprietários camponeses no interior da agricultura capitalista – dominada por empresas agrícolas de grande escala – poderiam ocorrer desde que estes desenvolvessem formas de “trabalho rural acessório”, como pequenos arrendatários ou fornecedores de mão de obra assalariada às grandes explorações capitalistas, bem como trabalhadores autônomos ocupados em pequenas indústrias a domicílio – subordinadas ao processo de valorização do valor e de acumulação de capital em nível estrutural.

9. Na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), a unidade de referência do levantamento de dados são os domicílios rurais. Não é raro que em um mesmo estabelecimento agropecuário haja mais que um domicílio, ou que um mesmo domicílio possa ter relação com mais de um estabelecimento agropecuário, pois muitos agricultores residem em um domicílio, mas possuem mais de um estabelecimento (é comum agricultores terem mais de um imóvel rural, pois a unidade de produção pode estar desmembrada em várias partes por razões de herança ou mesmo aquisição). Além disso, na PNAD as receitas agrícolas são autodeclaradas pelo informante que responde ao questionário, e não apuradas a partir das informações sobre as quantidades produzidas da produção vegetal, animal e outras. Por tudo isto, não se trata de afirmar que o estabelecimento agropecuário é uma unidade de análise melhor que o domicílio rural, mas as informações sobre a produção e as atividades realizadas pelos produtores são mais completas no censo agropecuário.

Outra interpretação clássica, porém contrastante com a de Kautsky, é a teoria de Chayanov (1974), para o qual as “outras atividades rurais não agrícolas” assumiam uma importância fundamental para a reprodução social e econômica dos camponeses. Como um conjunto de ações conscientes e planejadas que a família mobiliza para alcançar seus objetivos, estas atividades assumiriam um caráter estratégico na adequação das necessidades familiares à conveniência técnica de seu específico sistema de produção e, assim, contribuiriam para garantir o “equilíbrio entre produção e consumo” e para corrigir as distorções no interior do “ciclo demográfico” da unidade familiar, causado por sua crescente inserção na divisão do trabalho e nos circuitos mercantis capitalistas.

Para fins de definição, tal como é conceituado neste trabalho, a pluriatividade que ocorre no meio rural refere-se a um fenômeno que pressupõem a combinação de pelo menos duas atividades, sendo uma delas a agricultura e/ou a pecuária. Estas atividades são exercidas por indivíduos que pertencem a um grupo doméstico ligado por laços de parentesco e consanguinidade (filiação) entre si, podendo a ele pertencer, eventualmente, outros membros não consanguíneos (adoção), que compartilham entre si um mesmo espaço doméstico e produtivo de moradia e trabalho (não necessariamente em um mesmo alojamento ou habitação) e se identificam como uma “família”.

As várias (pluri)atividades, referidas ao longo do texto, também requerem uma definição. Uma atividade consiste na execução de um conjunto de tarefas, procedimentos e operações de caráter produtivo e laboral, tais como plantio, manejo, colheita, limpeza, preparação, organização, beneficiamento etc. A atividade agropecuária, ou simplesmente “agricultura”, compreende uma miríade diversificada e complexa de tarefas, procedimentos e operações que envolvem o cultivo de organismos vivos (animais e vegetais) e o gerenciamento de processos biológicos dos quais resulta a produção de alimentos, fibras e matérias-primas. Em função desta diversidade e complexidade torna-se difícil e muito relativo definir onde começa e termina uma atividade agrícola ou agropecuária. Para fins de definição, é importante considerar que a base física em que estas se realizam é a unidade de produção, isto é, o estabelecimento agropecuário. Mesmo assim, pode-se falar de atividades agropecuárias desempenhadas no próprio estabelecimento ou no estabelecimento de terceiros.

Existem também as chamadas atividades para-agrícolas/agropecuárias, que formam um conjunto de operações, tarefas e procedimentos que implicam na transformação, no beneficiamento e/ou no processamento de produtos (*in natura* ou de derivados) produzidos dentro de um estabelecimento ou adquiridos (em parte ou no todo) fora. As atividades para-agrícolas podem ter a finalidade de transformar a produção visando o consumo pelos próprios membros da família ou destiná-la à venda. Por fim, as atividades não agrícolas/agropecuárias são todas aquelas que não se enquadram na definição de atividade agrícola ou para-agrícola. Em geral, são atividades de outros setores ou ramos da economia, sendo os mais tradicionais a indústria, o comércio e os serviços. A combinação de, e a interação entre, atividades agrícolas, para-agrícolas e não agrícolas gera a pluriatividade, que tende a ser mais intensa à medida que mais complexas e diversificadas sejam as relações entre os agricultores e o ambiente social e econômico em que estiverem inseridos.

O crescimento do número de agricultores familiares ocupados em atividades não agrícolas está relacionado às alterações na estrutura e na dinâmica do mercado de trabalho resultantes da reestruturação produtiva e das mudanças no capitalismo contemporâneo, que originam novas relações de trabalho e modos de ocupação da mão de obra. A pluriatividade aparece como um fenômeno relacionado a estas alterações, pois depende da possibilidade de combinação das atividades agrícolas com as não agrícolas em um determinado contexto

social e econômico marcado pelo fenômeno da mercantilização. Mas a configuração das múltiplas inserções ocupacionais depende também de um conjunto de fatores e variáveis relativos à dinâmica das famílias e às escolhas e opções dos indivíduos que as compõem. Nestes termos, o recurso à pluriatividade é a expressão de uma forma particular de mercantilização e um elemento de diversificação da agricultura familiar, apresentando-se como uma estratégia cada vez mais presente e estável no meio rural, característica mesmo da chamada “nova ruralidade” em curso no Brasil e no mundo.

Segundo Ellis (2000), a pluriatividade pode ser entendida como uma estratégia de reação, diante de uma situação de risco ou de vulnerabilidade, ou então como uma estratégia de adaptação, quando os indivíduos membros de uma família possuem certos atributos que lhes permitem optar e decidir frente a um conjunto de oportunidades e possibilidades de inserção laboral. “Assim, a pluriatividade tem a ver com o exercício das capacidades e o poder de agência dos indivíduos” (Schneider, 2009, p. 6). Ela pode ocorrer tanto em situações em que os agricultores se encontram inseridos em mercados de produtos, bens e serviços como em situações em que a ocupação produtiva é muito instável ou incipiente. Nestes casos a sua força de trabalho passa a ser a principal mercadoria de que os agricultores dispõem para oferecer no mercado, em troca de alguma remuneração. Contudo, mesmo nestes casos, o recurso à pluriatividade não implica necessariamente na proletarianização dos indivíduos, mas implica sobremaneira no aprofundamento da inserção destes nos circuitos mercantis, de acordo com as características existentes no território em que eles vivem, podendo ocorrer concomitantemente em mercados de produtos e de trabalho.

Em trabalhos recentes (Schneider, 2006; Perondi, 2007; Conterato, 2008), foram indicadas ainda outras variáveis que contribuem para diferenciação da pluriatividade, tais como: o nível de escolaridade dos membros da família, a superfície de terra disponível para a produção, o número de membros na família, a diferenciação etária e o acesso à renda. Seja como for, os estudos até aqui realizados sobre pluriatividade permitem concluir que se trata de um fenômeno estável e diversificado que, embora exista desde longo tempo no meio rural, apenas recentemente passou a ser estudado sob esta denominação. Também já se sabe que se trata de uma estratégia de reprodução social das famílias rurais, que recorrem às atividades externas por diferentes razões (adaptação, reação, estilo de vida), não sendo a pobreza o único fator determinante, nem o principal, em contraste com o que recentemente se voltou a argumentar (Nascimento e Cardozo, 2007).

Schneider (2009) e Conterato (2008) conseguiram identificar cinco principais fatores causais (embora possa haver outros) que, no âmbito do capitalismo contemporâneo, condicionam e estimulam a pluriatividade em contextos de mercantilização da agricultura e do meio rural, conforme a seguir descrito.

- 1) A redução da utilização de mão de obra das famílias rurais por causa da adoção de tecnologias poupadoras de força de trabalho, resultante especialmente do processo de modernização da agricultura brasileira, por meio da mudança da sua base tecnológica, em curso desde a década de 1970, seguindo os preceitos da Revolução Verde.
- 2) A ampliação da contratação de serviços de terceiros, seja para a realização de algum trabalho temporário, seja por meio da prestação de serviços auxiliares, associada ao aluguel de máquinas e equipamentos para determinadas atividades específicas. A terceirização agrícola também pode ser entendida como uma consequência dessa alteração da base tecnológica da produção agropecuária nas últimas décadas, o que permitiu o surgimento de um conjunto de novas ocupações não agrícolas, tais como motoristas, administradores, entre vários outros.

- 3) A queda crescente e continuada das rendas agrícolas em função do aumento dos custos de produção, associados ao *treadmill* tecnológico (Cochrane *apud* Veiga, 2007) e ao *cost-price squeeze* (Ploeg, 2008; 2009). Estes conceitos demonstram que os agricultores modernizados se veem obrigados a incorporar progresso técnico para se manterem competitivos, encontrando-se constantemente presos a uma esteira rolante (*treadmill*) de inovação tecnológica. Isto significa uma necessidade crescente de adição de insumos externos para manter economias de escala, tornando seus custos de produção cada vez mais elevados, como atesta a pesquisa sobre consumo intermediário, deste mesmo projeto. Consequentemente, na medida em que o progresso técnico é incorporado, aumentando as escalas de seus sistemas de produção, são reduzidos os preços pagos ao produtor, ou seja, ocorre um estrangulamento (*squeeze*) na relação custo-preço.
- 4) Mudanças estruturais nos mercados de trabalho por meio de processos de descentralização e realocação industrial, permitindo o aumento de atividades não agrícolas no espaço rural ou mesmo o deslocamento de habitantes rurais às imediações urbanas. No Brasil, apenas para citar dois exemplos, tem-se o caso de algumas regiões nos estados sulinos de Santa Catarina (Vale do Itajaí) e do Rio Grande do Sul (Encosta Inferior e Superior da Serra do Nordeste), nas quais houve processos de industrialização relativamente descentralizados em áreas de elevada densidade demográfica, sendo que as indústrias que lá se localizaram vieram em busca de vantagens competitivas relacionadas ao baixo custo da força de trabalho, às facilidades logísticas e a outros (Schneider, 2003).
- 5) Os efeitos de certas políticas de “desenvolvimento rural” que estimulam atividades não agrícolas no meio rural, como turismo, pequenas e médias agroindústrias familiares, preservação ambiental, entre outras atividades que promovem contensão do fluxo migratório e do êxodo rural. Muito comuns na Europa, em geral são políticas que visam gerar empregos, estimular a diversificação das rendas e oferecer alternativas econômicas aos agricultores que não sejam exclusivamente ligadas ao aumento da produção, fazendo com que possam reanimar as regiões desfavorecidas ou pouco competitivas. No Brasil, existem exemplos muito embrionários, como experiências de apoio ao turismo rural, ecológico, étnico-cultural (indígenas, quilombolas, povos tradicionais) e agroindústrias familiares rurais.

Enfim, para se compreender a diversidade das formas que a pluriatividade pode assumir em circunstâncias particulares, mediante as características internas das unidades familiares de trabalho e produção e as ligações externas que elas estabelecem com o ambiente social e econômico no qual se encontram inseridas, é adequado analisar: as condições sociais de vida e as características específicas dessas famílias, as estratégias de reprodução social e econômica que adotam, os tipos de atividades e ocupações em que se envolvem e os recursos produtivos e os tipos de renda ou fontes de receita a que os seus membros têm acesso. Contudo, embora com o atual avanço industrial e a expansão generalizada do capitalismo a mercantilização atinja a maior parte das esferas da vida social, econômica e cultural das pessoas – inclusive dos agricultores (familiares e não familiares) e da população rural –, ainda assim é muito comum a existência de estabelecimentos que realizam apenas atividades exclusivamente agropecuárias e/ou apenas internamente ao seu estabelecimento agropecuário/unidade de produção. A estes estabelecimentos agropecuários – citados apenas para fins de contextualização no âmbito deste estudo –, a fim de contrastar com os “estabelecimentos pluriativos”, denomina-se simplesmente “estabelecimentos monoativos”.

Mas também é possível estabelecer alguma distinção dentro do universo dos estabelecimentos pluriativos. Para isto, é essencial propor uma espécie de tipologia que pode vir a ser útil e operacionalizável com base nos dados do Censo Agropecuário 2006: o primeiro tipo, que não há como apurar, era comum entre aqueles agricultores que viveram durante o período de

vigência do “sistema produtivo colonial”, como aqueles que imigraram da Europa diretamente para o Rio Grande do Sul ainda no início do século XIX (Schneider, 2004), onde se estabeleceram nas “colônias velhas” e posteriormente foram migrando dentro do mesmo estado, abrindo a fronteira agrícola e constituindo as “colônias novas”. Ou então aqueles que, com o fechamento da fronteira agrícola gaúcha, avançaram para os estados de Santa Catarina (Plein, 2003) e posteriormente para sudoeste e oeste do Paraná (Escher, 2011).

Na vigência desse “sistema produtivo colonial”, a pluriatividade ocorria dentro dos limites da propriedade rural dos colonos, como uma característica própria de seu modo de vida, e não como um efeito da mercantilização exacerbada. Neste tipo de pluriatividade, denominada “tradicional ou camponesa”, as famílias combinavam suas atividades agrícolas com as para-agrícolas (produção, transformação e artesanato), recorrendo: à fabricação de alimentos transformados (queijo, manteiga, embutidos, *schmiers* etc.); à confecção de objetos para o uso pessoal (vestuário, acolchoados, travesseiros de pena etc.); ou à fabricação de instrumentos de trabalho (ferramentas como enxadas, foices e pás, balaios e cestos, material de selaria etc.).

Outros três tipos de pluriatividade podem ser citadas, entretanto, apenas as duas primeiras poderão ser apuradas neste trabalho. A primeira é a “pluriatividade intersetorial”, decorrente do crescente processo de encadeamento e articulação da agricultura com os demais setores da economia (notadamente indústria, comércio e serviços), expressão rural das transformações estruturais mais amplas no mercado de trabalho no período “pós-fordista”, ligada: à descentralização e realocização industrial (inclusive em espaços rurais e periurbanos); à segmentação do mercado de trabalho; à flexibilização das relações de trabalho (subcontratação, precarização, informalização); à expansão crescente das áreas de habitação no entorno das Grandes Regiões metropolitanas; e ao fluxo pendular de pessoas que habitam o meio rural, mas trabalham em atividades não agrícolas.

A segunda é a “pluriatividade de base agrária”, realizada dentro do próprio setor agropecuário e decorrente da demanda crescente por serviços e atividades resultantes do processo de modernização da agricultura, expandindo a terceirização de etapas ou fases dos processos produtivos na agricultura, implicando na subcontratação e no aluguel de máquinas e equipamentos e na contratação de serviços auxiliares para execução de tarefas que antes eram realizadas no interior de cada exploração agropecuária. A pluriatividade de base agrária se manifesta de três formas, conforme resumido a seguir.

- 1) Por meio dos indivíduos que residem no meio rural e trabalham na atividade agrícola. Mas uma parcela relevante – ou até mesmo a maior parte – de sua jornada de trabalho é dedicada à prestação de serviços com máquinas e equipamentos (plantio, colheita, pulverização, manejo, transporte etc.) para terceiros, como vizinhos ou mesmo em propriedades mais distantes, mediante pagamento (em dinheiro ou em produto), não se tratando de uma forma de ajuda mútua.
- 2) Mediante contratação de pessoas que moram no meio rural e integram famílias de agricultores para atuar em atividades, como processamento, beneficiamento, transporte, comercialização etc., da produção agropecuária, em empregos gerados pela própria dinâmica agroindustrial, que ao se desenvolver gera um conjunto de atividades não agrícolas.
- 3) Por meio da informalidade e da precariedade da venda da força de trabalho no meio rural, em larga medida decorrente da sazonalidade dos processos de produção na agricultura. No meio rural, existe um conjunto de atividades agrícolas e não agrícolas esporádicas, intermitentes e temporárias, que não têm jornada de trabalho formal pré-estabelecida (serviços domésticos, vendedores ambulantes ou de porta em porta, diaristas, empreiteiros, boias-frias, volantes). A sua execução pode se dar dentro ou fora do estabelecimento agropecuário, assim como ser próxima ou longe da moradia.

A terceira, a “pluriatividade para-agrícola” – que compõe e está somada à pluriatividade de base agrária neste trabalho –, trata-se de uma evolução (tradicional ou camponesa) da transformação, do beneficiamento ou do processamento artesanal para o autoconsumo, que passa a ganhar escala industrial (geralmente pequena ou média) e a ser orientada para a venda no mercado. À medida que este tipo de produção cresce e começa a ocupar espaços fora do âmbito doméstico, ela se torna uma atividade independente, inaugurando uma nova jornada de trabalho e rotinas diferenciadas, sendo possível afirmar que surge uma nova atividade ou outra ocupação que, combinada com a agricultura como atividade principal, gera a pluriatividade. Em geral, este é um tipo de pluriatividade ligado à produção de derivados de leite, cana-de-açúcar, carnes, frutas e outros produtos que passaram a ser processados e transformados no interior das propriedades mediante agregação de valor. Este processo surge como uma alternativa de emprego, ocupação e renda para as famílias de pequenos agricultores que vislumbram uma forma de inserção econômica e mercantil por mecanismos diferentes dos usuais esquemas de integração agroindustrial – como as aves e os suínos ou a produção de *commodities*, como a soja. No Brasil, estes empreendimentos vêm sendo chamados de “agroindústrias familiares rurais”, constituindo-se em uma enorme diversidade de formas organizativas e tecnológicas, que possuem os mais diversos tipos de escalas e de gestão – familiares individuais, associativas, cooperativas etc. (Duarte e Grigolo, 2006; Gazolla e Pelegrini, 2008; Scarton, 2011).

4 IDENTIFICAÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS PLURIATIVOS NO BRASIL E NAS REGIÕES SUL E NORDESTE

Nesta seção, os estabelecimentos nos quais os produtores e/ou algum dos membros das famílias exercem a assim denominada pluriatividade econômica são identificados e quantificados para o Brasil, a região Sul e a região Nordeste, em relação ao total dos estabelecimentos agropecuários. Inicialmente, é feita uma distinção entre os estabelecimentos pluriativos e os estabelecimentos não pluriativos. Em seguida, distinguem-se os estabelecimentos agropecuários pluriativos e não pluriativos entre agricultura familiar e agricultura não familiar. E, por fim, buscam-se alguns elementos de comparação para a pluriatividade entre os estabelecimentos das regiões Sul e Nordeste e entre agricultura familiar e agricultura não familiar.

4.1 Estabelecimentos pluriativos e não pluriativos no Brasil e em relação à agricultura familiar e à agricultura não familiar

De acordo com os dados do Censo Agropecuário 2006, foram recenseados 5.175.489 estabelecimentos agropecuários em todo o Brasil em 2006, dos quais 37% (1.910.131) podem ser considerados pluriativos, segundo a metodologia adotada.

TABELA 1
Estabelecimentos agropecuários no Brasil: pluriativos e não pluriativos¹

Não pluriativos		Pluriativos		Total	
Número de estabelecimentos	Proporção (%)	Número de estabelecimentos	Proporção (%)	Número de estabelecimentos	Proporção (%)
3.265.358	63,0	1.910.131	37,0	5.175.489	100,0

Fonte: Censo Agropecuário 2006 (IBGE, 2009b).

Elaboração: Ipea e PGDR, 2010-2011.

Nota: ¹ Tabulação especial realizada pelo IBGE.

De outro ponto de vista, entre esse total de estabelecimentos agropecuários, 84,4% (4.367.902) podem ser classificados como pertencentes à categoria agricultura familiar, e 15,6% (807.587) à categoria agricultura não familiar. Como se pode observar na tabela 2, entre os estabelecimentos de agricultura não familiar, 51,9% (419.051) são pluriativos, ao passo que entre os estabelecimentos de agricultura familiar, apenas 34,1% (1.491.080) são pluriativos.

TABELA 2
Estabelecimentos totais e pluriativos no Brasil, na agricultura familiar e não familiar¹

Variáveis	Agricultura familiar		Agricultura não familiar	
	Número de estabelecimentos	Proporção (%)	Número de estabelecimentos	Proporção (%)
Total	4.367.902	100,0	807.587	100,0
Pluriativos	1.491.080	34,1	419.051	51,9

Fonte: Censo Agropecuário 2006 (IBGE, 2009b).

Elaboração: Ipea e PGDR, 2010-2011.

Nota: ¹ Tabulação especial realizada pelo IBGE.

Essa constatação representa uma intrigante surpresa, haja vista que a quase totalidade dos estudos sobre pluriatividade no Brasil sempre consideraram esse fenômeno como uma especificidade da agricultura familiar e pouca atenção era dada a sua manifestação em outros segmentos (agricultura empresarial, patronal, capitalista, corporativa etc.). Por um lado, isto se deve ao fato de que os estudos realizados com base nos dados secundários da PNAD não operavam esta distinção e, por outro, ao fato de que os estudos de caso geralmente eram focados exclusivamente na agricultura familiar, justamente em regiões onde esta é predominante – assim como no Sul e no Nordeste do Brasil, que em conjunto abrigam praticamente 80% da agricultura familiar nacional.

Diante da falta de estudos e pesquisas específicas sobre as características da pluriatividade em estabelecimentos não familiares, é possível apelar ao senso comum para buscar alguma explicação para a sua grande ocorrência e afirmar que muitos estabelecimentos não familiares são, de fato, unidades de produção cuja propriedade pertence a profissionais de outras atividades econômicas, como as atividades liberais (médicos, dentistas, advogados etc.), que lá residem e trabalham nas imediações urbanas – o que vem se tornando bastante típico em cidades pequenas ou médias. Outra hipótese a ser mais bem estudada é a existência de profissionais das ciências agrárias, como agrônomos, veterinários, zootecnistas, entre outros, que são também proprietários de estabelecimentos rurais, mas que não exploram a unidade em regime de economia familiar. Há ainda a possibilidade de que muitos destes estabelecimentos não familiares sejam, na verdade, sítios ou chácaras utilizados ao mesmo tempo para lazer e residência, não constituindo especificamente uma unidade de produção agropecuária. Enfim, apesar de uma variada gama de possibilidades práticas da pluriatividade em estabelecimentos agropecuários não familiares, o que este fenômeno evidencia é mais uma faceta da heterogeneidade e diversidade do meio rural brasileiro e das “novas ruralidades” emergentes.

É possível até mesmo que alguns estabelecimentos que foram classificados como de agricultura não familiar sejam, na verdade, também de agricultura familiar, mas que por alguma razão não foram aí incluídos. Assim a hipótese mais plausível talvez seja que, entre os critérios da metodologia do IBGE, baseada na definição do PRONAF e da Lei nº 11.326/2006, um destes propunha que os estabelecimentos que possuem mais da metade da renda proveniente de atividades não agrícolas fossem excluídos da classificação de agricultura familiar para fins da política pública, sendo automaticamente classificados na outra categoria, por não se adequarem ao referido critério, que, como afirmado na introdução, desde 2011 sofreu uma alteração, permitindo a inclusão destes estabelecimentos pluriativos no universo dos estabelecimentos de agricultura familiar.

Seja como for, não se pode postular mais que possíveis hipóteses explicativas, a serem aprofundadas em estudos vindouros, sobre o perfil e as características da pluriatividade em estabelecimentos agropecuários não familiares. Uma primeira possibilidade seria, por exemplo, cruzar as informações sobre os estabelecimentos pluriativos com a questão 5 do questionário do Censo Agropecuário 2006, na qual se pergunta “qual é o local de residência da pessoa que dirige o estabelecimento?”, o que não foi feito nesta pesquisa. Outra possibilidade seria cruzar as informações sobre a pluriatividade com variáveis como “condição do produtor em relação às terras” (proprietário; assentado sem titulação definitiva; arrendatário; parceiro; e ocupante) e, principalmente, com as variáveis de “condição legal do produtor” (produtor individual; condomínio, consórcio ou sociedade de pessoas; cooperativa; sociedade anônima S.A. ou sociedade limitada (Ltda.); instituição de utilidade pública; e governo).

4.2 Estabelecimentos pluriativos e não pluriativos na região Sul, em relação à agricultura familiar e à agricultura não familiar

De acordo com os dados do Censo Agropecuário 2006, na região Sul do Brasil, formada pelos estados de Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, há um grande número de estabelecimentos agropecuários: 1.006.181. Este montante representa 19,4% do total dos estabelecimentos agropecuários do país. E entre estes, 35,3% (355.185) são estabelecimentos pluriativos.

TABELA 3
Estabelecimentos agropecuários na região Sul: pluriativos e não pluriativos¹

Não pluriativos		Pluriativos		Total	
Número de estabelecimentos	Proporção (%)	Número de estabelecimentos	Proporção (%)	Número de estabelecimentos	Proporção (%)
650.996	64,7	355.185	35,3	1.006.181	100,0

Fonte: Censo Agropecuário 2006 (IBGE, 2009b).

Elaboração: Ipea e PGDR, 2010-2011.

Nota: ¹ Tabulação especial realizada pelo IBGE.

Os 849.997 estabelecimentos de agricultores familiares recenseados representam 84,5% do total e os 156.184 estabelecimentos de agricultores não familiares representam 15,5% deste. A tendência anteriormente apontada para o Brasil como um todo também se confirma para a região Sul (tabela 4), embora de maneira mais equilibrada entre as duas categorias: entre os estabelecimentos de agricultura familiar, 32,5% (275.945) são pluriativos; ao passo que, entre os estabelecimentos de agricultura não familiar, 50,7% (79.240) o são.

TABELA 4
Estabelecimentos totais e pluriativos na região Sul, na agricultura familiar e não familiar¹

Variáveis	Agricultura familiar		Agricultura não familiar	
	Número de estabelecimentos	Proporção (%)	Número de estabelecimentos	Proporção (%)
Total	849.997	100,0	156.184	100,0
Pluriativos	275.945	32,5	79.240	50,7

Fonte: Censo Agropecuário 2006 (IBGE, 2009b).

Elaboração: Ipea e PGDR, 2010-2011.

Nota: ¹ Tabulação especial realizada pelo IBGE.

4.3 Estabelecimentos pluriativos e não pluriativos na região Nordeste, em relação à agricultura familiar e à agricultura não familiar

A região Nordeste é formada por nove estados: Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Piauí, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Sergipe. São 2.454.006 estabelecimentos agropecuários no Nordeste, o que significa nada mais nada menos que 47,41% do total de estabelecimentos agropecuários do Brasil. Sendo que 37% (907.489) destes são pluriativos.

TABELA 5
Estabelecimentos agropecuários na região Nordeste: pluriativos e não pluriativos¹

Não pluriativos		Pluriativos		Total	
Número de estabelecimentos	Proporção (%)	Número de estabelecimentos	Proporção (%)	Número de estabelecimentos	Proporção (%)
1.546.517	63,0	907.489	37,0	2.454.006	100,0

Fonte: Censo Agropecuário 2006 (IBGE, 2009b).

Elaboração: Ipea e PGDR, 2010-2011.

Nota: ¹ Tabulação especial realizada pelo IBGE.

No Nordeste também se encontra a maior concentração de agricultores familiares do Brasil, pois 89,1% (2.187.295) do total de estabelecimentos agropecuários da região pertencem a esta categoria, em que 34,4% (752.040) são pluriativos; e apenas 10,9% (266.711) pertencem à categoria não familiar, dos quais 58,3% (155.449) são pluriativos (tabela 6). Ou seja, a tendência apontada para o Brasil, e confirmada na região Sul, também se confirma para o Nordeste, porém a incidência de pluriatividade em ambas as categorias na referida região está acima da média nacional e apresenta ainda maior intensidade na agricultura não familiar.

TABELA 6
Estabelecimentos totais e pluriativos na região Nordeste, na agricultura familiar e não familiar¹

Variáveis	Agricultura familiar		Agricultura não familiar	
	Número de estabelecimentos	Proporção (%)	Número de estabelecimentos	Proporção (%)
Total	2.187.295	100,0	266.711	100,0
Pluriativos	752.040	34,4	155.449	58,3

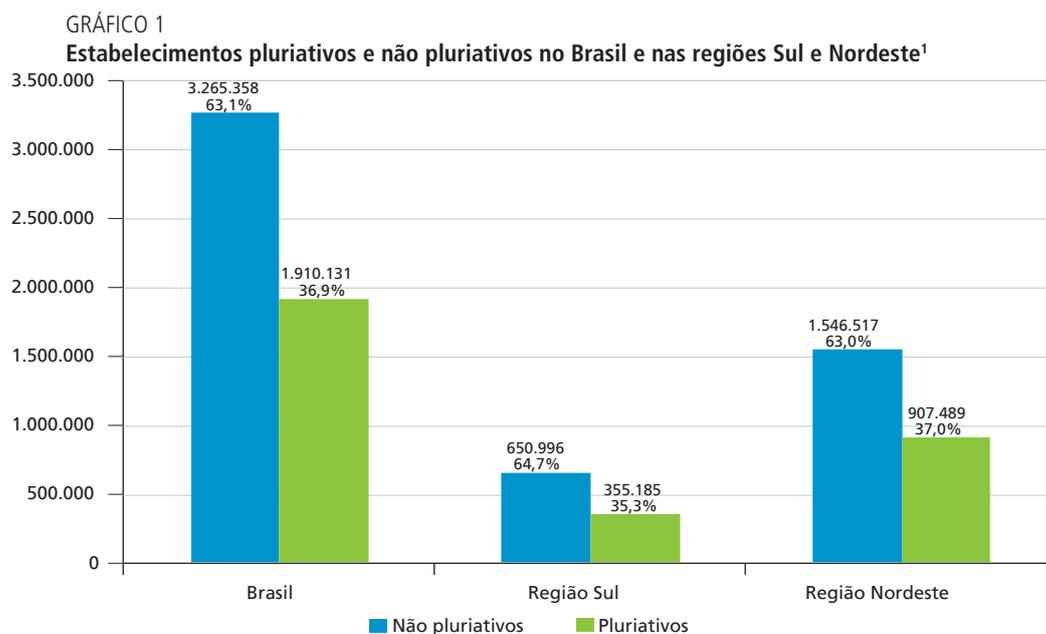
Fonte: Censo Agropecuário 2006 (IBGE, 2009b).

Elaboração: Ipea e PGDR, 2010-2011.

Nota: ¹ Tabulação especial realizada pelo IBGE.

4.4 Comparação dos estabelecimentos pluriativos e não pluriativos entre o Brasil e as regiões Sul e Nordeste, em relação à agricultura familiar e à agricultura não familiar

O gráfico 1 retoma os dados já discutidos para cada unidade territorial em questão em uma perspectiva comparada. Para o Nordeste, se repete a mesma proporção que para o Brasil entre os estabelecimentos pluriativos e não pluriativos, enquanto no Sul esta proporção é levemente menor, pendendo a favor dos não pluriativos.

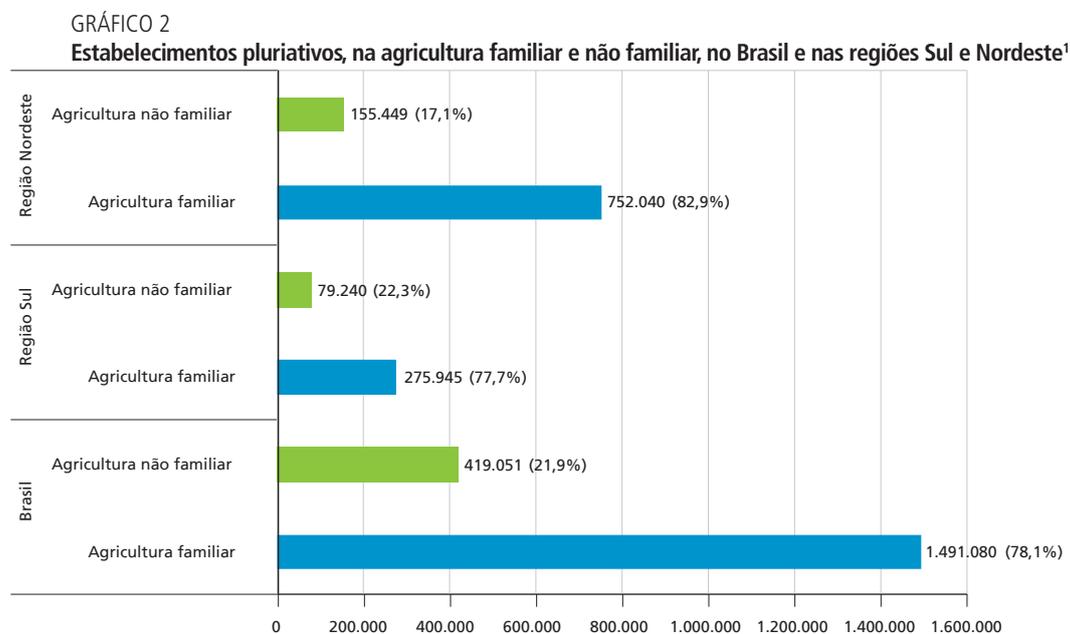


Fonte: Censo Agropecuário 2006 (IBGE, 2009b).

Elaboração: Ipea e PGDR, 2010-2011.

Nota: ¹ Tabulação especial realizada pelo IBGE.

Os dados do gráfico 2, por sua vez, mostram exclusivamente a distribuição dos estabelecimentos pluriativos entre as categorias “agricultura familiar” e “agricultura não familiar”. Neste caso o contrário se verifica: há uma maior convergência percentual entre Brasil e região Sul, em que aproximadamente 78% dos estabelecimentos pluriativos são de agricultura familiar e cerca de 22% são de agricultura não familiar, enquanto no Nordeste a proporção é de 82,9% para 17,1%.



Fonte: Censo Agropecuário 2006 (IBGE, 2009b).

Elaboração: Ipea e PGDR, 2010-2011.

Nota: ¹ Tabulação especial realizada pelo IBGE.

5 CARACTERÍSTICAS DO PRODUTOR RESPONSÁVEL PELA DIREÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS NO BRASIL E NAS REGIÕES SUL E NORDESTE

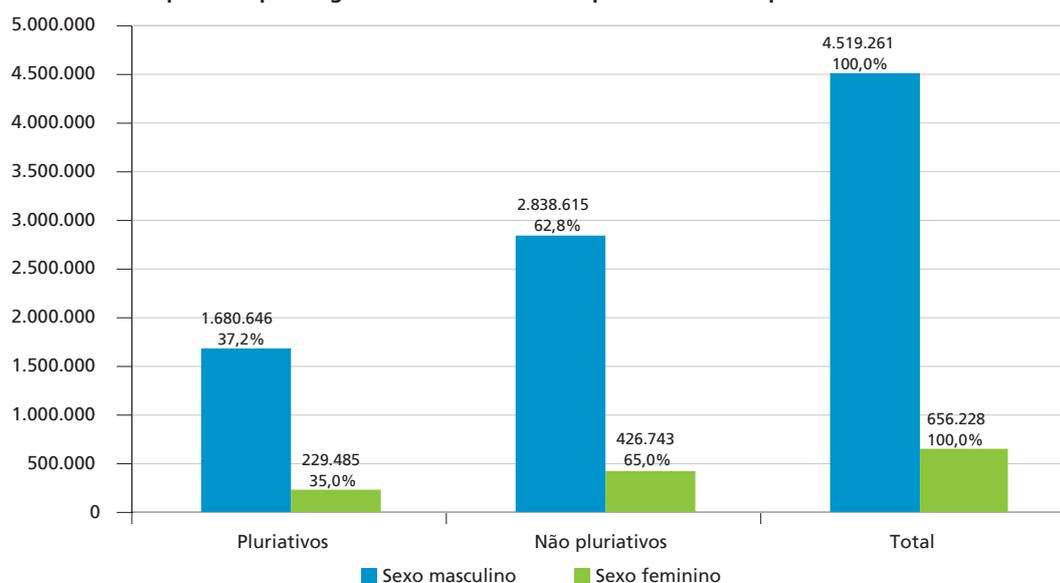
A partir da identificação e da quantificação da pluriatividade no Brasil e nas regiões Sul e Nordeste, passa-se à caracterização dos produtores que dirigem os estabelecimentos que indicam o exercício da pluriatividade econômica nestas mesmas unidades territoriais. Inicialmente, os produtores pluriativos e os não pluriativos são caracterizados de acordo com a variável *sexo*, identificando a proporção de cada sexo entre os agricultores familiares e os não familiares em relação ao total, para então comparar-se a distribuição entre os sexos dos produtores nos estabelecimentos pluriativos em relação à agricultura familiar e à agricultura não familiar, e entre as unidades territoriais. Na sequência, os produtores dos estabelecimentos pluriativos são caracterizados segundo a variável *classes de idade*, em relação a agricultores familiares e não familiares, comparando ambos dentro de cada unidade territorial e, posteriormente, comparando as próprias unidades territoriais. Por fim, os estabelecimentos são caracterizados pelos *níveis de instrução* dos produtores, comparando os pluriativos e os não pluriativos e os agricultores familiares e os não familiares, para então se compararem as três unidades territoriais entre si.

5.1 Sexo das pessoas que dirigem os estabelecimentos agropecuários no Brasil e nas regiões Sul e Nordeste

5.1.1 Sexo das pessoas que dirigem os estabelecimentos pluriativos e não pluriativos no Brasil, em relação à agricultura familiar e à agricultura não familiar

De um total de 5.175.489 estabelecimentos agropecuários em todo o Brasil, 4.519.265 (87,32%) são dirigidos por homens e apenas 656.228 (12,68%) são dirigidos por mulheres. O gráfico 3 mostra a proporção entre estabelecimentos pluriativos e não pluriativos em relação a cada sexo. Observa-se que, entre os estabelecimentos dirigidos por homens, 37,2% são pluriativos e 62,8% são não pluriativos; ao passo que, entre os estabelecimentos dirigidos por mulheres, 35% são pluriativos e 65% são não pluriativos.

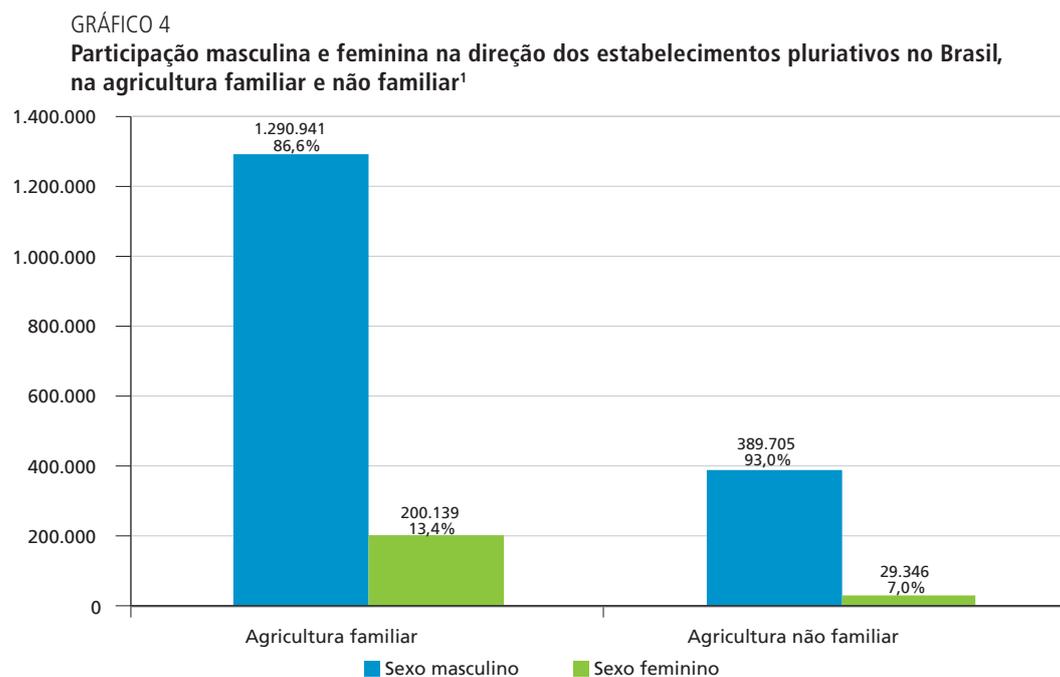
GRÁFICO 3
Sexo das pessoas que dirigem os estabelecimentos pluriativos e não pluriativos no Brasil¹



Fonte: Censo Agropecuário 2006 (IBGE, 2009b).

Elaboração: Ipea e PGDR, 2010-2011.

Nota: ¹ Tabulação especial realizada pelo IBGE.



Fonte: Censo Agropecuário 2006 (IBGE, 2009b).

Elaboração: Ipea e PGDR, 2010-2011.

Nota: ¹ Tabulação especial realizada pelo IBGE.

Não obstante, tomando-se exclusivamente os estabelecimentos pluriativos e fazendo uma distinção pelas categorias de agricultura familiar e agricultura não familiar, conforme pode ser observado no gráfico 4, verifica-se que na primeira categoria a razão entre a participação masculina e a feminina na direção dos estabelecimentos é de 86,6% para 13,4%, respectivamente, ao passo que na segunda categoria esta razão é de 93% para 7%.

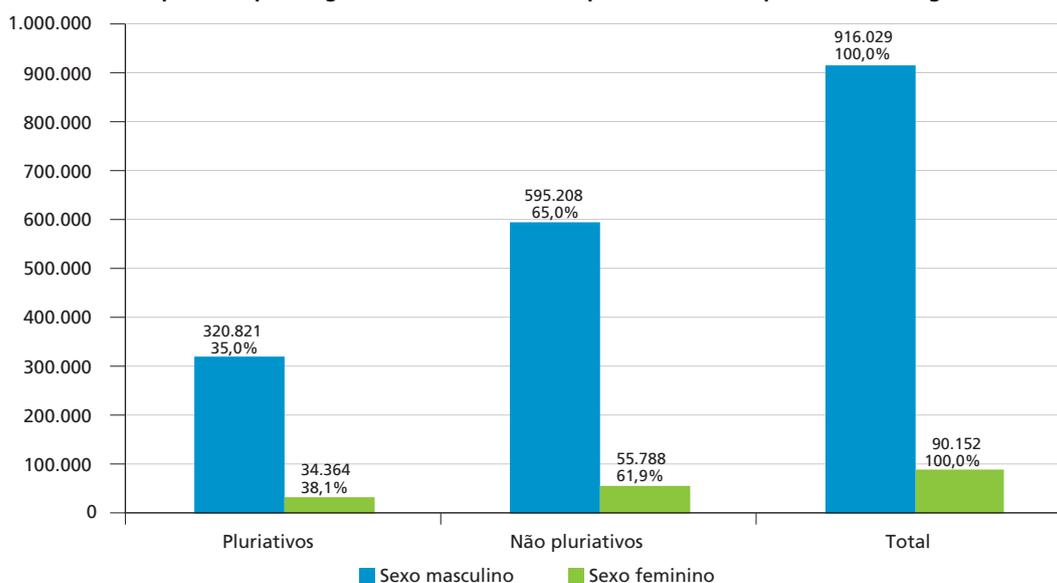
Isso permite afirmar que na agricultura familiar há uma maior propensão ao envolvimento das mulheres na gestão dos estabelecimentos agropecuários, pelo menos quando se trata de estabelecimentos pluriativos.

A explicação para isso talvez esteja no fato de que os homens, sobretudo na região Nordeste, frequentemente trabalham em atividades não agrícolas temporárias e permanentes fora do estabelecimento agropecuário, ou inclusive migrem para outras regiões do país, principalmente para o Sudeste, o que faz com que a esposa seja responsável pelas atividades produtivas. Em seu primeiro trabalho sobre pluriatividade, Schneider (1994) indicou que este fenômeno da permanência das esposas na produção agrícola pode ser designado de “feminização do trabalho rural”, em uma referência às mudanças na posição e no papel das relações de gênero ocasionadas pela pluriatividade.

5.1.2 Sexo das pessoas que dirigem os estabelecimentos pluriativos e não pluriativos na região Sul, em relação à agricultura familiar e à agricultura não familiar

De um total de 1.006.181 estabelecimentos agropecuários existentes na região Sul, 916.029 (91,04%) são dirigidos por homens e 90.152 (8,96%) são dirigidos por mulheres. Ou seja, no Sul a direção dos estabelecimentos é relativamente mais concentrada nas mãos dos homens que no Brasil.

GRÁFICO 5
Sexo das pessoas que dirigem os estabelecimentos pluriativos e não pluriativos na região Sul¹



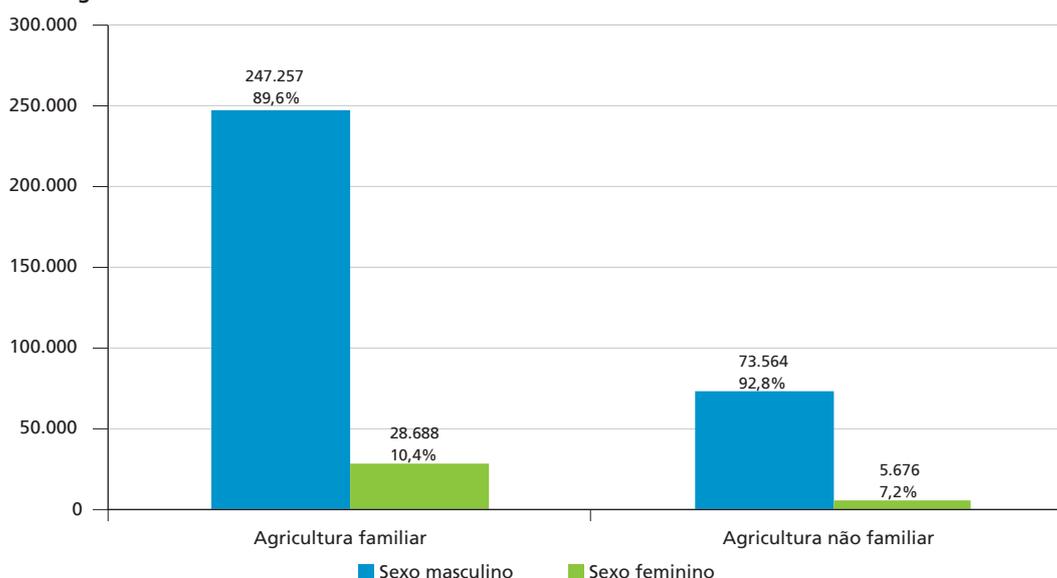
Fonte: Censo Agropecuário 2006 (IBGE, 2009b).

Elaboração: Ipea e PGDR, 2010-2011.

Nota: ¹ Tabulação especial realizada pelo IBGE.

Ademais, observando a proporção entre estabelecimentos pluriativos e não pluriativos, em relação a cada sexo, de acordo com o gráfico 5, percebe-se que entre os estabelecimentos dirigidos por homens, 35% são pluriativos e 65% são não pluriativos, enquanto entre os dirigidos por mulheres, 38,1% são pluriativos e 61,9% são não pluriativos. Sob esta ótica, portanto, inverte-se a proporção anteriormente evidenciada, tendo o Brasil como parâmetro.

GRÁFICO 6
Participação masculina e feminina na direção dos estabelecimentos pluriativos na região Sul, na agricultura familiar e não familiar¹



Fonte: Censo Agropecuário 2006 (IBGE, 2009b).

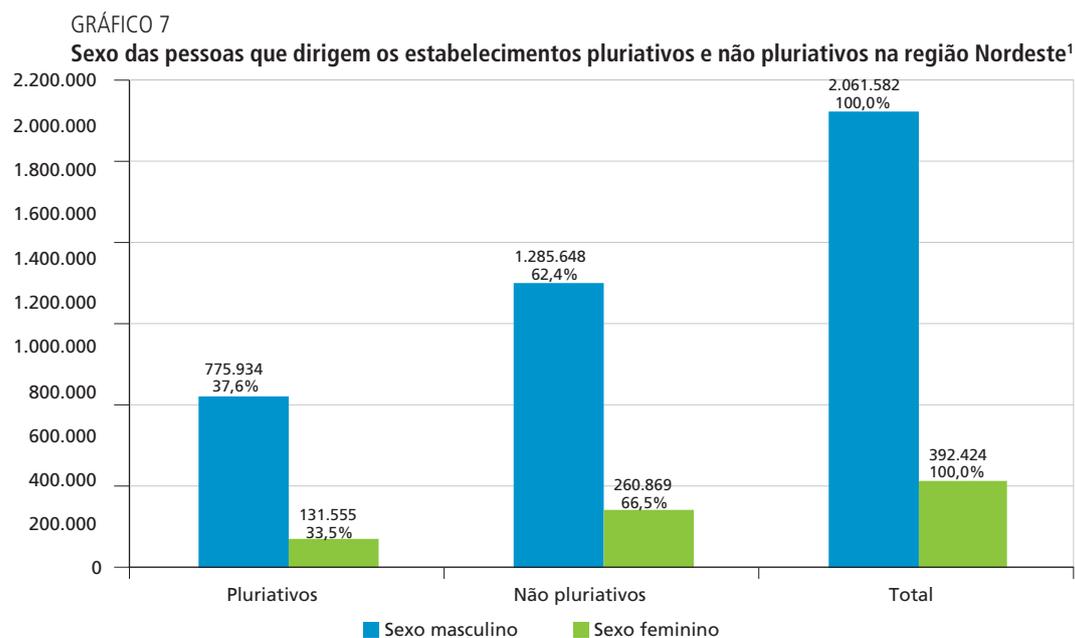
Elaboração: Ipea e PGDR, 2010-2011.

Nota: ¹ Tabulação especial realizada pelo IBGE.

Essa característica de acentuada concentração da direção dos estabelecimentos nas mãos dos homens na região Sul – em relação ao Brasil como um todo – também é verificada se forem observados apenas os estabelecimentos pluriativos, separados entre estabelecimentos de agricultura familiar e de agricultura não familiar, ainda que na primeira categoria haja relativamente mais mulheres ocupando a posição de direção que na segunda. Já de acordo com o gráfico 6, constata-se que na agricultura familiar a razão entre a participação masculina e feminina na direção dos estabelecimentos é de 89,6% para 10,4%, respectivamente, ao passo que, na agricultura não familiar, esta razão é de respectivamente 92,8% para 7,2% (este caso é muito próximo ao que ocorre no Brasil como um todo).

5.1.3 Sexo das pessoas que dirigem os estabelecimentos pluriativos e não pluriativos na região Nordeste, em relação à agricultura familiar e à agricultura não familiar

Na região Nordeste a direção dos estabelecimentos é relativamente menos concentrada nas mãos dos homens que no Brasil como um todo. Dos 2.454.006 estabelecimentos agropecuários recenseados nesta região, 2.061.582 (84%) são dirigidos por homens e 392.424 (16%) são dirigidos por mulheres. Portanto, trata-se da região com maior participação relativa de mulheres na gestão dos estabelecimentos no Brasil (ao menos entre as regiões que foram analisadas nesta pesquisa).



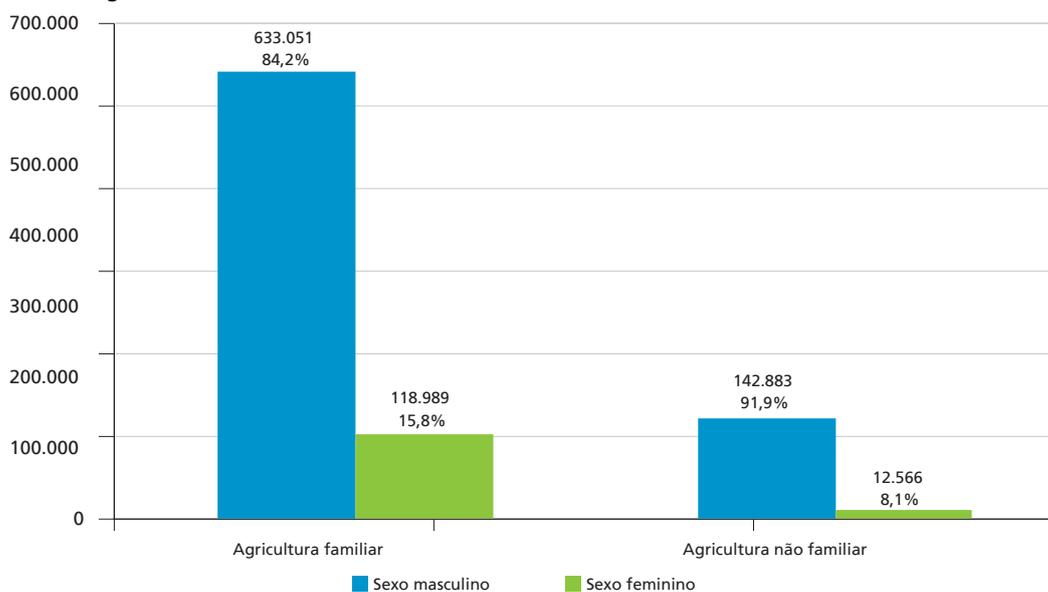
Fonte: Censo Agropecuário 2006 (IBGE, 2009b).

Elaboração: Ipea e PGDR, 2010-2011.

Nota: ¹ Tabulação especial realizada pelo IBGE.

GRÁFICO 8

Participação masculina e feminina na direção dos estabelecimentos pluriativos na região Nordeste, na agricultura familiar e não familiar¹



Fonte: Censo Agropecuário 2006 (IBGE, 2009b).

Elaboração: Ipea e PGDR, 2010-2011.

Nota: ¹ Tabulação especial realizada pelo IBGE.

Observando exclusivamente os estabelecimentos pluriativos separados pelas categorias de agricultura familiar e de agricultura não familiar, a razão entre a participação masculina e a feminina na direção dos estabelecimentos também é consideravelmente menos concentrada nas mãos dos homens em comparação ao Brasil como um todo e especialmente em relação à região Sul. Entre os estabelecimentos de agricultura familiar esta razão é de 84,2% para 15,8%, ao passo que entre os estabelecimentos de agricultura não familiar é de 91,9% para 8,1%.

5.1.4 Comparação dos sexos das pessoas que dirigem os estabelecimentos pluriativos entre o Brasil e as regiões Sul e Nordeste, em relação à agricultura familiar e à agricultura não familiar

Considerando o total do universo de estabelecimentos agropecuários no Brasil e nas regiões Sul e Nordeste, pode-se ter uma visão mais global e absoluta da distribuição dos produtores que dirigem os estabelecimentos por sexo entre pluriativos e não pluriativos e entre agricultura familiar e agricultura não familiar (tabela 7). Um número que chama atenção é o de estabelecimentos não pluriativos de agricultura familiar dirigidos por mulheres no Nordeste: 10,2% do total da região (tabela 9). Esta proporção destoa consideravelmente do mesmo dado para o Brasil e, sobretudo, para a região Sul. Por seu turno, também chama atenção que na região Sul o número de mulheres que dirigem os estabelecimentos pluriativos de agricultura familiar seja muito baixo: 2,9% – ainda que nas outras unidades territoriais este dado não seja alto (tabela 8).

TABELA 7

Sexo da pessoa que dirige o estabelecimento pluriativo e não pluriativo, na agricultura familiar e não familiar, em relação ao total de estabelecimentos no Brasil¹

Variáveis	Pluriativos				Não pluriativos				Total
	Agricultura familiar		Agricultura não familiar		Agricultura familiar		Agricultura não familiar		
	Número de pessoas	Proporção (%)	Número de pessoas	Proporção (%)	Número de pessoas	Proporção (%)	Número de pessoas	Proporção (%)	
Sexo masculino	1.290.941	24,9	389.705	7,5	2.476.399	47,8	362.216	7,0	4.519.261
Sexo feminino	200.139	3,9	29.346	0,6	400.423	7,7	26.320	0,5	656.228
Total	1.491.080	28,8	419.051	8,1	2.876.822	55,6	388.536	7,5	5.175.489

Fonte: Censo Agropecuário 2006 (IBGE, 2009b).

Elaboração: Ipea e PGDR, 2010-2011.

Nota: ¹ Tabulação especial realizada pelo IBGE.

TABELA 8

Sexo da pessoa que dirige o estabelecimento pluriativo e não pluriativo, na agricultura familiar e não familiar, em relação ao total de estabelecimentos na região Sul¹

Variáveis	Pluriativos				Não pluriativos				Total
	Agricultura familiar		Agricultura não familiar		Agricultura familiar		Agricultura não familiar		
	Número de pessoas	Proporção (%)	Número de pessoas	Proporção (%)	Número de pessoas	Proporção (%)	Número de pessoas	Proporção (%)	
Sexo masculino	247.257	24,6	73.564	7,3	522.942	52,0	72.266	7,2	916.029
Sexo feminino	28.688	2,9	5.676	0,6	51.110	5,1	4.678	0,5	90.152
Total	275.945	27,4	79.240	7,9	574.052	57,1	76.944	7,6	1.006.181

Fonte: Censo Agropecuário 2006 (IBGE, 2009b).

Elaboração: Ipea e PGDR, 2010-2011.

Nota: ¹ Tabulação especial realizada pelo IBGE.

TABELA 9

Sexo da pessoa que dirige o estabelecimento pluriativo e não pluriativo, na agricultura familiar e não familiar, em relação ao total de estabelecimentos na região Nordeste¹

Variáveis	Pluriativos				Não pluriativos				Total
	Agricultura familiar		Agricultura não familiar		Agricultura familiar		Agricultura não familiar		
	Número de pessoas	Proporção (%)	Número de pessoas	Proporção (%)	Número de pessoas	Proporção (%)	Número de pessoas	Proporção (%)	
Sexo masculino	633.051	25,8	142.883	5,8	1.183.809	48,2	101.839	4,1	2.061.582
Sexo feminino	118.989	4,8	12.566	0,5	251.446	10,2	9.423	0,4	392.424
Total	752.040	30,6	155.449	6,3	1.435.255	58,5	111.262	4,5	2.454.006

Fonte: Censo Agropecuário 2006 (IBGE, 2009b).

Elaboração: Ipea e PGDR, 2010-2011.

Nota: ¹ Tabulação especial realizada pelo IBGE.

5.2 Classes de idade do produtor no Brasil e nas regiões Sul e Nordeste

5.2.1 Classes de idade do produtor dos estabelecimentos pluriativos no Brasil, em relação à agricultura familiar e à agricultura não familiar

Outra característica importante para compreender a variação nas formas de manifestação do fenômeno da pluriatividade no meio rural é a diferenciação etária dentro das famílias. Contudo, para este elemento o Censo Agropecuário 2006 possui uma limitação, pois só disponibiliza a variável *classes de idade* para o produtor que dirige o estabelecimento, e não para os membros da família. Como não foram disponibilizados os dados que permitem a comparação entre as classes de idade dos estabelecimentos pluriativos e não pluriativos, não foi possível avançar na elaboração de hipóteses sobre a causalidade destas relações. O máximo que se pôde fazer foi caracterizar as classes de idade dos produtores e examinar se há alguma diferenciação significativa entre agricultura familiar e agricultura não familiar.

No Brasil, considera-se que aproximadamente a metade dos produtores se encontra na faixa etária representada pelos “adultos jovens” e “adultos”, pois 24,6% destes se concentram na classe de idade de 35 anos a menos de 45 anos e 25,9%, na classe de idade de 45 anos e a menos de 55 anos. Dezoito e meio por cento dos produtores concentram-se nas classes até 35 anos e podem ser considerados “jovens”. A maior parcela engloba 31,1% dos produtores em classes que vão de 55 anos a 65 anos ou mais, que em geral podem ser considerados “idosos” (tabela 10).

TABELA 10
Classes de idade dos produtores dos estabelecimentos pluriativos no Brasil, na agricultura familiar e não familiar¹

Variáveis	Agricultura familiar		Agricultura não familiar		Total	
	Número de produtores ²	Proporção (%)	Número de produtores	Proporção (%)	Número de produtores	Proporção (%)
Menos de 25 anos	52.352	3,5	13.933	3,3	66.285	3,5
De 25 anos a menos de 35 anos	222.204	14,9	64.003	15,3	286.207	15,0
De 35 anos a menos de 45 anos	360.636	24,2	108.769	26,0	469.405	24,6
De 45 anos a menos de 55 anos	378.900	25,4	115.174	27,5	494.074	25,9
De 55 anos a menos de 65 anos	284.992	19,1	74.364	17,7	359.356	18,8
De 65 anos e mais	191.996	12,9	42.808	10,2	234.804	12,3
Total	1.491.080	100,0	419.051	100,0	1.910.131	100,0

Fonte: Censo Agropecuário 2006 (IBGE, 2009b).

Elaboração: Ipea e PGDR, 2010-2011.

Notas: ¹ Tabulação especial realizada pelo IBGE.

² Considera-se aqui apenas o produtor que dirige o estabelecimento.

5.2.2 Classes de idade dos produtores dos estabelecimentos pluriativos na região Sul, em relação à agricultura familiar e à agricultura não familiar

No caso da região Sul há uma concentração de mais da metade (55,6%) dos produtores nas classes de idade de 35 anos a menos de 55 anos, considerados adultos. Em relação ao Brasil como um todo, há uma menor concentração entre as classes caracterizadas como “jovens”, somando apenas 13,8%. Na parcela que engloba os produtores caracterizados como idosos, repete-se a mesma tendência do Brasil, com cerca de 30% dos produtores (tabela 11).

TABELA 11

Classes de idade dos produtores dos estabelecimentos pluriativos na região Sul, na agricultura familiar e não familiar¹

Variáveis	Agricultura familiar		Agricultura não familiar		Total	
	Número de produtores ²	Proporção (%)	Número de produtores	Proporção (%)	Número de produtores	Proporção (%)
Menos de 25 anos	6.275	2,3	1.663	2,1	7.938	2,2
De 25 anos a menos de 35 anos	31.707	11,5	9.485	12,0	41.192	11,6
De 35 anos a menos de 45 anos	69.694	25,3	21.241	26,8	90.935	25,6
De 45 anos a menos de 55 anos	82.346	29,8	24.094	30,4	106.440	30,0
De 55 anos a menos de 65 anos	55.880	20,3	15.060	19,0	70.940	20,0
De 65 anos e mais	30.043	10,9	7.697	9,7	37.740	10,6
Total	275.945	100,0	79.240	100,0	355.185	100,0

Fonte: Censo Agropecuário 2006 (IBGE, 2009b).

Elaboração: Ipea e PGDR, 2010-2011.

Notas: ¹ Tabulação especial realizada pelo IBGE.

² Considera-se aqui apenas o produtor que dirige o estabelecimento.

Do mesmo modo que ocorre para o Brasil como um todo, não há uma diferenciação muito significativa nas porcentagens de cada classe de idade entre as categorias de agricultura familiar e de agricultura não familiar.

5.2.3 Classes de idade dos produtores dos estabelecimentos pluriativos na região Nordeste, em relação à agricultura familiar e à agricultura não familiar

Apesar de a variabilidade ser relativamente pequena, a região Nordeste apresenta um leve contraste com a região Sul, uma vez que a faixa classificada como adultos – classes de idade de 35 anos a menos de 55 anos – é menor que a metade do total (47,3%) e inferior à faixa presente na região Sul e no Brasil. Por seu turno, a concentração nas classes de idade classificadas como jovens – de menos de 25 anos e de 25 anos a 35 anos – é maior que as mesmas classes nos casos da região Sul e do Brasil.

No caso da região Nordeste, pode-se dizer que há uma diferenciação etária relativamente significativa em termos quantitativos entre as categorias de agricultura familiar e agricultura não familiar, ainda que qualitativamente não haja uma alteração na estrutura das classes de idade. Na agricultura familiar, os produtores jovens representam 21,6% do total, enquanto na agricultura não familiar esta parcela é um pouco superior, com 24,1%. Os adultos representam 46,5% do total na agricultura familiar, ao passo que, na agricultura não familiar, estes

representam 51,5%. Por fim, na agricultura familiar há maior concentração de idosos que na não familiar: 31,8% contra 24,4%, respectivamente.

TABELA 12
Classes de idade dos produtores dos estabelecimentos pluriativos na região Nordeste, na agricultura familiar e não familiar¹

Variáveis	Agricultura familiar		Agricultura não familiar		Total	
	Número de produtores ²	Proporção (%)	Número de produtores	Proporção (%)	Número de produtores	Proporção (%)
Menos de 25 anos	33.300	4,4	7.476	4,8	40.776	4,5
De 25 anos a menos de 35 anos	129.383	17,2	30.019	19,3	159.402	17,6
De 35 anos a menos de 45 anos	179.030	23,8	41.748	26,9	220.778	24,3
De 45 anos a menos de 55 anos	170.822	22,7	38.277	24,6	209.099	23,0
De 55 anos a menos de 65 anos	138.414	18,4	24.624	15,8	163.038	18,0
De 65 anos e mais	101.091	13,4	13.305	8,6	114.396	12,6
Total	752.040	100,0	155.449	100,0	907.489	100,0

Fonte: Censo Agropecuário 2006 (IBGE, 2009b).

Elaboração: Ipea e PGDR, 2010-2011.

Notas: ¹ Tabulação especial realizada pelo IBGE.

² Considera-se aqui apenas o produtor que dirige o estabelecimento.

5.2.4 Comparação das classes de idade dos produtores dos estabelecimentos pluriativos entre o Brasil e as regiões Sul e Nordeste

Considerando as três unidades territoriais comparativamente, também não há uma diferenciação qualitativamente significativa entre as respectivas estruturas de classes de idade. Todavia, entre os jovens há certa disparidade, pois no Brasil eles representam 18,5%, sendo que na região Sul representam apenas 13,8% e na região Nordeste estes chegam a 22,1%. Entre os adultos é o contrário, haja vista que no Brasil eles constituem 50,5% do total, ao passo que no Sul chegam a 55,6% e no Nordeste a apenas 47,3%. Entre os idosos realmente não há variação, pois no Brasil eles representam 31,1% e no Sul e no Nordeste apresentam a mesma proporção: 30,6%.

TABELA 13
Classes de idade dos produtores pluriativos no Brasil e nas regiões Sul e Nordeste¹

Variáveis	Brasil		Região Sul		Região Nordeste	
	Número de produtores ²	Proporção (%)	Número de produtores	Proporção (%)	Número de produtores	Proporção (%)
Menos de 25 anos	66.285	3,5	7.938	2,2	40.776	4,5
De 25 anos a menos de 35 anos	286.207	15,0	41.192	11,6	159.402	17,6
De 35 anos a menos de 45 anos	469.405	24,6	90.935	25,6	220.778	24,3
De 45 anos a menos de 55 anos	494.074	25,9	106.440	30,0	209.099	23,0
De 55 anos a menos de 65 anos	359.356	18,8	70.940	20,0	163.038	18,0
De 65 anos e mais	234.804	12,3	37.740	10,6	114.396	12,6
Total	1.910.131	100,0	355.185	100,0	907.489	100,0

Fonte: Censo Agropecuário 2006 (IBGE, 2009b).

Elaboração: Ipea e PGDR, 2010-2011.

Notas: ¹ Tabulação especial realizada pelo IBGE.

² Considera-se aqui apenas o produtor que dirige o estabelecimento.

5.3 Nível de instrução do produtor no Brasil e nas regiões Sul e Nordeste

5.3.1 Nível de instrução do produtor dos estabelecimentos pluriativos e não pluriativos no Brasil, em relação à agricultura familiar e à agricultura não familiar

Em relação à variável *nível de instrução do produtor*, podem-se comparar os estabelecimentos pluriativos com os não pluriativos para verificar se há algum contraste entre ambos que seja capaz de explicar a emergência da pluriatividade nas unidades territoriais.

Para o Brasil como um todo, conforme os dados da tabela 14, verifica-se que há, primeiramente, uma grande concentração dentro do grupo dos produtores que possuem apenas ensino fundamental incompleto (42,4%) e, secundariamente, uma concentração dentro do grupo de produtores não alfabetizados e sem instrução (33,7%). Os 23,9% restantes distribuem-se entre as outras categorias, com uma porcentagem relativamente considerável dentro do grupo dos que possuem ensino fundamental completo (8,4%) e uma porcentagem baixíssima dentro do grupo dos que possuem ensino superior (2,8%).

Ao se confrontarem os produtores dos estabelecimentos pluriativos com os dos não pluriativos, constata-se que há uma condição levemente melhor entre os primeiros. Por exemplo, entre os produtores de estabelecimentos pluriativos, 5,1% possuem ensino superior e 8,8% possuem ensino médio, enquanto entre os produtores de estabelecimentos não pluriativos apenas 1,5% possuem ensino superior e 4,3% possuem ensino médio. Por seu turno, mas no mesmo sentido, entre os não pluriativos é um pouco maior a concentração nos grupos dos que possuem apenas ensino fundamental incompleto (43,2% contra 41,0%), dos adultos em processo de alfabetização (6,0% contra 4,2%) e dos não alfabetizados e sem instrução (36,3% contra 29,4%).

TABELA 14
Nível de instrução do produtor dos estabelecimentos pluriativos e não pluriativos no Brasil¹

Variáveis	Pluriativos		Não pluriativos		Total	
	Número de produtores	Proporção (%)	Número de produtores	Proporção (%)	Número de produtores	Proporção (%)
Ensino superior	97.790	5,1	47.844	1,5	145.634	2,8
Ensino médio	168.125	8,8	141.709	4,3	309.834	6,0
Ensino técnico agrícola (completo)	33.617	1,8	36.023	1,1	69.640	1,3
Ensino fundamental completo	185.646	9,7	250.935	7,7	436.581	8,4
Ensino fundamental incompleto	782.644	41,0	1.409.383	43,2	2.192.027	42,4
Adultos em processo de alfabetização	79.847	4,2	195.468	6,0	275.315	5,3
Não alfabetizados e sem instrução	562.462	29,4	1.184.143	36,3	1.746.605	33,7
Total	1.910.131	100,0	3.265.505	100,0	5.175.636	100,0

Fonte: Censo Agropecuário 2006 (IBGE, 2009b).

Elaboração: Ipea e PGDR, 2010-2011.

Nota: ¹ Tabulação especial realizada pelo IBGE.

Essa informação sobre a escolaridade mais elevada entre os pluriativos no censo agropecuário corrobora-se com informações de pesquisas anteriores (Schneider, 2003; Ney, 2007), mas que não tinham o alcance censitário. Estes estudos de caso mostraram que uma das características mais salientes dos pluriativos é um grau de escolarização superior quando comparados aos demais. Na verdade, talvez o mais correto seria afirmar a causalidade inversa, porque em vez de a pluriatividade gerar maior escolaridade, o mais coerente é que o contrário seja verdadeiro, uma vez que é a escolaridade mais elevada que permite os indivíduos e os estabelecimentos agropecuários tornarem-se pluriativos.

Os dados do Censo Agropecuário 2006 indicam uma tendência para o conjunto dos estabelecimentos agropecuários do Brasil que já é corrente na Europa, nos Estados Unidos e em outros países de maior nível de desenvolvimento. Quanto mais o grau de escolaridade dos agricultores aumenta, maiores são as chances de pelo menos parte dos membros das famílias buscarem ocupações fora do estabelecimento, não necessariamente por razões econômicas e financeiras mas por estes membros buscarem ocupações que satisfazem a um estilo de vida ou mesmo como uma estratégia de cada um dos membros de ter uma remuneração periódica que faça frente à sazonalidade dos rendimentos agropecuários (Schneider e Conterato, 2006; Conterato, 2008).

Na tabela 15 estão apenas os estabelecimentos pluriativos, e separados entre os de agricultura familiar e os de agricultura não familiar. É bastante perceptível que, embora a estrutura dos níveis de instrução seja qualitativamente a mesma, os agricultores familiares se encontram em uma condição relativamente desfavorável em relação à condição dos agricultores não familiares.

TABELA 15
Nível de instrução dos produtores pluriativos no Brasil, na agricultura familiar e não familiar¹

Variáveis	Agricultura familiar		Agricultura não familiar		Total	
	Número de produtores	Proporção (%)	Número de produtores	Proporção (%)	Número de produtores	Proporção (%)
Ensino superior	42.300	2,8	55.490	13,2	97.790	5,1
Ensino médio	111.052	7,4	57.073	13,6	168.125	8,8
Ensino técnico agrícola (completo)	20.892	1,4	12.725	3,0	33.617	1,8
Ensino fundamental completo	137.393	9,2	48.253	11,5	185.646	9,7
Ensino fundamental incompleto	629.221	42,2	153.423	36,6	782.644	41,0
Adultos em processo de alfabetização	66.950	4,5	12.897	3,1	79.847	4,2
Não alfabetizados e sem instrução	483.272	32,4	79.190	18,9	562.462	29,4
Total	1.491.080	100,0	419.051	100,0	1.910.131	100,0

Fonte: Censo Agropecuário 2006 (IBGE, 2009b).

Elaboração: Ipea e PGDR, 2010-2011.

Nota: ¹ Tabulação especial realizada pelo IBGE.

Por exemplo, de um lado, apenas 2,8% dos produtores de estabelecimentos de agricultura familiar possuem ensino superior e apenas 7,4% possuem ensino médio, enquanto entre os produtores de estabelecimentos de agricultura não familiar as porcentagens para estes mesmos níveis de instrução são respectivamente de 13,2% e 13,6%. De outro lado, entre os produtores não familiares a porcentagem de não alfabetizados e sem instrução é bem menor que entre os produtores familiares, assim como a porcentagem dos que possuem apenas fundamental incompleto: 18,9% contra 32,4% e 36,6% contra 42,2%, respectivamente.

5.3.2 Nível de instrução do produtor dos estabelecimentos pluriativos e não pluriativos na região Sul, em relação à agricultura familiar e à agricultura não familiar

Diferentemente do que se tem para o Brasil como um todo, na região Sul não há uma concentração tão grande dentro do grupo de não alfabetizados e sem instrução: 8,5%. Não obstante, a concentração está no grupo dos que possuem apenas ensino fundamental incompleto, que perfaz 63,8% do total dos produtores, sendo que, entre os não pluriativos, este grupo é enorme, tanto em termos percentuais como, principalmente, em termos absolutos (tabela 16).

TABELA 16
Nível de instrução do produtor dos estabelecimentos pluriativos e não pluriativos na região Sul¹

Variáveis	Pluriativos		Não pluriativos		Total	
	Número de produtores	Proporção (%)	Número de produtores	Proporção (%)	Número de produtores	Proporção (%)
Ensino superior	22.409	6,3	11.690	1,8	34.099	3,4
Ensino médio	39.126	11,0	37.960	5,8	77.086	7,7
Ensino técnico agrícola (completo)	8.534	2,4	10.168	1,6	18.702	1,9
Ensino fundamental completo	48.496	13,7	72.144	11,1	120.640	12,0
Ensino fundamental incompleto	202.955	57,1	438.908	67,4	641.863	63,8
Adultos em processo de alfabetização	8.365	2,4	20.219	3,1	28.584	2,8
Não alfabetizados e sem instrução	25.300	7,1	59.929	9,2	85.229	8,5
Total	355.185	100,0	651.018	100,0	1.006.203	100,0

Fonte: Censo Agropecuário 2006 (IBGE, 2009b).

Elaboração: Ipea e PGDR, 2010-2011.

Nota: ¹ Tabulação especial realizada pelo IBGE.

Ademais, uma porcentagem considerável (12%) se concentra no grupo dos que possuem ensino fundamental completo. Há de se considerar que, assim como para o Brasil, entre os produtores de estabelecimentos pluriativos a situação é mais positiva que para aqueles dos estabelecimentos não pluriativos: 6,3% dos pluriativos possuem ensino superior contra 1,8% dos não pluriativos, e 11% dos pluriativos possuem ensino médio contra 5,8% dos não pluriativos.

Na região Sul, quando se toma apenas o universo dos estabelecimentos pluriativos – distinguidos entre os produtores de estabelecimentos de agricultura familiar e os produtores de estabelecimentos de agricultura não familiar –, fica evidente a desvantagem da condição dos familiares em relação aos não familiares, assim como acontece para o Brasil (tabela 17). Na primeira categoria, por um lado, apenas 3,8% possuem ensino superior, enquanto por outro, chega a 60,5% a porcentagem dos que possuem apenas ensino fundamental incompleto. Já na segunda categoria, por um lado, 15,1% possuem ensino superior, enquanto, por outro, a proporção daqueles que possuem apenas o ensino fundamental incompleto chega a 45,5%.

TABELA 17
Nível de instrução dos produtores pluriativos na região Sul, na agricultura familiar e não familiar¹

Variáveis	Agricultura familiar		Agricultura não familiar		Total	
	Número de produtores	Proporção (%)	Número de produtores	Proporção (%)	Número de produtores	Proporção (%)
Ensino superior	10.476	3,8	11.933	15,1	22.409	6,3
Ensino médio	27.426	9,9	11.700	14,8	39.126	11,0
Ensino técnico agrícola (completo)	5.650	2,0	2.884	3,6	8.534	2,4
Ensino fundamental completo	37.276	13,5	11.220	14,2	48.496	13,7
Ensino fundamental incompleto	166.914	60,5	36.041	45,5	202.955	57,1
Adultos em processo de alfabetização	6.936	2,5	1.429	1,8	8.365	2,4
Não alfabetizados e sem instrução	21.267	7,7	4.033	5,1	25.300	7,1
Total	275.945	100,0	79.240	100,0	355.185	100,0

Fonte: Censo Agropecuário 2006 (IBGE, 2009b).

Elaboração: Ipea e PGDR, 2010-2011.

Nota: ¹ Tabulação especial realizada pelo IBGE.

5.3.3 Nível de instrução do produtor dos estabelecimentos pluriativos e não pluriativos na região Nordeste, em relação à agricultura familiar e à agricultura não familiar

Em contraste com o que ocorre com a região Sul, na região Nordeste mais da metade (53,5%) dos produtores pertencem ao grupo dos não alfabetizados e sem instrução e outros 30,3% pertencem ao grupo dos que possuem apenas ensino fundamental incompleto, restando 16,2% de produtores que se distribuem entre os outros cinco grupos. Como seria de se esperar, também no Nordeste, a situação dos produtores de estabelecimentos pluriativos é um pouco melhor que a daqueles de estabelecimentos não pluriativos. Mas isto se deve apenas ao fato de a porcentagem de não alfabetizados ser relativamente um pouco menor, pois a parcela dos que se concentram no grupo dos que possuem ensino fundamental incompleto é compensatória, não alterando significativamente os demais grupos de nível de instrução mais elevado.

TABELA 18
Nível de instrução do produtor dos estabelecimentos pluriativos e não pluriativos na região Nordeste¹

Variáveis	Pluriativos		Não pluriativos		Total	
	Número de produtores	Proporção (%)	Número de produtores	Proporção (%)	Número de produtores	Proporção (%)
Ensino superior	18.815	2,1	7.018	0,5	25.833	1,1
Ensino médio	54.698	6,0	38.109	2,5	92.807	3,8
Ensino técnico agrícola (completo)	9.820	1,1	8.643	0,6	18.463	0,8
Ensino fundamental completo	59.034	6,5	69.800	4,5	128.834	5,2
Ensino fundamental incompleto	294.452	32,4	448.591	29,0	743.043	30,3
Adultos em processo de alfabetização	40.207	4,4	91.755	5,9	131.962	5,4
Não alfabetizados e sem instrução	430.463	47,4	882.655	57,1	1.313.118	53,5
Total	907.489	100,0	1.546.571	100,0	2.454.060	100,0

Fonte: Censo Agropecuário 2006 (IBGE, 2009b).

Elaboração: Ipea e PGDR, 2010-2011.

Nota: ¹ Tabulação especial realizada pelo IBGE.

Ao se observarem exclusivamente os estabelecimentos pluriativos, distinguindo os de agricultura familiar dos de agricultura não familiar, novamente é encontrada uma situação mais desprivilegiada para os primeiros em relação aos segundos. Entre os produtores familiares, apenas 1,2% possui ensino superior e 5,1% possuem ensino médio, ao passo que entre os produtores não familiares esta porcentagem é de respectivamente 6,5% e 10,3%. Mas a maior desigualdade está entre os não alfabetizados e sem instrução, que são quase metade (49,6%) entre os familiares e 37,% entre os não familiares.

TABELA 19
Nível de instrução dos produtores pluriativos na região Nordeste, na agricultura familiar e não familiar¹

Variáveis	Agricultura familiar		Agricultura não familiar		Total	
	Número de produtores	Proporção (%)	Número de produtores	Proporção (%)	Número de produtores	Proporção (%)
Ensino superior	8.788	1,2	10.027	6,5	18.815	2,1
Ensino médio	38.670	5,1	16.028	10,3	54.698	6,0
Ensino técnico agrícola (completo)	6.630	0,9	3.190	2,1	9.820	1,1
Ensino fundamental completo	46.356	6,2	12.678	8,2	59.034	6,5
Ensino fundamental incompleto	243.923	32,4	50.529	32,5	294.452	32,4
Adultos em processo de alfabetização	34.747	4,6	5.460	3,5	40.207	4,4
Não alfabetizados e sem instrução	372.926	49,6	57.537	37,0	430.463	47,4
Total	752.040	100,0	155.449	100,0	907.489	100,0

Fonte: Censo Agropecuário 2006 (IBGE, 2009b).

Elaboração: Ipea e PGDR, 2010-2011.

Nota: ¹ Tabulação especial realizada pelo IBGE.

5.3.4 Comparação do nível de instrução do produtor dos estabelecimentos pluriativos entre o Brasil e as regiões Sul e Nordeste

Comparando os produtores dos estabelecimentos pluriativos das três unidades territoriais, percebe-se que a mesma estrutura do Brasil se repete no Nordeste, apesar de neste último a situação ser mais desfavorável. Por exemplo, se tanto em um quanto em outro há uma grande concentração de produtores no grupo dos não alfabetizados e sem instrução, no Brasil esta porcentagem não chega a 30%, ao passo que no Nordeste ela atinge 47,4%.

TABELA 20
Comparativo do nível de instrução dos produtores pluriativos no Brasil e nas regiões Sul e Nordeste¹

Variáveis	Brasil		Região Sul		Região Nordeste	
	Número de produtores	Proporção (%)	Número de produtores	Proporção (%)	Número de produtores	Proporção (%)
Ensino superior	97.790	5,1	22.409	6,3	18.815	2,1
Ensino médio	168.125	8,8	39.126	11,0	54.698	6,0
Ensino técnico agrícola (completo)	33.617	1,8	8.534	2,4	9.820	1,1
Ensino fundamental completo	185.646	9,7	48.496	13,7	59.034	6,5
Ensino fundamental incompleto	782.644	41,0	202.955	57,1	294.452	32,4
Adultos em processo de alfabetização	79.847	4,2	8.365	2,4	40.207	4,4
Não alfabetizados e sem instrução	562.462	29,4	25.300	7,1	430.463	47,4
Total	1.910.131	100,0	355.185	100,0	907.489	100,0

Fonte: Censo Agropecuário 2006 (IBGE, 2009b).

Elaboração: Ipea e PGDR, 2010-2011.

Nota: ¹ Tabulação especial realizada pelo IBGE.

Por seu turno, se na região Sul a porcentagem de produtores não alfabetizados e sem instrução é muito baixa em relação ao Nordeste e ao Brasil (7,1%), esta vantagem deve ser relativizada, pois em geral eles não possuem muito mais que o ensino fundamental incompleto – haja vista que 57,1% se concentram neste grupo. Não obstante, a posição da região Sul é um pouco melhor que a posição do Brasil como um todo e a do Nordeste dentro dos grupos daqueles que possuem ensino médio – 11% contra 8,8% e 6%, respectivamente – e ensino fundamental completos – 13,7% contra 9,7% e 6,5%, respectivamente (tabela 20).

6 CARACTERÍSTICAS DOS ESTABELECIMENTOS PLURIATIVOS NO BRASIL E NAS REGIÕES SUL E NORDESTE

Nesta seção, realiza-se uma caracterização dos estabelecimentos pluriativos no Brasil e nas regiões Sul e Nordeste. Inicialmente é analisada a estrutura fundiária, comparando os não pluriativos com os pluriativos, dividindo-os entre agricultura familiar e agricultura não familiar por estratos de tamanho de área – em termos de número de estabelecimentos e tamanho destes em hectares –, para então comparar as três unidades territoriais quanto à estrutura fundiária dos estabelecimentos pluriativos. Em seguida, os estabelecimentos pluriativos são caracterizados por agricultura familiar e agricultura não familiar, segundo o tipo de atividade desempenhada, para então serem comparados os tipos de atividades realizadas nos estabelecimentos pluriativos em relação às duas categorias nas três unidades territoriais. Assim, a seção é finalizada com uma análise verificando o recebimento e a frequência da orientação técnica especializada nos estabelecimentos pluriativos.

6.1 Estrutura fundiária no Brasil e nas regiões Sul e Nordeste

6.1.1 Grupo de área total dos estabelecimentos pluriativos no Brasil, em relação à agricultura familiar e à agricultura não familiar

Os 1.910.131 estabelecimentos pluriativos do Brasil representam 37% do total dos estabelecimentos agropecuários, e os seus 126.327.476 ha de área em conjunto representam 38,3% da área total dos estabelecimentos do país. Ou seja, a princípio não se pode dizer que há uma correlação entre pluriatividade e área dos estabelecimentos, pois a proporção entre as duas variáveis é bastante equilibrada. Contudo, quando se analisa apenas o universo dos estabelecimentos pluriativos por grupos de área, nas categorias de agricultura familiar e de agricultura não familiar, percebe-se algumas informações interessantes.

Os dados do Censo Agropecuário 2006 mostram que entre esse total de 1.910.131 estabelecimentos pluriativos, a agricultura familiar representa 78,1% e possui 19,85% da terra. Mas os dados demonstram que sob o ponto de vista da estrutura fundiária é possível perceber que existe uma enorme diferenciação dentro da própria categoria de agricultura familiar. Por exemplo, há uma grande presença de estabelecimentos no estrato de 0 ha a menos de 5 ha, que concentra 42,9% dos estabelecimentos, aos quais corresponde apenas 4,5% da área total desta categoria. Já aos 21,5% dos estabelecimentos que estão no estrato de 20 ha a menos de 50 ha, pertencem 52,4% da área total da agricultura familiar. Chama igualmente atenção um pequeno grupo de estabelecimentos considerados de agricultura familiar que se encontram no estrato de 100 ha a menos de 500 ha, representando apenas 2,9% dos estabelecimentos desta categoria, mas que possui a impressionante proporção de 23,3% da área total (tabela 21).

TABELA 21

Grupos de área dos estabelecimentos pluriativos no Brasil, por número de estabelecimentos e tamanho, na agricultura familiar e não familiar¹

Grupos de área total	Agricultura familiar				Agricultura não familiar			
	Número de estabelecimentos		Tamanho		Número de estabelecimentos		Tamanho	
	Quantidade	Proporção (%)	Área (ha)	Proporção (%)	Quantidade	Proporção (%)	Área (ha)	Proporção (%)
Maior de 0 ha a menos de 5 ha	639.940	42,9	1.122.555	4,5	98.502	23,5	184.006	0,2
De 5 ha a menos de 20 ha	411.161	27,6	4.359.196	17,4	76.155	18,2	826.264	0,8
De 20 ha a menos de 100 ha	320.712	21,5	13.130.762	52,4	98.155	23,4	4.857.104	4,8
De 100 ha a menos de 500 ha	43.322	2,9	6.335.284	25,3	96.508	23,0	22.848.013	22,6
De 500 ha a menos de 2.500 ha	66	0,0	66.373	0,3	34.694	8,3	34.382.454	34,0
De 2.500 ha e mais	6	0,0	57.532	0,3	5.854	1,4	38.157.933	37,7
Produtor sem área	75.873	5,1	-	-	9.172	2,2	-	-
Total	1.491.080	100,0	25.071.702	100,0	419.040	100,0	101.255.774	100,0

Fonte: Censo Agropecuário 2006 (IBGE, 2009b).

Elaboração: Ipea e PGDR, 2010-2011.

Nota: ¹ Tabulação especial realizada pelo IBGE.

Já a agricultura não familiar, que representa 21,9% do total de estabelecimentos pluriativos do Brasil, possui mais de 80% da terra. Dentro desta categoria há um grupo que se situa no estrato de 0 ha a menos de 5 ha – o maior grupo da categoria –, que representa 23,5% dos estabelecimentos, mas possui apenas 0,2% da terra. Outro grupo – situado no estrato de 5 ha a menos de 20 ha –, representa 18,2% dos estabelecimentos, mas possui apenas 0,8% da terra.

Parece difícil de imaginar que estabelecimentos tão desprovidos de terra possam não ser considerados como “forma familiar”, pois mesmo no segundo estrato a média dos estabelecimentos mal chega a 10 ha. Talvez estes grupos sejam compostos efetivamente por agricultores familiares, mas que por algum motivo não preencheram todos os critérios utilizados pelo IBGE para definir metodologicamente o que é um estabelecimento de agricultura familiar, como foi aventado na segunda seção – esta é uma explicação possível para este caso. Neste sentido, esta classificação poderia estar associada a um resultado da própria pluriatividade: os estabelecimentos cujo peso das receitas não agropecuárias ou dos salários obtidos fora dos estabelecimentos representam mais da metade da receita total não eram considerados de agricultura familiar pela metodologia utilizada pelo IBGE. Esta metodologia, por sua vez, é baseada na Lei nº 11.323/2006, que também rege a distribuição de créditos do PRONAF e, portanto, conforme já foi discutido anteriormente, causa impedimento para que estes estabelecimentos tenham acesso ao programa. Também não é demais destacar um fato deveras conhecido da realidade brasileira: a incrível concentração da propriedade da terra em poucas mãos. Inclusive entre os estabelecimentos pluriativos, 37,7% da área da agricultura não familiar corresponde a apenas 1,4% dos estabelecimentos, que se encontram no grupo de área de 2.500 ha e mais.

6.1.2 Grupo de área total dos estabelecimentos pluriativos na região Sul, em relação à agricultura familiar e à agricultura não familiar

Aos 354.735 estabelecimentos pluriativos da região Sul, que representam 35% do total dos estabelecimentos agropecuários de toda a região, corresponde uma área de 15.516.032 ha, que em conjunto representam 37,4% da área total dos estabelecimentos. Assim como para o Brasil como um todo, trata-se de uma proporção bastante equilibrada entre as variáveis pluriatividade e área dos estabelecimentos. E ao se abrir o universo dos estabelecimentos pluriativos por grupos de área, segundo as categorias de agricultura familiar e de agricultura não familiar, também na região Sul aparecem alguns números que chamam atenção. Os 77,7% dos estabelecimentos pluriativos na região Sul que são de agricultura familiar possuem 24,7% do total da terra disponível. E dentro desta categoria, a maior concentração de estabelecimentos está no grupo de área de 5 ha a menos de 20 ha: são 43,2% dos estabelecimentos, que possuem 34,8% da área total.

Assim como para o Brasil, a maior parte da área de agricultura familiar também está com os estabelecimentos no estrato de 20 ha a menos de 100 ha: 22,4% de estabelecimentos que possuem 58,2% da área total. Também há um grupo grande na agricultura familiar, com 31,6% dos estabelecimentos, situado no estrato de 0 ha a menos de 5 ha, que possui uma pequena parcela de terra: 5,2% da área total (tabela 22).

TABELA 22

Grupos de área dos estabelecimentos pluriativos na região Sul, por número de estabelecimentos e tamanho, na agricultura familiar e não familiar¹

Grupos de área total	Agricultura familiar				Agricultura não familiar			
	Número de estabelecimentos		Tamanho		Número de estabelecimentos		Tamanho	
	Quantidade	Proporção (%)	Área (ha)	Proporção (%)	Quantidade	Proporção (%)	Área (ha)	Proporção (%)
Maior de 0 ha a menos de 5 ha	87.065	31,6	194.033	5,2	16.342	20,6	35.491	0,3
De 5 ha a menos de 20 ha	119.164	43,2	1.305.389	34,8	19.211	24,2	207.341	1,8
De 20 ha a menos de 100 ha	61.808	22,4	2.183.350	58,2	18.029	22,8	947.923	8,1
De 100 ha a menos de 500 ha	573	0,2	65.610	1,7	19.582	24,7	4.551.708	38,7
De 500 ha a menos de 2.500 ha	2	0,0	1.476	0,0	4.427	5,6	4.105.690	34,9
De 2.500 ha e mais	-	-	-	-	364	0,5	1.918.021	16,3
Produtor sem área	7.333	2,7	-	-	1.285	1,6	-	-
Total	275.945	100,0	3.749.858	100,0	79.240	100,0	11.766.174	100,0

Fonte: Censo Agropecuário 2006 (IBGE, 2009b).

Elaboração: Ipea e PGDR, 2010-2011.

Nota: ¹ Tabulação especial realizada pelo IBGE.

Por seu turno, a categoria de agricultura não familiar na região Sul representa 22,3% dos estabelecimentos pluriativos e possui 75,8% do total das terras disponíveis. O estrato de área de terra de 100 ha a menos de 500 ha é o maior desta categoria, que concentra 38,7% da terra em 24,7% dos estabelecimentos. Todavia, menos de 6% dos estabelecimentos não familiares que fazem parte dos estratos de 500 ha e mais concentram 51,2% da terra. Na região Sul, também chamam atenção os estabelecimentos nos dois primeiros grupos de área. Os dois juntos representam 44,8% dos estabelecimentos da categoria não familiar, mas possuem apenas 2,1% da área de terra. Além do mais, a média de tamanho de área do segundo estrato é de apenas 10,79 ha. E, da mesma forma que para o Brasil, aqui também pode ocorrer uma imprecisão por conta dos critérios de distinção entre as duas categorias.

6.1.3 Grupo de área total dos estabelecimentos pluriativos na região Nordeste, em relação à agricultura familiar e à agricultura não familiar

Aos 907.489 estabelecimentos pluriativos da região Nordeste, que representam 37% do total dos estabelecimentos agropecuários de toda a região, correspondem 29.186.811 ha da área de terra, que em conjunto representam 38,6% da área total dos estabelecimentos. Assim como para o Brasil e para o Sul, trata-se de uma proporção bastante equilibrada entre as variáveis pluriatividade e área dos estabelecimentos. E também, da mesma forma, são revelados alguns números que chamam atenção ao abrir-se o universo dos estabelecimentos pluriativos por grupos de área, segundo as categorias agricultura familiar e agricultura não familiar, na região Nordeste.

A agricultura familiar, que representa 82,9% dos estabelecimentos pluriativos da região Nordeste, possui 30,84% das terras; diferentemente da região Sul, na qual a maior concentração de estabelecimentos está no segundo grupo de área. Na região Nordeste, 55,2% dos estabelecimentos estão no primeiro grupo de área, mas possuem apenas 7,1% da terra. E a maior concentração de terra – 48,9% da área –, está no estrato de 20 ha a menos de 100 ha, distribuída entre 14,5% dos estabelecimentos (tabela 23).

TABELA 23

Grupos de área dos estabelecimentos pluriativos no Nordeste, por número de estabelecimentos e tamanho, na agricultura familiar e não familiar¹

Grupos de área total	Agricultura familiar				Agricultura não familiar			
	Número de estabelecimentos		Tamanho		Número de estabelecimentos		Tamanho	
	Quantidade	Proporção (%)	Área (ha)	Proporção (%)	Quantidade	Proporção (%)	Área (ha)	Proporção (%)
Maior de 0 ha a menos de 5 ha	415.130	55,2	639.789	7,1	60.147	38,7	98.962	0,5
De 5 ha a menos de 20 ha	158.849	21,1	1.582.048	17,6	27.595	17,8	281.501	1,4
De 20 ha a menos de 100 ha	109.258	14,5	4.401.882	48,9	29.190	18,8	1.346.783	6,7
De 100 ha a menos de 500 ha	15.569	2,1	2.292.886	25,5	23.681	15,2	5.681.848	28,1
De 500 ha a menos de 2.500 ha	47	0,0	50.471	0,6	7.959	5,1	7.325.009	36,3
De 2.500 ha e mais	2	0,0	33.590	0,4	924	0,6	5.452.042	27,0
Produtor sem área	53.185	7,1	-	-	5.953	3,8	-	-
Total	752.040	100,0	9.000.666	100,0	155.449	100,0	20.186.145	100,0

Fonte: Censo Agropecuário 2006 (IBGE, 2009b).

Elaboração: Ipea e PGDR, 2010-2011.

Nota: ¹ Tabulação especial realizada pelo IBGE.

Já a agricultura não familiar representa 17% dos estabelecimentos pluriativos da região Nordeste, mas possui 61,39% da terra. No Nordeste a concentração da terra é a mais brutal entre as unidades territoriais pesquisadas: apenas 5,7% dos estabelecimentos, pertencentes aos estratos de 500 ha e mais, possuem 63,3% da área total de terras da região.

De forma ainda mais acentuada que no Brasil como um todo e no Sul, na região Nordeste 56,5% dos estabelecimentos considerados de agricultura não familiar pertencem aos dois primeiros estratos de área e possuem apenas 1,9% da área total de terras da região (tabela 23).

6.2 Tipo de atividade dos estabelecimentos no Brasil e nas regiões Sul e Nordeste

6.2.1 Tipos de atividade dos estabelecimentos pluriativos no Brasil

Nesta seção abordam-se os tipos de atividades que são desenvolvidas dentro dos estabelecimentos pluriativos de agricultura familiar e de agricultura não familiar e, desse modo, os próprios tipos de pluriatividade.

De acordo com os dados do Censo Agropecuário 2006, em 54,8% dos estabelecimentos pluriativos de agricultura familiar os produtores e/ou algum dos membros da família realizam atividades não agropecuárias, sendo que em 52% dos estabelecimentos eles realizam apenas atividades não agropecuárias e em 2,8% realizam tanto atividades não agropecuárias como agropecuárias (IBGE, 2009b). Seguindo a tipologia proposta na terceira seção, estes estabelecimentos poderiam ser considerados como pluriativos intersetoriais, pois além de estarem ocupados no setor agropecuário, também se ocupam em outras atividades, especialmente nos setores de indústria, comércio e serviços.

Mas há um grupo de 45,2% desses estabelecimentos que realizam atividades fora do estabelecimento, porém dentro do setor agropecuário, como as atividades ligadas a processos de subcontratação ou terceirização na prestação de serviços auxiliares – a exemplo dos serviços de máquinas e equipamentos –, ou então das ocupações agrícolas assalariadas fora do estabelecimento, como em plantio e colheita, ou mesmo em beneficiamento, transporte e comercialização de produtos advindos da produção agropecuária. De acordo com a referida tipologia, estes estabelecimentos poderiam ser considerados como pluriativos de base agrária.

Já entre os produtores e membros das famílias dos estabelecimentos pluriativos de agricultura não familiar do Brasil, 66,5% podem ser considerados pluriativos intersetoriais, sendo que 62,6% realizam apenas atividades não agropecuárias e 3,9% realizam atividades não agropecuárias e atividades agropecuárias. Mas também há, portanto, 33,5% destes estabelecimentos que realizam atividades fora do estabelecimento, mas ligadas ao setor agropecuário, ou seja, são estabelecimentos pluriativos de base agrária (tabela 24).

TABELA 24
Estabelecimentos pluriativos no Brasil, por agricultura familiar e não familiar, segundo o tipo de atividade¹

Variáveis	Agricultura familiar		Agricultura não familiar	
	Número de estabelecimentos	Proporção (%)	Número de estabelecimentos	Proporção (%)
Atividades agropecuárias	674.249	45,2	140.323	33,5
Atividades não agropecuárias	774.909	52,0	262.260	62,6
Atividades agropecuárias e não agropecuárias	41.922	2,8	16.467	3,9
Total	1.491.080	100,0	419.050	100,0

Fonte: Censo Agropecuário 2006 (IBGE, 2009b).

Elaboração: Ipea e PGDR, 2010-2011.

Nota: ¹ Tabulação especial realizada pelo IBGE.

Assim, para o Brasil como um todo, se poderia afirmar que, entre o total dos estabelecimentos pluriativos, os de agricultura não familiar engajam-se mais na pluriatividade intersetorial que os de agricultura familiar, nos quais a pluriatividade de base agrária tem um peso relativamente maior, ainda que em ambas as categorias a pluriatividade intersetorial predomine.

6.2.2 Tipos de atividade dos estabelecimentos pluriativos na região Sul

Na região Sul, 61,3% dos produtores e/ou membros da família dos estabelecimentos pluriativos de agricultura familiar exercem atividades não agropecuárias, e 2,1% exercem atividades não agropecuárias e atividades agropecuárias. Isto quer dizer que 63,4% dos estabelecimentos familiares do Sul podem ser considerados pluriativos intersetoriais, relativamente mais que o ocorrido no Brasil como um todo. As pessoas dos outros 36,6% estabelecimentos (uma proporção menor que no Brasil agregado) exercem apenas atividades agropecuárias fora dos seus estabelecimentos, que podem ser considerados, portanto, pluriativos de base agrária (tabela 25).

TABELA 25
Estabelecimentos pluriativos na região Sul, por agricultura familiar e não familiar, segundo o tipo de atividade¹

Variáveis	Agricultura familiar		Agricultura não familiar	
	Número de estabelecimentos	Proporção (%)	Número de estabelecimentos	Proporção (%)
Atividades agropecuárias	101.084	36,6	25.909	32,7
Atividades não agropecuárias	169.101	61,3	50.647	63,9
Atividades agropecuárias e não agropecuárias	5.760	2,1	2.684	3,4
Total	275.945	100,0	79.240	100,0

Fonte: Censo Agropecuário 2006 (IBGE, 2009b).

Elaboração: Ipea e PGDR, 2010-2011.

Nota: ¹ Tabulação especial realizada pelo IBGE.

Entre os estabelecimentos pluriativos de agricultura não familiar da região Sul, em 67,3% destes os produtores ou membros exercem atividades não agropecuárias, podendo ser considerados pluriativos intersetoriais, sendo que 63,9% exercem apenas atividades não agropecuárias e 3,9% realizam também atividades agropecuárias. Os outros 32,7% destes estabelecimentos realizam apenas atividades agropecuárias fora do estabelecimento, sendo considerados pluriativos de base agrária, em uma proporção que segue a tendência nacional (tabela 25).

6.2.3 Tipos de atividade dos estabelecimentos pluriativos na região Nordeste

Na região Nordeste, em 48,9% dos estabelecimentos pluriativos de agricultura familiar seus produtores e/ou membros da família exercem atividades não agropecuárias, podendo ser considerados pluriativos intersetoriais. Os outros 51,1% realizam apenas atividades agropecuárias fora do estabelecimento. Ou seja, no Nordeste os agricultores familiares pluriativos são predominantemente de base agrária, diferente do que ocorre no Brasil e, sobretudo, no Sul. Por sua vez, entre os estabelecimentos pluriativos de agricultura não familiar, em 61,5% destas as pessoas exercem atividades não agropecuárias, podendo ser considerados pluriativos intersetoriais – sendo que 4% também realizam atividades agropecuárias. E os outros 38,5% são pluriativos de base agrária, pois realizam apenas atividades agropecuárias fora do próprio estabelecimento, uma porcentagem também maior que no Brasil e no Sul (tabela 26).

TABELA 26
Estabelecimentos pluriativos na região Nordeste, por agricultura familiar e não familiar, segundo o tipo de atividade¹

Variáveis	Agricultura familiar		Agricultura não familiar	
	Número de estabelecimentos	Proporção (%)	Número de estabelecimentos	Proporção (%)
Atividades agropecuárias	384.138	51,1	59.832	38,5
Atividades não agropecuárias	345.243	45,9	89.422	57,5
Atividades agropecuárias e não agropecuárias	22.659	3,0	6.195	4,0
Total	752.040	100,0	155.449	100,0

Fonte: Censo Agropecuário 2006 (IBGE, 2009b).

Elaboração: Ipea e PGDR, 2010-2011.

Nota: ¹ Tabulação especial realizada pelo IBGE.

6.2.4 Comparativo de tipo de atividade dos estabelecimentos pluriativos no Brasil e nas regiões Sul e Nordeste

Como corolário dos dados apresentados até aqui, com base na tabela 27 pode-se concluir que na região Nordeste existem relativamente mais estabelecimentos pluriativos de base agrária que na região Sul e no Brasil, ao passo que na região Sul existem relativamente mais estabelecimentos pluriativos intersetoriais que no Nordeste e no Brasil.

TABELA 27
Estabelecimentos pluriativos no Brasil e nas regiões Sul e Nordeste, segundo o tipo de atividade¹

Variáveis	Brasil		Região Sul		Região Nordeste	
	Número de estabelecimentos	Proporção (%)	Número de estabelecimentos	Proporção (%)	Número de estabelecimentos	Proporção (%)
Atividades agropecuárias	814.572	42,64	126.993	35,75	443.970	48,92
Atividades não agropecuárias	1.037.169	54,3	219.748	61,87	434.665	47,9
Atividades agropecuárias e não agropecuárias	58.389	3,06	8.444	2,38	28.854	3,18
Total	1.910.130	100	355.185	100	907.489	100

Fonte: Censo Agropecuário 2006 (IBGE, 2009b).

Elaboração: Ipea e PGDR, 2010-2011.

Nota: ¹ Tabulação especial realizada pelo IBGE.

6.3 Orientação técnica nos estabelecimentos no Brasil e nas regiões Sul e Nordeste

6.3.1 Orientação técnica nos estabelecimentos pluriativos no Brasil

Verificando os dados sobre o recebimento de orientação técnica e a sua frequência entre os estabelecimentos pluriativos no Censo Agropecuário 2006 – sem discriminar por tipo de instituição prestadora do serviço –, é possível afirmar que o acesso à orientação técnica é extremamente precário no Brasil como um todo e especialmente na região Nordeste, embora a situação esteja relativamente um pouco menos dramática na região Sul.

Os números da tabela 28 denunciam essa precariedade dos serviços de assistência técnica e extensão rural para o país e mostram mais um agravante: a assimetria de acesso entre os estabelecimentos pluriativos de agricultura familiar e os de agricultura não familiar. Os primeiros, que supostamente seriam os mais necessitados deste importante serviço, são os menos assistidos: 81,6% dos estabelecimentos pluriativos de agricultura familiar não recebem orientação técnica especializada, 11,7% recebem ocasionalmente, e 6,7% recebem regularmente. Apesar da situação também preocupante, entre os estabelecimentos de agricultura não familiar a situação é um pouco mais alentadora: 63,9% não recebem orientação técnica especializada, 18,9% recebem ocasionalmente e 17,2% recebem regularmente.

TABELA 28
Estabelecimentos pluriativos que recebem orientação técnica especializada no Brasil, na agricultura familiar e não familiar¹

Variáveis	Agricultura familiar		Agricultura não familiar	
	Número de estabelecimentos	Proporção (%)	Número de estabelecimentos	Proporção (%)
Não recebem orientação técnica especializada	1.217.075	81,6	267.833	63,9
Sim, recebem orientação técnica especializada ocasionalmente	174.080	11,7	79.217	18,9
Sim, recebem orientação técnica especializada regularmente	99.925	6,7	72.001	17,2
Total	1.491.080	100,0	419.051	100,0

Fonte: Censo Agropecuário 2006 (IBGE, 2009b).

Elaboração: Ipea e PGDR, 2010-2011.

Nota: ¹ Tabulação especial realizada pelo IBGE.

6.3.2 Orientação técnica nos estabelecimentos pluriativos na região Sul

Para a região Sul, percebe-se uma significativa melhora em relação aos dados em âmbito nacional, tanto para os estabelecimentos pluriativos de agricultura familiar como para os de agricultura não familiar – inclusive a assimetria entre as duas categorias é relativamente reduzida. Entre os estabelecimentos da primeira categoria: 58,8% não recebem orientação técnica especializada, 23,5% recebem ocasionalmente e 17,7% recebem regularmente. E entre os estabelecimentos da segunda categoria: 49,4% não recebem assistência técnica especializada, 24,2% recebem ocasionalmente – assim como na agricultura familiar – e 26,4% recebem regularmente (tabela 29).

TABELA 29

Estabelecimentos pluriativos que recebem orientação técnica especializada na região Sul, na agricultura familiar e não familiar¹

Variáveis	Agricultura familiar		Agricultura não familiar	
	Número de estabelecimentos	Proporção (%)	Número de estabelecimentos	Proporção (%)
Não recebem orientação técnica especializada	162.139	58,8	39.157	49,4
Sim, recebem orientação técnica especializada ocasionalmente	64.899	23,5	19.169	24,2
Sim, recebem orientação técnica especializada regularmente	48.907	17,7	20.914	26,4
Total	275.945	100,0	79.240	100,0

Fonte: Censo Agropecuário 2006 (IBGE, 2009b).

Elaboração: Ipea e PGDR, 2010-2011.

Nota: ¹ Tabulação especial realizada pelo IBGE.

6.3.3 Orientação técnica nos estabelecimentos pluriativos na região Nordeste

Por fim, comparando aos agricultores da região Nordeste, tem-se a impressão de que, apesar da situação também complicada, os da região Sul são bastante privilegiados em relação ao recebimento de orientação técnica. Entre os estabelecimentos pluriativos de agricultura familiar nordestinos, apenas 3% recebem orientação técnica regularmente e 5% ocasionalmente, sendo que a brutal maioria, que soma 92% do total, não recebe. Mesmo entre os estabelecimentos pluriativos de agricultura não familiar, a situação é calamitosa: 83% não recebem orientação técnica especializada, 10% recebem ocasionalmente e 8% recebem regularmente – valores arredondados (tabela 30).

TABELA 30

Estabelecimentos pluriativos que recebem orientação técnica especializada na região Nordeste, na agricultura familiar e não familiar¹

Variáveis	Agricultura familiar		Agricultura não familiar	
	Número de estabelecimentos	Proporção (%)	Número de estabelecimentos	Proporção (%)
Não recebem orientação técnica especializada	694.095	92,3	128.670	82,8
Sim, recebem orientação técnica especializada ocasionalmente	39.141	5,2	15.050	9,7
Sim, recebem orientação técnica especializada regularmente	18.804	2,5	11.729	7,5
Total	752.040	100,0	155.449	100,0

Fonte: Censo Agropecuário 2006 (IBGE, 2009b).

Elaboração: Ipea e PGDR, 2010-2011.

Nota: ¹ Tabulação especial realizada pelo IBGE.

7 CARACTERÍSTICAS DA OCUPAÇÃO DA MÃO DE OBRA NOS ESTABELECIMENTOS PLURIATIVOS NO BRASIL E NAS REGIÕES SUL E NORDESTE

Nesta seção, analisa-se a ocupação da mão de obra nos estabelecimentos pluriativos no Brasil e nas regiões Sul e Nordeste a partir da identificação das suas principais características, distinguindo-se entre agricultura familiar e agricultura não familiar. A mão de obra ocupada foi dividida em duas categorias, de acordo com o tipo de relação de trabalho existente: o pessoal ocupado com laços de parentesco com o produtor, referindo-se aos próprios membros da família do produtor que exercem atividades nos estabelecimentos; e o pessoal ocupado sem laços de parentesco com o produtor, referindo-se à mão de obra empregada em condições de assalariamento ou de parceria com os chefes dos estabelecimentos, mas que não são seus parentes.

7.1 Pessoal ocupado nos estabelecimentos pluriativos no Brasil, segundo a relação de trabalho

Na tabela 31 constam algumas características da ocupação dos membros da família nos estabelecimentos pluriativos do Brasil. Nos 1.491.080 estabelecimentos pluriativos de agricultura familiar, 3.767.760 pessoas com laços de parentesco com o produtor estão ocupadas, o que representa 81,3% do total da força de trabalho familiar ocupada na agricultura. De todas as pessoas ocupadas nos estabelecimentos desta categoria, 76,3% reside nestes, mas apenas 3,7% recebem salários e apenas 3,0% estão ocupadas em atividades não agropecuárias. Ou seja, a maior parte do pessoal ocupado no meio rural está na agricultura familiar, entre este a maioria é formada pelos próprios membros das famílias. Por sua vez, nos 419.051 estabelecimentos pluriativos de agricultura não familiar do Brasil, 868.990 pessoas com laços de parentesco com o produtor estão ocupadas: 18,7% da força de trabalho familiar ocupada na agricultura. Sessenta e dois por cento delas residem nos estabelecimentos, sendo que 14% recebem salários e 4,5% estão ocupadas em atividades não agropecuárias.

TABELA 31

Características da ocupação dos membros da família (com laços de parentesco) nos estabelecimentos pluriativos no Brasil, por agricultura familiar e não familiar¹

Variáveis	Agricultura familiar		Agricultura não familiar	
	Número de ocupados	Proporção (%)	Número de ocupados	Proporção (%)
Residentes	2.873.808	76,3	539.137	62,0
Recebem salário	139.693	3,7	75.616	8,7
Em atividade não agropecuária	112.536	3,0	39.292	4,5
Total	3.767.760	100,0	868.990	100,0

Fonte: Censo Agropecuário 2006 (IBGE, 2009b).

Elaboração: Ipea e PGDR, 2010-2011.

Nota: ¹ Tabulação especial realizada pelo IBGE.

Já nas tabelas 32 e 33, constam algumas características da força de trabalho ocupada em regime de assalariamento ou de parceria nos estabelecimentos pluriativos do Brasil. Nos estabelecimentos pluriativos de agricultura familiar, 511.072 pessoas estão ocupadas: 30,8% das ocupadas neste tipo de regime de trabalho. Entre estas, 89,4% são contratadas para empregos temporários e apenas 10,6% são contratadas para empregos permanentes e outros. Apenas 3,8% destas são contratadas para trabalhar em atividades não agropecuárias e 13,3% residem nos estabelecimentos.

TABELA 32
Características da ocupação dos empregados (sem laços de parentesco) nos estabelecimentos pluriativos no Brasil, por agricultura familiar e não familiar¹

Variáveis	Agricultura familiar		Agricultura não familiar	
	Número de ocupados	Proporção (%)	Número de ocupados	Proporção (%)
Residentes	68.172	13,3	397.502	34,5
Em atividade não agropecuária	19.296	3,8	37.857	3,3
Total	511.072	100,0	1.150.741	100,0

Fonte: Censo Agropecuário 2006 (IBGE, 2009b).
 Elaboração: Ipea e PGDR, 2010-2011.
 Nota: ¹ Tabulação especial realizada pelo IBGE.

TABELA 33
Pessoal ocupado como empregado (sem laços de parentesco) nos estabelecimentos pluriativos de agricultura familiar e não familiar no Brasil, por tipo de emprego¹

Variáveis	Agricultura familiar		Agricultura não familiar	
	Número de ocupados	Proporção (%)	Número de ocupados	Proporção (%)
Empregado permanente	41.725	8,2	577.734	50,2
Empregado temporário	457.058	89,4	520.767	45,3
Empregado parceiro	3.946	0,8	36.408	3,2
Empregado em outra condição	8.343	1,6	15.832	1,4
Total	511.072	100,0	1.150.741	100,0

Fonte: Censo Agropecuário 2006 (IBGE, 2009b).
 Elaboração: Ipea e PGDR, 2010-2011.
 Nota: ¹ Tabulação especial realizada pelo IBGE.

Nos estabelecimentos pluriativos de agricultura não familiar do Brasil, 1.150.741 estão ocupados como empregados contratados, o que representa uma proporção de 69% deste tipo de emprego rural. Deste universo, 50,2% são empregados permanentes e 45,3% são empregados temporários. Trinta e quatro e meio por cento deste pessoal reside nos estabelecimentos, mas apenas 3,3% estão empregados em atividades não agropecuárias. Estes dados só reforçam uma conclusão quase autoevidente: os estabelecimentos de agricultura não familiar (inclusive os pluriativos) são os que mais utilizam trabalho assalariado – principalmente em caráter permanente.

7.2 Pessoal ocupado nos estabelecimentos pluriativos na região Sul, segundo a relação de trabalho

Agora são apresentadas as principais características da mão de obra ocupada nos estabelecimentos pluriativos da região Sul, iniciando-se pela mão de obra dos membros das famílias. Estão ocupadas 659.138 pessoas com laços de parentesco com os produtores nos 275.945 estabelecimentos de agricultura familiar: o que representa 79,1% do total da força de trabalho familiar rural ocupada na região. De todas as pessoas desta categoria ocupadas nos estabelecimentos, 82,1% reside nestes, sendo que 5,3% recebe salários e apenas 4,7% estão ocupadas em atividades não agropecuárias. E nos 79.240 estabelecimentos pluriativos de agricultura não familiar sulinos estão ocupadas 174.187 pessoas com laços de parentesco com o produtor: 20,9% da força de trabalho familiar ocupada na agricultura. Destas, 65,3% residem nos estabelecimentos, sendo que 9,5% recebem salários e 5,1% estão ocupadas em atividades não agropecuárias.

TABELA 34
Características da ocupação dos membros da família (com laços de parentesco) nos estabelecimentos pluriativos na região Sul, por agricultura familiar e não familiar¹

Variáveis	Agricultura familiar		Agricultura não familiar	
	Número de ocupados	Proporção (%)	Número de ocupados	Proporção (%)
Residentes	541.114	82,1	113.664	65,3
Recebem salário	35.119	5,3	16.468	9,5
Em atividade não agropecuária	31.180	4,7	8.868	5,1
Total	659.138	100	174.187	100

Fonte: Censo Agropecuário 2006 (IBGE, 2009b).

Elaboração: Ipea e PGDR, 2010-2011.

Nota: ¹ Tabulação especial realizada pelo IBGE.

Algumas características da força de trabalho ocupada nos regimes de assalariamento ou de parceria nos estabelecimentos pluriativos da região Sul podem ser observadas nas tabelas 35 e 36.

TABELA 35
Características da ocupação dos empregados (sem laços de parentesco) nos estabelecimentos pluriativos na região Sul, por agricultura familiar e não familiar¹

Variáveis	Agricultura familiar		Agricultura não familiar	
	Número de ocupados	Proporção (%)	Número de ocupados	Proporção (%)
Residentes	9.034	16,7	54.496	38,2
Em atividade não agropecuária	3.366	6,2	7.334	5,1
Total	54.244	100,0	142.681	100,0

Fonte: Censo Agropecuário 2006 (IBGE, 2009b).

Elaboração: Ipea e PGDR, 2010-2011.

Nota: ¹ Tabulação especial realizada pelo IBGE.

TABELA 36
Pessoal ocupado como empregado (sem laços de parentesco) nos estabelecimentos pluriativos de agricultura familiar e não familiar na região Sul, por tipo de emprego¹

Variáveis	Agricultura familiar		Agricultura não familiar	
	Número de ocupados	Proporção (%)	Número de ocupados	Proporção (%)
Empregado permanente	6.819	12,6	80.252	56,2
Empregado temporário	45.955	84,7	57.215	40,1
Empregado parceiro	660	1,2	3.585	2,5
Empregado em outra condição	810	1,5	1.629	1,1
Total	54.244	100,0	142.681	100,0

Fonte: Censo Agropecuário 2006 (IBGE, 2009b).

Elaboração: Ipea e PGDR, 2010-2011.

Nota: ¹ Tabulação especial realizada pelo IBGE.

As 54.244 pessoas ocupadas como empregados nos estabelecimentos pluriativos de agricultura familiar representam 27,5% do total dos trabalhadores contratados na agricultura, sendo que, entre estes, 84,7% são empregados temporários; e entre os 15,3% restantes, 12,6% são empregados permanentes. Deste pessoal, 16,7% residem nos estabelecimentos em que estão empregados e apenas 6,2% trabalham em atividades não agropecuárias. As 142.681 pessoas contratadas em estabelecimentos da agricultura não familiar representam 72,5% do total de pessoas ocupadas neste regime de trabalho. Deste

total, 56,2% são empregados permanentes e 40,1% são empregados temporários, sendo que 38,2% delas residem nos estabelecimentos em que estão empregadas e 5,1% exercem atividades não agropecuárias.

7.3 Pessoal ocupado nos estabelecimentos pluriativos na região Nordeste, segundo a relação de trabalho

Na tabela 37, observam-se as características da ocupação dos membros da família do produtor nos estabelecimentos pluriativos da região Nordeste. Estão ocupadas 1.974.000 pessoas nos 752.040 estabelecimentos de agricultura familiar da região: 85% do total de 2.322.934 pessoas com laços de parentesco com os produtores de estabelecimentos pluriativos. Setenta e três e meio por cento delas residem nos estabelecimentos e apenas 2% exercem atividades não agropecuárias nestes. Por seu turno, 348.943 pessoas estão ocupadas nos 155.449 estabelecimentos pluriativos de agricultura não familiar do Nordeste: 15% do total do pessoal ocupado com laços de parentesco com os produtores. Destas pessoas, 64,9% residem no estabelecimento da família, sendo que 5,9% recebem salários e 3,2% exercem atividades não agropecuárias.

TABELA 37

Características da ocupação dos membros da família (com laços de parentesco) nos estabelecimentos pluriativos na região Nordeste, por agricultura familiar e não familiar¹

Variáveis	Agricultura familiar		Agricultura não familiar	
	Número de ocupados	Proporção (%)	Número de ocupados	Proporção (%)
Residentes	1.450.716	73,5	226.339	64,9
Recebem salário	59.151	3,0	20.504	5,9
Em atividade não agropecuária	38.630	2,0	10.999	3,2
Total	1.974.000	100,0	348.943	100

Fonte: Censo Agropecuário 2006 (IBGE, 2009b).

Elaboração: Ipea e PGDR, 2010-2011.

Nota: ¹ Tabulação especial realizada pelo IBGE.

Quanto ao pessoal ocupado como empregados nos estabelecimentos pluriativos do Nordeste, 304.616 (45,3%) estão em estabelecimentos de agricultura familiar e 367.736 (54,7%), em estabelecimentos de agricultura não familiar. Entretanto, a agricultura familiar contrata 94,5% destes na condição de empregados temporários e apenas 3,6% como empregados permanentes, ao passo que a agricultura não familiar possui 40,4% de trabalhadores contratados em condição permanente e 55,2% em condição temporária.

TABELA 38

Pessoal ocupado como empregado (sem laços de parentesco) nos estabelecimentos pluriativos de agricultura familiar e não familiar, por tipo de emprego¹

Variáveis	Agricultura familiar		Agricultura não familiar	
	Número de ocupados	Proporção (%)	Número de ocupados	Proporção (%)
Empregado permanente	11.054	3,6	148.484	40,4
Empregado temporário	287.971	94,5	203.167	55,2
Empregado parceiro	1.236	0,4	10.370	2,8
Empregado em outra condição	4.355	1,4	5.715	1,6
Total	304.616	100,0	367.736	100,0

Fonte: Censo Agropecuário 2006 (IBGE, 2009b).

Elaboração: Ipea e PGDR, 2010-2011.

Nota: ¹ Tabulação especial realizada pelo IBGE.

No caso da agricultura familiar, já que a maioria dos empregados é temporária, apenas 9,1% destes residem no estabelecimento, ao passo que nos estabelecimentos de agricultura não familiar esta porcentagem de residentes é de 25,8%. Todavia, em nenhuma das duas categorias a ocupação de empregados em atividades não agropecuárias chega a 3%.

TABELA 39

Características da ocupação dos empregados (sem laços de parentesco) nos estabelecimentos pluriativos na região Nordeste, por agricultura familiar e não familiar¹

Variáveis	Agricultura familiar		Agricultura não familiar	
	Número de ocupados	Proporção (%)	Número de ocupados	Proporção (%)
Residentes	27.768	9,1	94.805	25,8
Em atividade não agropecuária	8.791	2,9	10.074	2,7
Total	304.616	100,0	367.736	100,0

Fonte: Censo Agropecuário 2006 (IBGE, 2009b).

Elaboração: Ipea e PGDR, 2010-2011.

Nota: ¹ Tabulação especial realizada pelo IBGE.

8 PLURIRRENDIMENTOS E CARACTERÍSTICAS FINANCEIRAS DOS ESTABELECIMENTOS PLURIATIVOS NO BRASIL E NAS REGIÕES SUL E NORDESTE

Nesta seção, analisam-se as distintas fontes de receitas (plurirrendimentos) dos estabelecimentos que indicam o exercício de pluriatividade econômica do produtor e/ou de algum membro da família, mensurando a importância de cada uma destas na formação da receita total e comparando entre as unidades territoriais em questão, e verificando a declaração da existência de dívidas e ônus e da tomada de créditos e financiamentos, sempre comparando a agricultura familiar e a agricultura não familiar.

8.1 Fontes de receita e rendimentos dos estabelecimentos pluriativos no Brasil e nas regiões Sul e Nordeste

8.1.1 Receitas dos estabelecimentos pluriativos no Brasil

Inicialmente, analisou-se a composição das receitas dos estabelecimentos pluriativos para as categorias de agricultura familiar e agricultura não familiar em termos absolutos e percentuais, e em seguida passou-se a decompor cada uma destas a fim de se descobrirem as suas fontes mais importantes.

As receitas provenientes de atividades agrícolas e pecuárias constituem-se nas mais importantes fontes de ingressos na composição total das receitas, como seria de se esperar. Porém, há uma considerável variação nas porcentagens entre agricultura familiar e agricultura não familiar, e entre as três unidades territoriais. A receita total da agricultura não familiar excede em mais de duas vezes a da agricultura familiar e em mais de três vezes a receita agrícola. Entretanto, a agricultura não familiar é mais dependente da receita agropecuária, uma vez que esta representa 85,5% da receita total, enquanto para a agricultura familiar a receita agrícola representa uma porcentagem menor: 71,1% da receita total. Claro que se pode objetar que, em termos absolutos, caso fossem calculadas as médias de cada tipo de receita para o número de agricultores de cada categoria, algumas receitas, apesar de proporcionalmente pouco representativas para os estabelecimentos da agricultura não familiar, seriam maiores que para os da agricultura familiar – como é o caso das outras receitas do trabalho e, mais ainda, das receitas de atividades não agropecuárias.

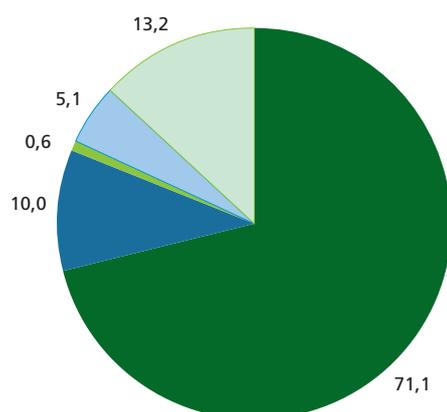
Um aspecto que parece interessante reter diz respeito à significativa importância relativa das receitas de atividades não agropecuárias e da enorme importância – inclusive absoluta – das receitas de aposentadorias e transferências governamentais – como aquelas do Programa Bolsa Família – para os estabelecimentos da agricultura familiar. Segundo os dados do Censo Demográfico 2010, também publicado pelo IBGE (2011), 13,4% dos domicílios do Brasil encontram-se em situação de pobreza extrema (até meio salário mínimo *per capita*) e são potenciais beneficiários do Programa Bolsa Família, haja vista que no meio urbano 5,4% da população encontra-se nesta situação, e no meio rural esta porcentagem chega a 25,5%.

A situação é pior para o Nordeste e um pouco melhor para o Sul. No Nordeste, 26,2% da população se encontra em condição de pobreza extrema: 11,7% da população no meio urbano e escandalosos 35,4% da população no meio rural. No Sul, 5,75% da população é potencial beneficiário do Bolsa Família por se encontrar em situação de pobreza extrema: 1,9% da população no meio urbano, e 6,8% no meio rural. Ou seja, a pobreza extrema e, conseqüentemente, os potenciais beneficiários das transferências governamentais do Programa Bolsa Família, concentram-se especialmente no meio rural e na região Nordeste do país.

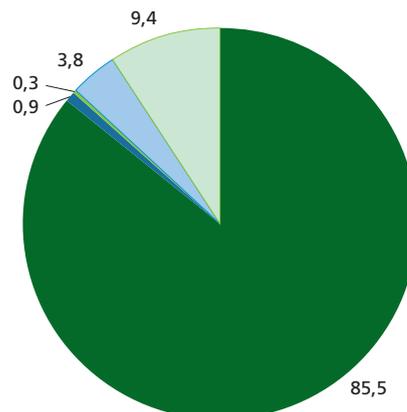
GRÁFICO 9

Plurirrendimentos dos estabelecimentos pluriativos no Brasil, na agricultura familiar e não familiar¹
(Em %)

9A – Agricultura familiar



9B – Agricultura não familiar



Brasil		
Categorias	Agricultura familiar (R\$)	Agricultura não familiar (R\$)
Receitas agropecuárias	11.258.828.506,00	35.251.362.850,00
Receitas de aposentadorias e transferências governamentais	1.586.555.221,00	385.361.044,00
Receitas de outras fontes	91.378.389,00	120.274.450,00
Outras receitas do trabalho	807.772.272,00	1.585.582.001,00
Receitas de atividades não agropecuárias	2.097.131.092,00	3.887.534.427,00
Receita total	15.841.665.480,00	41.230.114.772,00

Fonte: Censo Agropecuário 2006 (IBGE, 2009b).

Elaboração: Ipea e PGDR, 2010-2011.

Nota: ¹ Tabulação especial realizada pelo IBGE.

Nas próximas cinco tabelas são apresentados os dados dos cinco diferentes tipos de receitas, decompostos por suas respectivas fontes. Na coluna dos estabelecimentos, os números se referem àqueles que receberam cada uma das receitas, tendo em vista que cada um pode ter recebido mais que apenas uma delas (por isto se fala em plurirrendimentos).

É interessante observar como, entre os 1.491.080 estabelecimentos pluriativos de agricultura familiar, menos da metade recebeu receitas de origem animal ou receitas de produção vegetal. Se forem somados os recebedores destas duas fontes de receita, ainda assim o número é menor, mesmo que as duas juntas sejam responsáveis por 99,4% do total das receitas agropecuárias. Praticamente o mesmo pode ser dito para o caso dos estabelecimentos de agricultura não familiar, ainda que nestes as duas referidas fontes representem 99,7% da receita agropecuária.

TABELA 40
Receitas agropecuárias¹ por agricultura familiar e não familiar no Brasil²

Variáveis	Agricultura familiar			Agricultura não familiar		
	Número de estabelecimentos ³	Valor		Número de estabelecimentos	Valor	
		Receita (R\$)	Proporção (%)		Receita (R\$)	Proporção (%)
Receita de origem animal	591.059	3.325.183.405	29,5	221.903	11.562.836.492	32,8
Receita da produção vegetal	638.910	7.865.901.294	69,9	174.071	23.565.569.784	66,9
Receita da venda de animais criados em cativeiro	3.936	26.300.686	0,2	1.518	62.463.540	0,2
Receita da venda de húmus	329	1.529.116	0,0	166	2.420.287	0,0
Receita da venda de esterco	9.265	12.100.113	0,1	4.378	38.250.816	0,1
Receita da venda de pescado	15.516	27.813.892	0,2	2.015	19.821.931	0,1
Total	-	11.258.828.506	100,0	-	35.251.362.850	100,0

Fonte: Censo Agropecuário 2006 (IBGE, 2009b).

Elaboração: Ipea e PGDR, 2010-2011.

Notas: ¹ As receitas de agroindústria rural estão somadas às receitas de produção por sua origem (animal ou vegetal).

² Tabulação especial realizada pelo IBGE.

³ O total de estabelecimentos não representa o somatório daqueles que receberam as distintas receitas.

Um aspecto relevante a ser destacado a respeito das receitas de aposentadorias e transferências governamentais é que – apesar do grande alarme em torno do Programa Bolsa Família e acerca de sua grande importância – 86,6% destas receitas são provenientes de aposentadorias, pensões etc., evidenciando a importância da cobertura previdenciária no meio rural brasileiro. Ou seja, as aposentadorias são fundamentais para a manutenção da renda no meio rural do Brasil, muito mais que as transferências governamentais.

TABELA 41
Receitas de aposentadorias e transferências governamentais por agricultura familiar e não familiar no Brasil¹

Variáveis	Agricultura familiar			Agricultura não familiar		
	Número de estabelecimentos ²	Valor		Número de estabelecimentos	Valor	
		Receita (R\$)	Proporção (%)		Receita (R\$)	Proporção (%)
Receitas de aposentadoria, pensão etc.	242.243	1.373.508.621	86,6	36.765	332.830.833	86,4
Receitas de programas sociais do governo	248.890	213.046.600	13,4	49.541	52.530.211	13,6
Total	-	1.586.555.221	100,0	86.306	385.361.044	100,0

Fonte: Censo Agropecuário 2006 (IBGE, 2009b).

Elaboração: Ipea e PGDR, 2010-2011.

Notas: ¹ Tabulação especial realizada pelo IBGE.

² O total de estabelecimentos não representa o somatório daqueles que receberam as distintas receitas.

Outro aspecto que chama atenção aqui é o fato de estabelecimento de agricultura não familiar também receber grande volume de receitas de programas sociais, o que leva ao entendimento de que supostamente haveria incidência de pobreza extrema dentro desta categoria. Esta constatação parece fortalecer a ideia anteriormente esboçada de que na verdade há agricultores familiares pluriativos que não estão sendo reconhecidos pela metodologia oficial adotada pelo IBGE e, conseqüentemente, pela própria política pública.

As receitas de outras fontes têm um peso muito reduzido na formação da receita total. A elas correspondem basicamente duas fontes de receita: doações ou ajudas (aqui devem estar incluídas as remessas de parentes distantes) e desinvestimentos (se desfazer de algum bem produtivo a fim de auferir liquidez). Na agricultura familiar elas possuem um maior peso *per capita*.

TABELA 42
Receitas de outras fontes por agricultura familiar e não familiar no Brasil¹

Variáveis	Agricultura familiar			Agricultura não familiar		
	Número de estabelecimentos ²	Valor		Número de estabelecimentos	Valor	
		Receita (R\$)	Proporção (%)		Receita (R\$)	Proporção (%)
Receitas de doações ou ajudas	17.013	26.075.220	28,5	4.375	13.944.663	11,6
Receitas de desinvestimentos	10.361	65.303.169	71,5	3.831	106.329.787	88,4
Total	-	91.378.389	100,0	-	120.274.450	100,0

Fonte: Censo Agropecuário 2006 (IBGE, 2009b).

Elaboração: Ipea e PGDR, 2010-2011.

Notas: ¹ Tabulação especial realizada pelo IBGE.

² O total de estabelecimentos não representa o somatório daqueles que receberam as distintas receitas.

Entre as outras receitas do trabalho, destaca-se o peso da sua principal fonte: as receitas obtidas com a prestação de serviços às empresas integradoras representam 91% deste tipo de receita para os agricultores familiares e 83,8% para os agricultores não familiares.

TABELA 43
Outras receitas do trabalho por agricultura familiar e não familiar no Brasil¹

Variáveis	Agricultura familiar			Agricultura não familiar		
	Número de estabelecimentos ²	Valor		Número de estabelecimentos	Valor	
		Receita (R\$)	Proporção (%)		Receita (R\$)	Proporção (%)
Receitas de exploração mineral	2.170	14.755.202	1,8	823	45.104.882	2,8
Receitas obtidas com a prestação de serviços a empresas integradoras	10.948	735.280.908	91,0	5.579	1.327.925.168	83,8
Receitas de serviço de beneficiamento para terceiros	18.101	57.736.162	7,1	4.106	212.551.951	13,4
Total	-	807.772.272	100,0	-	1.585.582.001	100,0

Fonte: Censo Agropecuário 2006 (IBGE, 2009b).

Elaboração: Ipea e PGDR, 2010-2011.

Notas: ¹ Tabulação especial realizada pelo IBGE.

² O total de estabelecimentos não representa o somatório daqueles que receberam as distintas receitas.

Receitas de atividades não agrícolas (provavelmente exercidas dentro do próprio estabelecimento) e salários obtidos em atividades fora do estabelecimento representam, respectivamente, a segunda e a primeira das mais importantes fontes de receitas de atividades não agropecuárias.

TABELA 44
Receitas de atividades não agropecuárias por agricultura familiar e não familiar no Brasil¹

Variáveis	Agricultura familiar			Agricultura não familiar		
	Número de estabelecimentos ²	Valor		Número de estabelecimentos	Valor	
		Receita (R\$)	Proporção (%)		Receita (R\$)	Proporção (%)
Receitas de atividades não agrícolas	125.257	561.544.886	26,8	27.056	888.250.937	22,8
Receitas de outras atividades não agrícolas	17.708	49.190.890	2,3	3.361	27.831.787	0,7
Salários obtidos em atividades fora do estabelecimento	291.648	1.479.844.078	70,6	204.652	2.950.388.507	75,9
Receitas de atividade de turismo rural	1.055	6.551.238	0,3	813	21.063.196	0,5
Total	-	2.097.131.092	100,0	-	3.887.534.427	100,0

Fonte: Censo Agropecuário 2006 (IBGE, 2009b).

Elaboração: Ipea e PGDR, 2010-2011.

Notas: ¹ Tabulação especial realizada pelo IBGE.

² O total de estabelecimentos não representa o somatório daqueles que receberam as distintas receitas.

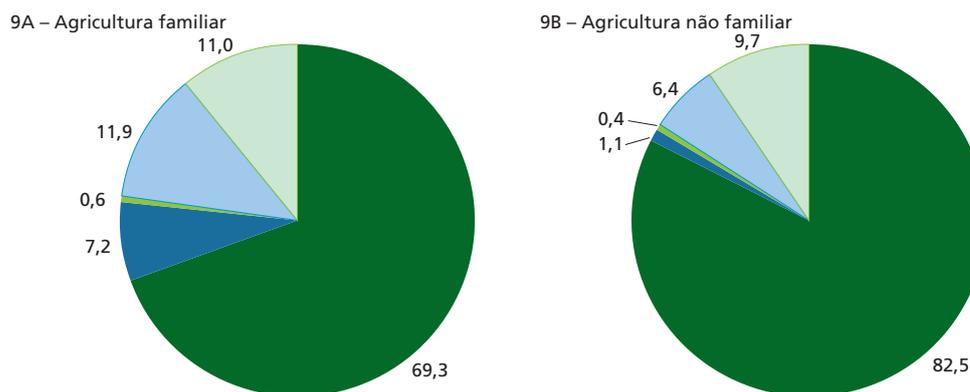
Observa-se que os salários obtidos em atividades fora do estabelecimento são maiores em termos *per capita* para a agricultura não familiar que para a agricultura familiar, o que muito provavelmente está relacionado aos melhores níveis de instrução dos indivíduos desta categoria e aos tipos de atividade com melhores remunerações que assim devem desempenhar.

8.1.2 Receitas dos estabelecimentos pluriativos na região Sul

Na região Sul, as receitas dos estabelecimentos pluriativos são ligeiramente mais diversificadas no Brasil como um todo, no sentido de uma menor dependência em relação às receitas agropecuárias, sobretudo entre os agricultores familiares. Outra característica do Sul é o peso um pouco menor das receitas de aposentadorias e transferências governamentais e o maior peso das outras receitas do trabalho na formação da receita total.

GRÁFICO 10
Plurirrendimentos dos estabelecimentos pluriativos na região Sul, na agricultura familiar e agricultura não familiar¹

(Em %)



Região Sul		
Categorias	Agricultura familiar (R\$)	Agricultura não familiar (R\$)
Receitas agropecuárias	3.743.392.650,00	7.252.775.224,00
Receitas de aposentadorias e transferências governamentais	390.210.608,00	95.865.142,00
Receitas de outras fontes	32.007.909,00	33.759.100,00
Outras receitas do trabalho	643.744.985,00	561.727.788,00
Receitas de atividades não agropecuárias	593.431.237,00	852.341.873,00
Receita total	5.402.787.389,00	8.796.469.127,00

Fonte: Censo Agropecuário 2006 (IBGE, 2009b).

Elaboração: Ipea e PGDR, 2010-2011.

Nota: ¹ Tabulação especial realizada pelo IBGE.

Na agricultura familiar, as outras receitas do trabalho chegam a figurar como a segunda maior, na frente mesmo das receitas de atividades não agropecuárias. Há também uma menor desigualdade entre as categorias de agricultura familiar e de agricultura não familiar na distribuição do valor absoluto dos rendimentos em relação ao que ocorre no país em geral, com exceção das receitas agropecuárias.

Nas receitas agropecuárias se repete a mesma regra de todo o Brasil: mais de 99% provêm de receitas de origem animal e de produção vegetal, sendo a última predominante.

TABELA 45
Receitas agropecuárias¹ por agricultura familiar e não familiar na região Sul²

Variáveis	Agricultura familiar			Agricultura não familiar		
	Número de estabelecimentos ³	Valor		Número de estabelecimentos	Valor	
		Receita (R\$)	Proporção (%)		Receita (R\$)	Proporção (%)
Receita de origem animal	124.418	1.002.322.699	29,5	41.905	1.920.690.369	32,8
Receita da produção vegetal	140.310	2.728.636.738	69,9	39.421	5.308.496.339	66,9
Receita da venda de animais criados em cativeiro	629	4.664.598	0,2	241	10.479.371	0,2
Receita da venda de húmus	49	115.374	0,0	30	112.763	0,0
Receita da venda de esterco	1.599	5.639.137	0,1	556	11.734.957	0,1
Receita da venda de pescado	685	2.014.104	0,2	135	1.261.425	0,1
Total	-	3.743.392.650	100,0	-	7.252.775.224	100,0

Fonte: Censo Agropecuário 2006 (IBGE, 2009b).

Elaboração: Ipea e PGDR, 2010-2011.

Notas: ¹ As receitas de agroindústria rural estão somadas às receitas de produção por sua origem (animal ou vegetal).

² Tabulação especial realizada pelo IBGE.

³ O total de estabelecimentos não representa o somatório daqueles que receberam as distintas receitas.

Quanto às receitas de aposentadorias e transferências, no Sul as transferências têm um peso menor que no Brasil e, por conseguinte, as aposentadorias um peso maior. Aqui, chama-se novamente a atenção para o fato de o valor percentual de receitas de programas sociais do governo ser maior entre os agricultores não familiares que entre os agricultores familiares. Isto ocorre, inclusive, em termos *per capita*: R\$ 1.503,04 anuais para os primeiros e R\$ 1.104,73 para os segundos. O que novamente nos leva à hipótese de que pode haver agricultores familiares (inclusive entre os mais pobres) que não são classificados de acordo com esta categoria e, desse modo, encontram-se impedidos de receber os benefícios que lhes corresponderiam.

TABELA 46
Receitas de aposentadorias e transferências governamentais por agricultura familiar e não familiar na região Sul¹

Variáveis	Agricultura familiar			Agricultura não familiar		
	Número de estabelecimentos ²	Valor		Número de estabelecimentos	Valor	
		Receita (R\$)	Proporção (%)		Receita (R\$)	Proporção (%)
Receitas de aposentadoria, pensão etc.	55.363	367.559.159	94,2	10.203	89.142.035	93,0
Receitas de programas sociais do governo	20.504	22.651.449	5,8	4.473	6.723.107	7,0
Total	-	390.210.608	100,0	-	95.865.142	100,0

Fonte: Censo Agropecuário 2006 (IBGE, 2009b).

Elaboração: Ipea e PGDR, 2010-2011.

Notas: ¹ Tabulação especial realizada pelo IBGE.

² O total de estabelecimentos não representa o somatório daqueles que receberam as distintas receitas.

O mesmo que acontece para o Brasil ocorre para a região Sul a respeito das receitas de outras fontes: peso reduzido na receita total e um peso maior de doações ou ajudas (e remessas) entre os familiares que entre os não familiares.

Como se observou, na região Sul, as outras receitas do trabalho possuem um peso muito maior que no Brasil. Aqui se evidencia o enorme peso da sua principal fonte – prestação de serviços a empresas integradoras –, correspondente a 96% desta. Os salários obtidos fora do estabelecimento também são a principal fonte de receitas de atividades não agropecuárias no Sul, proporcionalmente ainda mais que no Brasil, contribuindo com mais de 80% para a formação deste tipo de rendimento na agricultura familiar e com quase 90% na agricultura não familiar.

TABELA 47

Receitas de outras fontes por agricultura familiar e não familiar na região Sul¹

Variáveis	Agricultura familiar			Agricultura não familiar		
	Número de estabelecimentos ²	Valor		Número de estabelecimentos	Valor	
		Receita (R\$)	Proporção (%)		Receita (R\$)	Proporção (%)
Receitas de doações ou ajudas	1.461	4.104.621	12,8	427	2.814.379	8,3
Receitas de desinvestimentos	2.562	27.903.288	87,2	878	30.944.721	91,7
Total	-	32.007.909	100,0	-	33.759.100	100,0

Fonte: Censo Agropecuário 2006 (IBGE, 2009b).

Elaboração: Ipea e PGDR, 2010-2011.

Notas: ¹ Tabulação especial realizada pelo IBGE.

² O total de estabelecimentos não representa o somatório daqueles que receberam as distintas receitas.

TABELA 48

Outras rendas do trabalho por agricultura familiar e não familiar na região Sul¹

Variáveis	Agricultura familiar			Agricultura não familiar		
	Número de estabelecimentos ²	Valor		Número de estabelecimentos	Valor	
		Receita (R\$)	Proporção (%)		Receita (R\$)	Proporção (%)
Receitas de exploração mineral	550	4.799.802	0,7	157	7.981.788	1,4
Receitas obtidas com a prestação de serviços a empresas integradoras	7.277	618.679.067	96,1	2.390	539.414.194	96,0
Receitas de serviço de beneficiamento para terceiros	3.324	20.266.116	3,1	667	14.331.806	2,6
Total	-	643.744.985	100,0	-	561.727.788	100,0

Fonte: Censo Agropecuário 2006 (IBGE, 2009b).

Elaboração: Ipea e PGDR, 2010-2011.

Notas: ¹ Tabulação especial realizada pelo IBGE.

² O total de estabelecimentos não representa o somatório daqueles que receberam as distintas receitas.

TABELA 49

Receitas de atividades não agropecuárias por agricultura familiar e não familiar na região Sul¹

Variáveis	Agricultura familiar			Agricultura não familiar		
	Número de estabelecimentos ²	Valor		Número de estabelecimentos	Valor	
		Receita (R\$)	Proporção (%)		Receita (R\$)	Proporção (%)
Receitas de atividades não agrícolas	19.674	91.396.641	15,4	4.651	84.762.933	9,9
Receitas de outras atividades não agrícolas	3.597	17.778.510	3,0	619	7.532.456	0,9
Salários obtidos em atividades fora do estabelecimento	64.075	482.438.475	81,3	42.617	755.672.737	88,7
Receitas de atividade de turismo rural	287	1.817.611	0,3	189	4.373.747	0,5
Total	-	593.431.237	100,0	-	852.341.873	100,0

Fonte: Censo Agropecuário 2006 (IBGE, 2009b).

Elaboração: Ipea e PGDR, 2010-2011.

Notas: ¹ Tabulação especial realizada pelo IBGE.

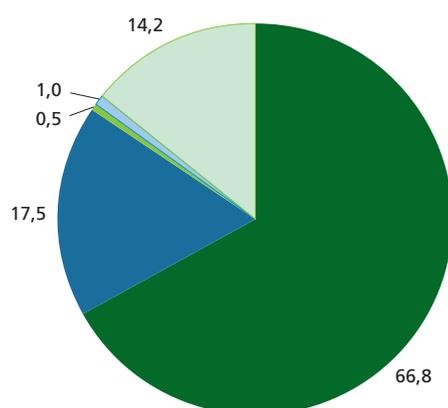
² O total de estabelecimentos não representa o somatório daqueles que receberam as distintas receitas.

8.1.3 Receitas dos estabelecimentos pluriativos na região Nordeste

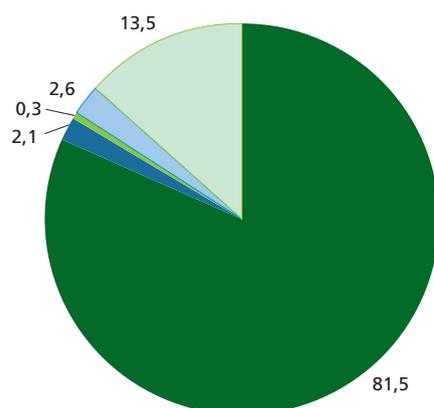
No Nordeste, o peso das receitas agropecuárias para a formação da receita total, apesar de predominante, é menor que no Brasil e ainda menor em relação ao que ocorre no Sul. Entretanto, neste caso, a explicação não está no maior peso das outras receitas do trabalho, como no Sul, mas no das receitas de atividades não agropecuárias, no caso da agricultura não familiar (13,5%), e, no caso da agricultura familiar, no das receitas de atividades não agropecuárias (14,2%) e, principalmente, das receitas de aposentadorias e transferências governamentais (17,5%).

GRÁFICO 11
Plurirrendimentos dos estabelecimentos pluriativos na região Nordeste, na agricultura familiar e não familiar¹

9A – Agricultura familiar



9B – Agricultura não familiar



Região Nordeste		
Categorias	Agricultura familiar (R\$)	Agricultura não familiar (R\$)
Receitas agropecuárias	3.049.650.205,00	5.388.293.370,00
Receitas de aposentadorias e transferências governamentais	798.809.092,00	136.959.071,00
Receitas de outras fontes	24.301.498,00	18.090.597,00
Outras receitas do trabalho	43.466.219,00	169.503.586,00
Receitas de atividades não-agropecuárias	650.182.703,00	890.811.844,00
Receita total	4.566.409.717,00	6.603.658.468,00

Fonte: Censo Agropecuário 2006 (IBGE, 2009b).

Elaboração: Ipea e PGDR, 2010-2011.

Nota: ¹ Tabulação especial realizada pelo IBGE.

Chama atenção o fato de, na região Nordeste, haver uma enorme desigualdade entre agricultura familiar e agricultura não familiar em relação ao valor absoluto e *per capita* na obtenção de receitas de origem animal, embora ela não se reproduza em termos absolutos (apesar de se manter em termos *per capita*) na obtenção de receitas da produção vegetal.

TABELA 50
Receitas agropecuárias¹ por agricultura familiar e não familiar na região Nordeste²

Variáveis	Agricultura familiar			Agricultura não familiar		
	Número de estabelecimentos ³	Receita (R\$)	Proporção (%)	Número de estabelecimentos	Receita (R\$)	Proporção (%)
Receita de origem animal	274.037	723.403.362	29,5	74.286	1.625.057.979	32,8
Receita da produção vegetal	340.797	2.312.111.160	69,9	75.117	3.742.647.015	66,9
Receita da venda de animais criados em cativeiro	2.153	5.348.397	0,2	582	12.843.485	0,2
Receita da venda de húmus	146	194.394	0,0	69	1.332.720	0,0
Receita da venda de esterco	5.951	2.162.449	0,1	2.394	4.832.897	0,1
Receita da venda de pescado	4.959	6.430.443	0,2	667	1.579.274	0,1
Total	-	3.049.650.205	100,0	-	5.388.293.370	100,0

Fonte: Censo Agropecuário 2006 (IBGE, 2009b).

Elaboração: Ipea e PGDR, 2010-2011.

Notas: ¹ As receitas de agroindústria rural estão somadas às receitas de produção por sua origem (animal ou vegetal).

² Tabulação especial realizada pelo IBGE.

³ O total de estabelecimentos não representa o somatório daqueles que receberam as distintas receitas.

Mas é nas receitas de aposentadorias e transferências governamentais que reside a grande contribuição para a formação da receita total e também uma grande indicação de um possível problema metodológico. Em primeiro lugar, porque são as aposentadorias que representam o principal rendimento dos estabelecimentos pluriativos (mas decerto não só) de agricultura familiar. E, da mesma forma, as receitas de programas sociais do governo são de uma importância fundamental: o Nordeste é o maior beneficiário do Programa Bolsa Família do Brasil. As receitas de transferências representam 18,6% deste tipo de receita, que por sua vez representa 17,5% da receita total. Em segundo lugar, porque parece ser uma grande interrogação a razão que explicaria o fato de na agricultura não familiar – sobre a qual supostamente a pobreza incidiria menos que sobre a familiar – haver o maior peso percentual das receitas de transferência de programas sociais. Isto novamente reforça a ideia de que talvez haja uma inadequação na classificação dos estabelecimentos entre agricultura familiar e agricultura não familiar.

TABELA 51
Receitas de aposentadorias e transferências governamentais por agricultura familiar e não familiar na região Nordeste¹

Variáveis	Agricultura familiar			Agricultura não familiar		
	Número de estabelecimentos ²	Valor		Número de estabelecimentos	Valor	
		Receita (R\$)	Proporção (%)		Receita (R\$)	Proporção (%)
Receitas de aposentadoria, pensão etc.	126.312	650.506.486	81,4	14.118	104.987.603	76,7
Receitas de programas sociais do governo	186.284	148.302.606	18,6	36.357	31.971.468	23,3
Total	-	798.809.092	100,0	-	136.959.071	100,0

Fonte: Censo Agropecuário 2006 (IBGE, 2009b).

Elaboração: Ipea e PGDR, 2010-2011.

Notas: ¹ Tabulação especial realizada pelo IBGE.

² O total de estabelecimentos não representa o somatório daqueles que receberam as distintas receitas.

Apesar da pouca expressividade na formação da receita total, na região Nordeste chama atenção a diferença de importância que as receitas de doações e ajudas assumem quando tomado em separado as receitas de outras fontes em relação ao Brasil e ao Sul. Elas constituem 54,5% das receitas de outras fontes nos estabelecimentos de agricultura familiar e também têm um peso significativo nos estabelecimentos de agricultura não familiar: 24,3%.

TABELA 52
Receitas de outras fontes por agricultura familiar e não familiar na região Nordeste¹

Variáveis	Agricultura familiar			Agricultura não familiar		
	Número de estabelecimentos ²	Valor		Número de estabelecimentos	Valor	
		Receita (R\$)	Proporção (%)		Receita (R\$)	Proporção (%)
Receitas de doações ou ajudas	11.924	13.242.697	54,5	2.883	4.387.396	24,3
Receitas de desinvestimentos	4.951	11.058.801	45,5	1.443	13.703.201	75,7
Total	-	24.301.498	100,0	-	18.090.597	100,0

Fonte: Censo Agropecuário 2006 (IBGE, 2009b).

Elaboração: Ipea e PGDR, 2010-2011.

Notas: ¹ Tabulação especial realizada pelo IBGE.

² O total de estabelecimentos não representa o somatório daqueles que receberam as distintas receitas.

Uma razão talvez seja o fato de que, em uma região mais empobrecida, as relações de reciprocidade possuem uma importância maior. E outra razão pode ser a importância das remessas de recursos enviadas por membros da família que vão trabalhar na economia urbana de outras regiões do país, principalmente no Sudeste.

Embora as outras receitas do trabalho possuam uma importância muito pequena na formação da receita total do Nordeste – especialmente quando comparado a região Sul –, é interessante notar que, apesar de também nesta região a principal fonte de rendimento deste tipo ser a prestação de serviços a empresas integradoras, as receitas de serviço de beneficiamento para terceiros é bastante significativa para a agricultura familiar em termos percentuais. Muito provavelmente, aqui se esteja diante do fenômeno da terceirização na agricultura, que pode se referir desde a prestação de serviços de máquinas – na hora de atividades como o plantio ou a colheita –, como também pode ser o caso de algum tipo de processamento como a moenda de cana, ou outra atividade. Possivelmente, estes sejam rendimentos provenientes especialmente dos estabelecimentos nos quais se encontra a pluriatividade de base agrária.

TABELA 53
Outras rendas do trabalho por agricultura familiar e não familiar na região Nordeste¹

Variáveis	Agricultura familiar			Agricultura não familiar		
	Número de estabelecimentos ²	Valor		Número de estabelecimentos	Valor	
		Receita (R\$)	Proporção (%)		Receita (R\$)	Proporção (%)
Receitas de exploração mineral	1.036	2.773.580	6,4	328	7.245.862	4,3
Receitas obtidas com a prestação de serviços a empresas integradoras	1.647	26.538.822	61,1	854	151.475.574	89,4
Receitas de serviço de beneficiamento para terceiros	9.181	14.153.817	32,6	1.732	10.782.150	6,4
Total	-	43.466.219	100,0	-	169.503.586	100,0

Fonte: Censo Agropecuário 2006 (IBGE, 2009b).

Elaboração: Ipea e PGDR, 2010-2011.

Notas: ¹ Tabulação especial realizada pelo IBGE.

² O total de estabelecimentos não representa o somatório daqueles que receberam as distintas receitas.

Em relação às receitas de atividades não agropecuárias, receitas estas que possuem um grande peso na formação da receita total no Nordeste, principalmente na agricultura familiar, há uma perceptível diferença em comparação ao Brasil e ao Sul.

TABELA 54
Receitas de atividades não agropecuárias por agricultura familiar e não familiar na região Nordeste¹

Variáveis	Agricultura familiar			Agricultura não familiar		
	Número de estabelecimentos ²	Valor		Número de estabelecimentos	Valor	
		Receita (R\$)	Proporção (%)		Receita (R\$)	Proporção (%)
Receitas de atividades não agrícolas	67.336	231.349.917	35,6	12.974	246.189.043	27,6
Receitas de outras atividades não agrícolas	9.562	15.467.915	2,4	1.697	5.771.092	0,6
Salários obtidos em atividades fora do estabelecimento	143.201	402.585.739	61,9	97.466	637.673.009	71,6
Receitas de atividade de turismo rural	274	779.132	0,1	110	1.178.700	0,1
Total	-	650.182.703	100,0	-	890.811.844	100,0

Fonte: Censo Agropecuário 2006 (IBGE, 2009b).

Elaboração: Ipea e PGDR, 2010-2011.

Notas: ¹ Tabulação especial realizada pelo IBGE.

² O total de estabelecimentos não representa o somatório daqueles que receberam as distintas receitas.

Apesar de os salários obtidos em atividades fora do estabelecimento representarem a principal fonte de rendimento, as receitas de atividades não agrícolas têm um peso muito significativo na agricultura familiar, contribuindo com mais de 35%. No caso da agricultura não familiar, embora em uma proporção menor, isto também ocorre.

8.1.4 Comparação dos plurirrendimentos dos estabelecimentos pluriativos entre Brasil e regiões Sul e Nordeste

Retomam-se aqui os dados percentuais sobre os plurirrendimentos em uma perspectiva comparativa por unidade territorial. As receitas agropecuárias naturalmente são predominantes em todas as regiões e para ambas as categorias, porém têm maior peso entre os agricultores não familiares, sendo que tanto na região Sul como na Nordeste este tipo de receita fica abaixo do peso para o Brasil. As receitas de aposentadorias, pensões e transferências governamentais são pouco significativas na formação da receita total dos estabelecimentos de agricultura não familiar, ao contrário do que ocorre com os estabelecimentos de agricultura familiar, sobretudo na região Nordeste, para os quais são muito significativas. Mas chama atenção a elevada porcentagem de estabelecimentos pluriativos não familiares que declararam recebimento de receitas provenientes de transferências governamentais (Bolsa Família).

As chamadas receitas de outras fontes (basicamente doações e ajudas), pelo menos de acordo com o que foi declarado no Censo Agropecuário 2006, são pouco representativas. Já a importância das outras receitas do trabalho variam bastante de região para região e de categoria para categoria, sendo mais importantes na região Sul e entre os agricultores familiares. E, por fim, as receitas de atividades não agropecuárias assumem um grande peso na formação da receita total dos estabelecimentos, principalmente na região Nordeste.

TABELA 55
Comparação entre as porcentagens dos plurirrendimentos nos estabelecimentos pluriativos do Brasil e das regiões Sul e Nordeste¹
 (Em %)

Categorias	Brasil		Sul		Nordeste	
	Agricultura familiar	Agricultura não familiar	Agricultura familiar	Agricultura não familiar	Agricultura familiar	Agricultura não familiar
Receitas agropecuárias	71,1	85,5	69,3	82,5	66,8	81,6
Receitas de aposentadorias, pensões e transferências governamentais	10,0	0,9	7,2	1,1	17,5	2,1
Receitas de outras fontes	0,6	0,3	0,6	0,4	0,5	0,3
Outras receitas do trabalho	5,1	3,9	11,9	6,4	1,0	2,6
Receitas de atividades não agropecuárias	13,2	9,4	11,0	9,7	14,2	13,5
Receita total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Censo Agropecuário 2006 (IBGE, 2009b).

Elaboração: Ipea e PGDR, 2010-2011.

Nota: ¹ Tabulação especial realizada pelo IBGE.

8.2 Dívidas ou ônus reais dos estabelecimentos pluriativos no Brasil e nas regiões Sul e Nordeste

8.2.1 Dívidas ou ônus reais dos estabelecimentos pluriativos no Brasil

Nesta seção se verificam, ainda que de maneira deveras superficial, os dados sobre o endividamento dos estabelecimentos pluriativos. Como serão analisados os financiamentos na próxima seção, não é despropositado esclarecer o que se entende como endividamento. Segundo o Censo Agropecuário 2006, um estabelecimento endividado é aquele em que o produtor declarou que em 2006 possuía algum tipo de dívida ou de ônus real que não teria sido pago até a data de referência, junto a bancos, agentes financeiros, cooperativas, empresas em geral e pessoas físicas. A tabela 56 evidencia que dos 1.491.080 estabelecimentos pluriativos de agricultura familiar do Brasil, 285.973 (19,2%) declararam possuir dívidas ou ônus reais, em um valor médio de R\$ 8.826,17 *per capita*, enquanto entre os 419.051 estabelecimentos de agricultura não familiar, 79.481 (18,9%) – ou seja, uma porcentagem até menor – declararam possuir dívidas, embora em um valor médio de R\$ 85.630,12, quase dez vezes maior.

TABELA 56
Dívidas ou ônus reais dos estabelecimentos pluriativos no Brasil, na agricultura familiar e não familiar¹

Variáveis	Agricultura familiar	Agricultura não familiar
Estabelecimentos	285.973	79.481
Valor (R\$)	2.524.046.783,00	6.805.967.960,00
Média (R\$)	8.826,17	85.630,12

Fonte: Censo Agropecuário 2006 (IBGE, 2009b).

Elaboração: Ipea e PGDR, 2010-2011.

Nota: ¹ Tabulação especial realizada pelo IBGE.

8.2.2 Dívidas ou ônus reais dos estabelecimentos pluriativos na região Sul

Para a região Sul, a realidade é um pouco diferente, pois o endividamento é maior. Dos 275.945 estabelecimentos pluriativos de agricultura familiar, 84.375 (30,57%) declararam possuir dívidas, e em um valor de R\$ 13.056,86. E entre os 79.240 estabelecimentos de agricultura não familiar, 22.703 (28,65%) declararam possuir dívidas ou ônus reais, em um valor médio de R\$ 79.900,96 *per capita*. Ou seja, em comparação com o Brasil como um todo, a agricultura familiar do Sul é mais endividada, ao passo que a agricultura não familiar é menos, embora, comparando uma categoria com a outra, os não familiares possuam um endividamento *per capita* seis vezes maior que o dos familiares.

TABELA 57
Dívidas ou ônus reais dos estabelecimentos pluriativos na região Sul, na agricultura familiar e não familiar¹

Variáveis	Agricultura familiar	Agricultura não familiar
Estabelecimentos	84.375	22.703
Valor (R\$)	1.101.672.702,00	1.813.991.398,00
Média (R\$)	13.056,86	79.900,96

Fonte: Censo Agropecuário 2006 (IBGE, 2009b).

Elaboração: Ipea e PGDR, 2010-2011.

Nota: ¹ Tabulação especial realizada pelo IBGE.

Vale notar que a concentração relativa e a distribuição desigual do crédito entre as cinco Grandes Regiões brasileiras já é um fenômeno que vem sendo estudado, apesar de

aparentemente não receber a atenção devida por parte dos gestores. Segundo Aquino e Schneider (2011), entre 1996 e 2008,

quase metade do montante de crédito emprestado pelo programa se concentrou nos três estados da região Sul do país: Paraná, Santa Catarina e, principalmente, Rio Grande do Sul. Por outro lado, a região Nordeste, que contava com a metade dos potenciais beneficiários, captou tão somente algo em torno de 1/5 do total de recursos aplicados (Aquino e Schneider, 2011, p.9).

8.2.3 Dívidas ou ônus reais dos estabelecimentos pluriativos na região Nordeste

Possuem dívidas ou ônus reais 126.331 dos 752.040 estabelecimentos pluriativos de agricultura familiar (16,8%) da região Nordeste, em uma média de R\$ 4.685,82 por estabelecimento. Quase a mesma porcentagem (16,5%) dos estabelecimentos não familiares também possui dívidas e ônus, 25.669 dos 155.449 do total, todavia em um valor *per capita* em torno de oito vezes maior: R\$ 38.759,34 por estabelecimento (tabela 58).

TABELA 58

Dívidas ou ônus reais dos estabelecimentos pluriativos na região Nordeste, na agricultura familiar e não familiar¹

Variáveis	Agricultura familiar	Agricultura não familiar
Estabelecimentos	126.331	25.669
Valor (R\$)	591.964.541,00	994.913.388,00
Média (R\$)	4.685,82	38.759,34

Fonte: Censo Agropecuário 2006 (IBGE, 2009b).

Elaboração: Ipea e PGDR, 2010-2011.

Nota: ¹ Tabulação especial realizada pelo IBGE.

Isso significa que há um pouco de mito no imaginário do censo comum de que apenas os agricultores não familiares – o “agronegócio” – são devedores. Na verdade, dentro de cada respectiva categoria, há relativamente mais agricultores familiares endividados que agricultores não familiares. E em termos absolutos, obviamente, também. O que de fato ocorre é que os agricultores não familiares, isto sim, devem montantes muito mais expressivos.

8.3 Financiamentos dos estabelecimentos pluriativos no Brasil e nas regiões Sul e Nordeste

8.3.1 Financiamentos dos estabelecimentos pluriativos no Brasil

Possuir um financiamento é diferente de estar endividado, pois não significa que o tomador não pagou o que deve, mas simplesmente que tomou emprestado algum recurso para fins como investimento, custeio, comercialização ou manutenção do estabelecimento junto a algum banco ou órgão financeiro, empresa fornecedora ou integradora, cooperativa ou mesmo pessoa física. Isto é diferente de dever, pois em determinadas situações deste tipo, o devedor fica impedido de tomar novo empréstimo enquanto não saldar as suas dívidas (ou obter “perdão”). Talvez esta seja uma razão que explique por que existem menos estabelecimentos que tomaram financiamento que aqueles que estão endividados. No Brasil, 16,4% dos estabelecimentos de agricultura familiar e 15,6% dos de agricultura não familiar declararam ter obtido financiamentos ou empréstimos em 2006. Novamente, apesar de as porcentagens de tomadores em cada categoria serem muito próximas, os valores totais de recursos tomados e os valores médios *per capita* são muito assimétricos. O valor financiado pelos agricultores não familiares é quase quatro vezes maior que o dos agricultores familiares, assim como o valor médio *per capita* é maior em mais de treze vezes.

TABELA 59
Financiamentos dos estabelecimentos pluriativos no Brasil, na agricultura familiar e não familiar¹

Variáveis	Agricultura familiar	Agricultura não familiar
Estabelecimentos	244.624	65.479
Valor (R\$)	1.745.095.969,00	6.217.946.399,00
Média (R\$)	7.133,79	94.960,92

Fonte: Censo Agropecuário 2006 (IBGE, 2009b).

Elaboração: Ipea e PGDR, 2010-2011.

Nota: ¹ Tabulação especial realizada pelo IBGE.

8.3.2 Financiamentos dos estabelecimentos pluriativos na região Sul

A situação na região Sul, de acordo com os dados absolutos contidos na tabela 60, é a seguinte: 29,8% dos estabelecimentos de agricultura familiar obtiveram financiamentos ou empréstimos; e 27,1% dos estabelecimentos de agricultura não familiar também o fizeram. Todavia, o valor financiado pelos agricultores familiares não passa de 60% do valor financiado pelos agricultores não familiares, e o valor médio *per capita* financiado pelos últimos é mais que o sêxtuplo que o financiado pelos primeiros.

TABELA 60
Financiamentos dos estabelecimentos pluriativos na região Sul, na agricultura familiar e não familiar¹

Variáveis	Agricultura familiar	Agricultura não familiar
Estabelecimentos	82.457	21.473
Valor (R\$)	770.150.109,00	1.281.643.885,00
Média (R\$)	9.340,02	59.686,30

Fonte: Censo Agropecuário 2006 (IBGE, 2009b).

Elaboração: Ipea e PGDR, 2010-2011.

Nota: ¹ Tabulação especial realizada pelo IBGE.

8.3.3 Financiamentos dos estabelecimentos pluriativos na região Nordeste

Por fim, na região Nordeste, de acordo com os dados contidos na tabela 61, depreende-se que 13,9% dos agricultores familiares obtiveram financiamentos ou empréstimos em 2006, enquanto entre os agricultores não familiares esta porcentagem foi inferior: 11,2% somente. Ou seja, assim como ocorre com o endividamento, no Nordeste também se toma menos financiamento que no Brasil como um todo e, sobretudo, que no Sul em particular. Além do mais, por um lado, o valor total financiado pelos agricultores familiares corresponde a 67,8% do financiado pelos agricultores não familiares. Por outro, o valor médio *per capita* financiado pelos agricultores não familiares é quase nove vezes maior que o financiado pelos agricultores familiares. Ou seja, justamente onde se acessa menos recursos é que a assimetria de acesso a estes mesmos recursos é ainda maior.

TABELA 61
Financiamentos dos estabelecimentos pluriativos na região Nordeste, na agricultura familiar e não familiar¹

Variáveis	Agricultura familiar	Agricultura não familiar
Estabelecimentos	105.140	17.471
Valor (R\$)	293.171.896,00	431.971.372,00
Média (R\$)	2.788,40	24.725,05

Fonte: Censo Agropecuário 2006 (IBGE, 2009b).

Elaboração: Ipea e PGDR, 2010-2011.

Nota: ¹ Tabulação especial realizada pelo IBGE.

9 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho contribuiu para identificar os 1.910.131 “estabelecimentos agropecuários pluriativos” do universo total de 5.175.489 estabelecimentos agropecuários recenseados no Brasil pelo Censo Agropecuário 2006, o que representa 37% do total. Destes, 1.491.080 (78,1%) são classificados como de agricultura familiar e 419.051 (21,9%), como de agricultura não familiar. O trabalho também demonstrou, de forma inédita em relação ao que se conhecia na literatura corrente sobre pluriatividade no Brasil que, proporcionalmente, a presença da pluriatividade é maior nos estabelecimentos não familiares do que nos familiares. No Brasil existem 4.367.902 estabelecimentos classificados como familiares pelo Censo Agropecuário 2006 do IBGE, e 807.587 não familiares. Entre os estabelecimentos familiares, o estudo demonstrou que a proporção relativa de pluriativos chega a 34,1% (1.491.080 sobre o total), ao passo que o percentual da pluriatividade no universo dos estabelecimentos não familiares alcança 51,9% sobre o total. Entre os estabelecimentos pluriativos de agricultura familiar, 86,6% são dirigidos por homens e 13,4%, por mulheres; enquanto entre os de agricultura não familiar, 93% são dirigidos por homens e 7%, por mulheres. Quanto à idade dos produtores que dirigem estes estabelecimentos, 50,5% são adultos na faixa de 35 a 55 anos e 18,5% são jovens com menos de 25 anos, sendo que 41% possuem ensino fundamental incompleto.

Em relação às características dos estabelecimentos pluriativos brasileiros, vale lembrar que os estabelecimentos de agricultura familiar, apesar de serem 78,1% do total, possuem apenas 19,85% da terra, sendo que 52,4% destes se encontram em estratos de área de 20 ha a 50 ha. Já os estabelecimentos de agricultura não familiar, que são 21,9% do total, possuem 80,5% da terra, sendo que, dentro desta categoria, 1,4% dos estabelecimentos se encontra em estratos de área de 2.500 ha e mais e possuem 37,7% de toda a área total. Quanto à ocupação da mão de obra, 54,3% dos estabelecimentos pluriativos do Brasil realizam apenas atividades não agropecuárias (predominância da pluriatividade intersetorial). Ademais, entre as 4.636.750 pessoas ocupadas com laços de parentesco com os produtores (força de trabalho familiar), 81,3% estão em estabelecimentos de agricultura familiar e 18,7%, nos de agricultura não familiar. E entre as 1.661.813 pessoas ocupadas sem laços de parentesco com os produtores – força de trabalho contratada (empregados) –, 30,8% está na agricultura familiar e 69,2%, na agricultura não familiar.

Na região Sul, onde foram recenseados 1.006.181 estabelecimentos agropecuários (19,4% do total do país), 355.185 (35,3%) são pluriativos, sendo que, destes, 275.945 (77,7%) são de agricultura familiar e 79.240 (22,3%) são de agricultura não familiar. Já na região Nordeste, entre os 2.454.006 estabelecimentos agropecuários (47,41% do total do país), 907.489 (37%) são pluriativos, sendo que, destes, 752.040 (82,9%) são de agricultura familiar e 155.449 (17,1%) são de agricultura não familiar. Entre os estabelecimentos pluriativos da região Sul, 55,6% dos produtores são adultos situados na faixa de idade entre 35 anos e 55 anos, e apenas 13,8% são jovens com menos de 25 anos; nos de agricultura familiar 89,6% são dirigidos por homens e 9,3%, enquanto, entre os de agricultura não familiar, 92,8% são dirigidos por homens e 7,2%, por mulheres. Já no Nordeste, entre os estabelecimentos pluriativos, 47,3% dos produtores que dirigem os estabelecimentos são adultos e 22,1% são jovens, sendo que, entre os de agricultura familiar, 84,2% são dirigidos por homens e 7,2%; por mulheres, ao passo que, entre os de agricultura não familiar, 91,9% são dirigidos por homens e 8,1%, por mulheres. Quanto ao nível de instrução, no Sul, 57,1% dos produtores possuem ensino fundamental incompleto, enquanto no Nordeste, 47,4% dos produtores não possuem instrução ou não são alfabetizados.

Ao se avançar na caracterização desses estabelecimentos pluriativos nas regiões Sul e Nordeste, os autores da pesquisa verificaram que no Sul os agricultores familiares possuem 19,85% da área de terra dos estabelecimentos pluriativos, sendo que 52,4% destes se encontram no estrato de área de 5 ha a 20 ha, enquanto os agricultores não familiares possuem 80,5%, sendo que 1,4% dos estabelecimentos, que se encontram no estrato de área de 2.500 ha e mais, possuem 37,7% das terras desta categoria. Já no Nordeste, os agricultores familiares possuem 30,84% das terras, sendo que 55,2% concentram-se no estrato de 0 ha a 5 ha, enquanto os agricultores não familiares possuem 61,39% das terras e 5,7% dos estabelecimentos, que se encontram no estrato de 500 ha e mais – concentram 63% das terras desta categoria. No que diz respeito aos tipos de atividades exercidas nos estabelecimentos pluriativos, na região Sul, 61,87% destes realizam atividades não agropecuárias (predominância da pluriatividade intersetorial), e na região Nordeste, 48,92% exercem atividades agropecuárias (predominância da pluriatividade de base agrária). E quanto à ocupação da mão de obra nos estabelecimentos pluriativos, das 833.325 pessoas com laços de parentesco na região Sul, 79,1% estão ocupadas nos estabelecimentos de agricultura familiar e 20,9%, nos de agricultura não familiar. Na região Nordeste, das 2.322.943 pessoas com laços de parentesco com o produtor ocupadas, 85% estão nos estabelecimentos de agricultura familiar e 15%, nos de agricultura não familiar. Ainda, entre as 196.431 pessoas sem laços de parentesco com o produtor ocupadas na região Sul, 27,5% estão na agricultura familiar e 72,5% estão na agricultura não familiar; entre as 672.352 pessoas sem laços de parentesco com o produtor ocupadas na região Nordeste, 45,3% estão na agricultura familiar e 54,7% estão na agricultura não familiar.

Outro elemento a ser destacado diz respeito aos plurirrendimentos. O estudo mostrou que nas três unidades territoriais analisadas as receitas agropecuárias possuem um peso menor na formação da renda total nos estabelecimentos de agricultura familiar que nos estabelecimentos de agricultura não familiar: respectivamente 71,1% contra 85,5% no Brasil; 69,3% contra 82,5% no Sul; e 66,8% contra 81,6% no Nordeste. Por seu turno, o peso das receitas de aposentadorias, pensões e transferências governamentais, especialmente aposentadorias, é muito maior entre os agricultores familiares: 10% no Brasil; 7,2% no Sul; e 17,5% no Nordeste. No entanto, na região Sul, as outras receitas do trabalho representam uma importância considerável na formação da renda total, especialmente para a agricultura familiar, na qual representa 11,9%. Na região Nordeste, por sua vez, as receitas de atividades não agropecuárias (especialmente salários recebidos fora do estabelecimento) possuem uma importância considerável, especialmente entre os agricultores não familiares.

Nessa parte conclusiva do relatório, é importante reconhecer que o trabalho, apesar de ter trazido inúmeros resultados interessantes, também sofreu de alguns limites e insuficiências. Reconhecer isto tem menos a ver com uma postura defensiva em relação às possíveis críticas que com o apontamento de lacunas do conhecimento, que precisam ser preenchidas com futuras pesquisas. Espera-se, inclusive, que este trabalho venha animar a realização destas novas pesquisas.

Assim sendo, identificaram-se três problemas, todos de ordem metodológica. O primeiro problema diz respeito ao fato de não terem sido incluídos no universo dos estabelecimentos pluriativos aqueles estabelecimentos nos quais se declarou o exercício de atividades não agropecuárias, mas que não se declarou o exercício de atividades remuneradas fora do estabelecimento (seja pelos produtores ou por algum dos membros da sua família). Ou seja, devido ao critério adotado para definir o que se entende por “estabelecimento pluriativo” – a resposta positiva da realização de atividade remunerada fora do estabelecimento por parte do produtor ou algum

membro da família –, pode ter havido uma subestimação do tamanho deste universo, por conta da não inclusão de estabelecimentos que poderiam ser considerados pluriativos, não por realizarem atividades fora, mas por realizarem atividades não agropecuárias dentro do próprio estabelecimento. Isto merece ser melhor investigado em futuras pesquisas.

O segundo problema se refere ao fato de não haver dados suficientes para realizar a comparação entre os estabelecimentos pluriativos e não pluriativos em relação a determinadas variáveis, como as características da ocupação, o recebimento de orientação técnica, a estrutura fundiária, as classes de idade, a declaração de dívidas ou ônus reais e acesso a financiamentos e, sobretudo, em relação aos plurirrendimentos, em que seria muito importante este tipo de comparação. Mas para isto há duas explicações. Em primeiro lugar, não fazia parte dos objetivos deste projeto comparar os estabelecimentos pluriativos e os não pluriativos, mas apenas os estabelecimentos de agricultura familiar e de agricultura não familiar e as três unidades territoriais, somente para os estabelecimentos pluriativos. Em segundo lugar, apesar de durante o processo de pesquisa ter se percebido esta necessidade – e inclusive ter se buscado os dados –, para muitas variáveis estes dados não estavam disponíveis e, por isto, demandariam tabulações especiais, que àquela altura do projeto já não seriam mais facilmente obtidas.

O terceiro problema está relacionado aos limites de operacionalização da tipologia dos estabelecimentos pluriativos aqui proposta. Conseguiu-se apenas identificar o número de estabelecimentos pluriativos de base agrária e o número de estabelecimentos pluriativos intersetoriais, contudo, não se conseguiu realizar qualquer tipo de análise para as características destes estabelecimentos por meio desta tipologia. Isto implicaria em mais parâmetros de comparação (pluriativo *versus* não pluriativo, familiar *versus* não familiar, Brasil *versus* Sul *versus* Nordeste e, finalmente, base agrária *versus* intersetorial), que, por sua vez, implicariam em uma grande e complexa necessidade de novos cruzamentos de dados. O que vinha sendo difícil de conseguir, apesar do sempre solícito atendimento por parte do IBGE, tanto por questões de custo de tal trabalho quanto por limitações de recursos humanos para realizá-lo.

Todavia, antes desses limites e insuficiências serem vistos como deméritos para o *Subprojeto 2: a pluriatividade e os plurirrendimentos nos estabelecimentos agropecuários da região Sul e Nordeste do Brasil em 2006*, acredita-se que esses três problemas devem, muito pelo contrário, servir como novos pontos de partida para a continuidade e o progressivo aprimoramento e avanço dos estudos sobre pluriatividade com base nos censos agropecuários do IBGE, que certamente representam uma fonte de dados riquíssima para este tipo de estudo, complementando e abrindo novas possibilidades em relação às fontes de dados alternativas e mais usuais, como a PNAD e os estudos de caso com levantamento de dados primários.

Nesse sentido, procurou-se ainda indicar alguns pontos críticos e propor algumas reflexões para uma futura agenda de pesquisa sobre o tema da pluriatividade com base em dados do censo agropecuário. Uma primeira questão a ser pesquisada com maior profundidade seria encontrar as possíveis razões que explicariam a incidência tão significativa da pluriatividade nos estabelecimentos de agricultura não familiar. Na medida em que a maioria dos estudos sobre o tema sempre se preocupou quase que estritamente com a agricultura familiar, ainda mais em regiões onde ela é absolutamente predominante – como em várias regiões do Rio Grande do Sul, do oeste de Santa Catarina e do sudoeste e oeste do Paraná –, não se procuraram explicações, nem teórica nem empiricamente fundamentadas, para a pluriatividade na agricultura patronal (empresarial ou capitalista) de grande escala.

Uma segunda questão a ser melhor investigada, vinculada à anterior, refere-se à dúvida levantada em vários momentos do texto quanto ao acerto da classificação de alguns dos estabelecimentos como de agricultura não familiar. Há informações constantes neste relatório que levam a acreditar que muitos estabelecimentos agropecuários podem não ser de agricultura familiar por conta de problemas relacionados à própria metodologia do IBGE, baseada nos critérios da Lei nº 11.326/2006. Entre as razões que suscitaram esta dúvida, duas são as mais importantes: *i*) a existência de uma porcentagem elevada de estabelecimentos não familiares com menos de 5 ha de área de terra e entre 5 ha e 20 ha; e *ii*) a existência de uma porcentagem considerável de estabelecimentos não familiares que recebem o Bolsa Família (11,8% no Brasil; 5,5% no Sul; e 23,4% no Nordeste). Somando-se a isso, haveria um problema intrínseco à pluriatividade. Como até junho de 2011 os estabelecimentos que tinham mais da metade da sua renda proveniente de atividades econômicas não vinculadas ao próprio estabelecimento não poderiam ser considerados de agricultura familiar pelos critérios da Lei nº 11.326/2006 – que também orienta a metodologia do IBGE –, muitos agricultores familiares pluriativos, que conseqüentemente possuem a maior parte dos seus rendimentos não vinculados a atividades agropecuárias dentro do estabelecimento, acabaram sendo classificados como agricultores não familiares (ANF). Calcular este universo e incluí-lo na análise da pluriatividade e na própria política pública seria uma tarefa extremamente importante.

Por fim, como terceiro ponto para uma agenda de pesquisas, destaca-se algo que não diz respeito estritamente ao tema da pluriatividade, mas ao tema mais amplo da diversidade produtiva e da heterogeneidade social da agricultura brasileira. Em vários trabalhos realizados recentemente, como Niederle (2007), Conterato (2008) e Escher (2011), buscou-se utilizar a noção de “estilos de agricultura” como uma forma de descortinar os diferentes estratos e hierarquias sociais presentes no meio rural brasileiro (particularmente na região Sul do Brasil), bem como a diversidade de ideias normativas, práticas técnico-produtivas e formas de relacionamento com os mercados que guiam os agricultores na realização de suas atividades e que lhes atribuem imensa complexidade. Estes trabalhos resultaram na criação de tipologias multidimensionais, que não se restringiam a variáveis como renda líquida ou valor bruto de produção, como é usual entre os estudos mais convencionais. Todavia, estes trabalhos só puderam ser realizados com base no levantamento de dados primários com um alto grau de sofisticação, coletados diretamente em campo, pois não havia metodologia adequada para lidar com os dados do censo agropecuário. O que se propõe aqui como tarefa é avançar na construção de ferramentas metodológicas as quais permitam que futuramente seja possível se operacionalizar a abordagem dos “estilos de agricultura” (que envolve também a pluriatividade) a partir da utilização de dados dos censos agropecuários – o que permitiria tratar dos estilos de maneira explicitamente dinâmica –, na medida em que se tornaria possível contemplar a mudança de um momento para outro (de censo para censo) e a evolução ao longo do tempo.

REFERÊNCIAS

- ANJOS, F. S. **Agricultura familiar em transformação**: os colonos-operários de Massaranduba (SC). Pelotas: UFPEL, 1995.
- _____. **Agricultura familiar, pluriatividade e desenvolvimento rural no Sul do Brasil**. Pelotas: EGUFPEL, 2003.
- AQUINO, J.R.; SCHNEIDER, S. 12 anos da política de crédito do PRONAF no Brasil (1996-2008): uma reflexão crítica. **Revista de extensão e estudos rurais**, Viçosa, v. 1, p. 309-347, 2011.

- ARKLETON TRUST. **Adaptation des ménages agricoles en Europe Occidentale 1987-1991**. Commission Européenne, 1992. (Rapport Final du Programme de Recherche sur les Structures et la Pluriactivité des Menages Agricoles).
- BRUN, A.; FULLER, A. **Farm family pluriactivity in Western Europe**. United Kingdom: The Arkleton Research, 1991.
- CAMPANHOLA, C.; SILVA, J. F. G. (Orgs.). **O novo rural brasileiro: novas ruralidades e urbanização**. Brasília: EMBRAPA; UNICAMP, 2004.
- CARNEIRO, M. J. **Do rural e do urbano: uma nova terminologia para uma velha dicotomia ou a reemergência da ruralidade?** In: SEMINÁRIO SOBRE O NOVO RURAL BRASILEIRO, 2., out. 2001, Campinas, São Paulo. Campinas: IE/UNICAMP, 2001.
- _____. **Camponeses, agricultores e pluriatividade**. Rio de Janeiro: Contracapa, 1998.
- _____. Pluriatividade no campo: o caso francês. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, n. 11, v. 32, 1996, p. 89-105.
- CHAYANOV, A.V. **La organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires: Nueva Visión, 1974.
- CONTERATO, M. A. **Dinâmicas regionais de desenvolvimento rural e estilos de agricultura: uma análise a partir do Rio Grande do Sul**. Dissertação (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.
- DUARTE, V. P.; GRIGOLO, S. C. **Agroindústria associativa familiar: o mito da viabilidade**. Francisco Beltrão: ADMR, 2006.
- ESCHER, F. **Os assaltos do moinho satânico nos campos e os contramovimentos da agricultura familiar: atores sociais, instituições e desenvolvimento rural no Sudoeste do Paraná**. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.
- ELLIS, F. **Rural livelihoods and diversity in developing countries**. Oxford: Oxford University Press, 2000. 273 p.
- FAZENDA muda conceito de agricultura familiar. **Valor econômico**, 21 jun. 2011.
- FULLER, A. M. From part-time farming to pluriactivity: a decade of change in rural Europe. **Journal of rural studies**, London, v. 6, n. 4, p. 361-373, 1990.
- GAZOLLA, M.; PELEGRINI, G. **A agroindústria familiar no Rio Grande do Sul**. Limites e potencialidades a sua reprodução social. Frederico Westphalen: Editora da URI, 2008.
- IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Notas Técnicas – Censo Agropecuário 2006: resultados preliminares**. Rio de Janeiro: IBGE, 2009a. Disponível em: <www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/2006/notatecnica.pdf>.
- _____. **Censo Agropecuário 2006**. Rio de Janeiro: IBGE, 2009b.
- _____. **Censo Agropecuário 2006: agricultura familiar**. Rio de Janeiro: IBGE, 2009c.
- _____. **Censo Demográfico 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2011.
- KAGEYAMA, A. Pluriatividade e ruralidade: aspectos metodológicos. **Economia aplicada**, v. 2, n. 3, p. 515-551, 1998.
- KAUTSKY, K. **A questão agrária**. Lisboa: Proposta, 1980.
- MOREIRA, R. J. Ruralidades e globalizações: ensaiando uma interpretação. **CPDA ruralidades**, n. 1, 2002.

NASCIMENTO, C. A.; CARDOZO, S. A. Redes urbanas regionais e a pluriatividade das famílias rurais no Nordeste e no Sul do Brasil, 1992-1999 e 2001-2005. **Revista econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 38, n. 4, out.-dez. 2007. p. 637-658.

NEVES, D. P. Agricultura familiar: questões metodológicas. **Revista reforma agrária**, Campinas, n. 25, p. 21-37, maio/dez. 1995.

_____. Agricultura familiar e mercado de trabalho. **Revista estudos sociedade e agricultura**, Rio de Janeiro, n. 8, p. 7-25, abr. 1997.

NEY, M. G. **Educação e desigualdade de renda no meio rural brasileiro**. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, São Paulo, 2006.

NIEDERLE, P. A. **Mercantilização, estilos de agricultura e estratégias reprodutivas dos agricultores familiares de Salvador das Missões, RS**. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

PERONDI, M. A. **Diversificação dos meios de vida e mercantilização da agricultura familiar**. Dissertação (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

PLEIN, C. **As metamorfoses da agricultura familiar: o caso do município de Iporá d'Oeste, Santa Catarina**. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.

PLOEG, J. D. **Camponeses e impérios alimentares**. Lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008. (Série Estudos Rurais).

_____. O modo de produção camponês revisitado. *In*: SCHNEIDER, S. (Org.). **A diversidade da agricultura familiar**. 2. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. p.15-58. (Série Estudos Rurais).

SCARTON, L. M. **Governança na cadeia da cachaça artesanal: o caso do grupo Alambiques Gaúchos**. Dissertação (Mestrado) – Centro de Estudos e Pesquisas em Agronegócios, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

SCHNEIDER, S. O desenvolvimento agrícola e as transformações da estrutura agrária nos países do capitalismo avançado: a pluriatividade. **Revista reforma agrária**, Campinas, n. 24, v. 3, p. 106-132, set./dez. 1994.

_____. **Agricultura familiar e industrialização**. 2. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1999.

_____. **A pluriatividade na agricultura familiar**. 2. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

_____. As novas formas sociais do trabalho no meio rural: a pluriatividade e as atividades rurais não agrícolas. **Revista REDES**, Santa Cruz do Sul, v. 9, n. 3, set./dez. 2004.

_____. (Org.). **A diversidade da agricultura familiar**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

_____. A importância da pluriatividade para as políticas públicas no Brasil. **Revista de política agrícola**, ano 16, n. 3, p. 15-34, jul./set. 2007.

_____. A pluriatividade no meio rural brasileiro: características e perspectivas de investigação. *In*: GRAMMONT, H. C.; MARTINEZ VALLE, L. (Org.). **La pluriactividad en el campo latinoamericano**. 1. ed. Quito: Flacso, 2009. (Serie Foro, v. 1, p. 132-161).

SCHNEIDER, S.; CONTERATO, M. A. Transformações agrárias, tipos de pluriatividade e desenvolvimento rural. *In*: NEIMAN, G.; CRAVIOTTI, C. (Orgs.). **Entre el campo y la ciudad**. Buenos Aires: Ediciones CICCUS, 2006.

SCHNEIDER, S.; NIEDERLE, P. Agricultura familiar e teoria social: a diversidade das formas familiares de produção na agricultura. *In*: FALEIRO, F. G.; FARIAS NETO, A. L. (Ed.). **Savanas**:

desafios e estratégias para o equilíbrio entre sociedade, agronegócio e recursos naturais. Brasília: Embrapa Cerrados, 2008. p. 989-1014.

SEYFERTH, G. Camponeses ou operários? O significado da categoria colono numa situação de mudança. **Revista do Museu Paulista**, São Paulo, v. 29, Nova Série, 1984.

_____. Aspectos da proletarização do campesinato no Vale do Itajaí (SC): os colonos-operários. *In*: LOPES, J. S. L. (Org.). **Cultura e identidade operária**: aspectos da cultura da classe trabalhadora. São Paulo: Marco Zero, 1987.

SILVA, J. F. G. **O novo rural brasileiro**. Campinas: IE/UNICAMP, 1999. (Coleção Pesquisas, v. 1).

SOUZA, M.; NASCIMENTO, C. A. Evolução das ocupações e comparação das rendas das famílias rurais no estado do Rio Grande do Sul: 2001-2004. *In*: ENCONTRO DE ECONOMIA GAÚCHA, 3., 2006, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre: PUCRS, 2006.

VEIGA, J. E. **Cidades imaginárias**: o Brasil é menos urbano do que se calcula. Campinas: Autores Associados, 2002.

_____. **O desenvolvimento agrícola**: uma visão histórica. São Paulo: Edusp, 2007.

WANDERLEY, M. N. B. Olhares sobre o “rural” brasileiro. **Revista raízes**, Campina Grande, v. 23, n. 1-2, jan./dez. 2004.

WORLD BANK. **Rural development**: from vision to action – Executive Summary. Washington: World Bank, 1997. (Environmental and Socially Sustainable Development Studies and Monograph Series, n. 12).

_____. **The rural non-farm economy**: report on presentations and discussions at the World Bank. Washington: World Bank, 2000. n. 15-17.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CARNEIRO, M. J. Pluriatividade da agricultura no Brasil: uma reflexão crítica. *In*: SCHNEIDER, S. **A diversidade da agricultura familiar**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

NASCIMENTO, C. A. *et al.* Agricultura familiar e políticas públicas: um estudo de caso comparado em Canápolis e Coromandel, MG. *In*: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 48., 2010. **Anais...** Rio Branco: Sober, 2010.

Ipea – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

EDITORIAL

Coordenação

Cláudio Passos de Oliveira

Supervisão

Everson da Silva Moura

Reginaldo da Silva Domingos

Revisão

Andressa Vieira Bueno

Clícia Silveira Rodrigues

Idalina Barbara de Castro

Laeticia Jensen Eble

Leonardo Moreira de Souza

Luciana Dias

Marco Aurélio Dias Pires

Olavo Mesquita de Carvalho

Celma Tavares de Oliveira (estagiária)

Patrícia Firmina de Oliveira Figueiredo (estagiária)

Editoração

Aline Rodrigues Lima

Bernar José Vieira

Daniella Silva Nogueira

Danilo Leite de Macedo Tavares

Jeovah Herculano Szervinsk Junior

Leonardo Hideki Higa

Daniel Alves de Sousa Júnior (estagiário)

Diego André Souza Santos (estagiário)

Capa

Andrey Tomimatsu

Livraria

SBS – Quadra 1 – Bloco J – Ed. BNDES, Térreo

70076-900 – Brasília – DF

Tel.: (61) 3315 5336

Correio eletrônico: livraria@ipea.gov.br

Composto em adobe garamond pro 11,5/13,8 (texto)
Frutiger 67 bold condensed (títulos, gráficos e tabelas)
Impresso em offset 90g/m2
Cartão supremo 250g/m2 (capa)
Brasília-DF

Missão do Ipea

Produzir, articular e disseminar conhecimento para aperfeiçoar as políticas públicas e contribuir para o planejamento do desenvolvimento brasileiro.

ipea Instituto de Pesquisa
Econômica Aplicada

SAE

SECRETARIA DE
ASSUNTOS ESTRATÉGICOS
DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

G O V E R N O F E D E R A L
BRASIL
PAÍS RICO É PAÍS SEM POBREZA